



ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA  
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

# DIÁRIO

## DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 19 de Junho de 2017.

Edição 2544 | Páginas: 32

7ª LEGISLATURA | 53º PERÍODO LEGISLATIVO

### MESA DIRETORA

**JALSER RENIER PADILHA**  
PRESIDENTE

**CORONEL CHAGAS**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**NALDO DA LOTERIA**  
1º SECRETÁRIO

**DHIEGO COELHO**  
3º SECRETÁRIO

**JÂNIO XINGÚ**  
2º VICE-PRESIDENTE

**MARCELO CABRAL**  
2º SECRETÁRIO

**IZAÍAS MAIA**  
4º SECRETÁRIO

**FRANCISCO MOZART**  
3º VICE-PRESIDENTE

**MASAMY EDA**  
CORREGEDOR GERAL

**JORGE EVERTON**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Angela Águida Portella - PSC;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputado Brito Bezerra - PP;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS; e
- e) Deputado Marcelo Cabral - PMDB.

#### Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Soldado Sampaio - PC do B;
- b) Deputado Odilon Filho - PEM;
- c) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- d) Deputado Coronel Chagas - PRTB; e
- e) Deputado Jorge Everton - PMDB.

#### Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- b) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

#### Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Chicão da Silveira;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

#### Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- b) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- c) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputada Ângela Águida Portella - PSC.

#### Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- b) Deputado Chico Mozart - PRP;
- c) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- d) Deputado Masamy Eda - PMDB; e
- e) Deputado Valdenir Ferreira - PV.

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- b) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- c) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputada Ângela Águida Portella - PSC.

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- b) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- c) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- d) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- e) Deputado Izaías Maia - PT do B; e
- f) Deputado Soldado Sampaio - PC do B.

#### Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- b) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputado Brito Bezerra - PP; e
- e) Deputado Jânio Xingu - PSL.

#### Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- b) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- c) Deputado Chicão da Silveira;
- d) Deputado Odilon Filho - PEM; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Zé Galeto - PRP;
- b) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- c) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- d) Deputado George Melo - PSDC; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

#### Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputado Gabriel Picanço - PRB;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- b) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- c) Deputado George Melo - PSDC;
- d) Deputado Jânio Xingu - PSL; e
- e) Deputado Brito Bezerra - PP.

#### Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Brito Bezerra - PP;
- b) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- c) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- d) Deputado Zé Galeto - PRP; e
- e) Deputado Masamy Eda - PMDB.

#### Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- b) Deputado Zé Galeto - PRP;
- c) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- d) Deputado Odilon Filho - PEN; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

#### Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- b) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- c) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- d) Deputado Naldo da Loteria - PSB; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Chicão da Silveira;
- b) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- c) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- d) Deputada Angela Águida Portella - PSC; e
- e) Deputado Naldo da Loteria - PSB.

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado George Melo - PSDC;
- b) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- e) Deputado Brito Bezerra - PP;
- f) Deputada Aurelina Medeiros - PTN; e
- g) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Zé Galeto - PRP.

#### Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Odilon Filho - PEM;
  - d) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
  - c) Deputado George Melo - PSDC;
  - d) Deputado Zé Galeto - PRP; e
  - e) Deputado Izaías Maia - PT do B.
- Suplentes:  
1º - Deputado Joaquim Ruiz - PTN; e  
2º - Deputado Chicão da Silveira.

## SUMÁRIO

**Superintendência Legislativa**

|  |    |
|--|----|
| - Projeto de Lei Ordinária Nº 059/2017                             | 02 |
| - Moção de Pesar Nº 005/2017                                       | 03 |
| - Indicações Nº 268, 269, 271, 274 a 278/2017                      | 03 |
| - Ata da 2579ª Sessão Ordinária - Íntegra                          | 04 |
| - Ata da 2582ª Sessão Ordinária - Íntegra                          | 07 |
| - Ata da 2583ª Sessão Ordinária - Íntegra                          | 14 |
| - Ata da 2584ª Sessão Ordinária - Íntegra                          | 19 |
| - Ata da 2589ª Sessão Ordinária - Íntegra                          | 22 |
| - Ata da Comissão Parlamentar de Inquérito - Resolução Nº 017/2017 | 25 |

|  |    |
|--|----|
| - Ata da Comissão Especial Interna - Resolução Nº 033/2016 | 30 |
| - Ata da Comissão Especial Interna - Resolução Nº 036/2016 | 30 |

**Superintendência Administrativa**

|  |    |
|--|----|
| - CPL - Síntese da Ata de Registro de Preços Nº 015/2017                           | 31 |
| - CPL - Síntese da Ata de Registro de Preços Nº 017/2017                           | 31 |
| - CPL - Pregão Presencial Nº 020/2017 - Comunicado de Resultado Final de Licitação | 31 |
| - CPL - Certidão de Dispensa de Licitação Nº 009/2017                              | 31 |

## EXPEDIENTE

**GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL**

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

Fone: 4009-5584

E-mail: [docgeralale@gmail.com](mailto:docgeralale@gmail.com)

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

**Gerente de Documentação Geral**

CARLOS EBER MONTEIRO COSTA

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

**Diagramação**

## MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral através do *Sistema de Gerenciamento de Documentos Eletrônicos (DATAGED)*, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

## SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

## PROJETO DE LEI

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 059/17

**EMENTA: DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DE EXAME OFTALMOLÓGICO PARA DIAGNÓSTICO DE ASTIGMATISMO, HIPERMETROPIA, MIOPIA, DALTONISMO, CERATOCONE E DEMAIS PATOLOGIAS OCULARES EM ESTUDANTES MATRICULADOS NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E 1º ANO DO ENSINO MÉDIO, NAS ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA RESOLVE:**

Artigo 1º - As escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado de Roraima ficam obrigadas a realizar exames oftalmológicos para diagnóstico de astigmatismo, hipermetropia, miopia, daltonismo, ceratocone e demais patologias oculares em estudantes matriculados no 6º ano do ensino fundamental e no 1º ano do ensino médio.

Parágrafo único - Os exames oftalmológicos de que trata esta lei devem ser realizados por profissional médico especializado até 60 (sessenta) dias após o início do ano letivo.

Artigo 2º - Caso o aluno apresente laudo médico de exame oftalmológico realizado em prazo inferior a 90 (noventa) dias da data da matrícula, fica este dispensado de submeter-se ao exame previsto no artigo 1º desta lei.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

A previsão de realização de exame oftalmológico para estudantes do 6º ano do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio nas escolas da rede estadual de ensino constitui importância indiscutível, vez que a deficiência visual interfere no processo de ensino aprendizagem e no desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente, fato reconhecido por diversas autoridades do ensino.

Segundo dados do Conselho Brasileiro de Oftalmologia 12% das crianças em idade escolar precisam usar óculos, entretanto 80% nunca fizeram um exame de vista. A falta de óculos também pode levar ao estrabismo e à ambliopia, que é o desenvolvimento desigual das vistas e maior causa de cegueira infantil.

A evasão escolar e o baixo rendimento também estão associados, segundo o Ministério da Educação, à falta de identificação de problemas na visão da criança.

Dentre os mais recorrentes problemas de visão que podem ser identificados em crianças e adolescentes, abaixo relacionam:

Astigmatismo: é determinado por uma diferença entre a curvatura da porção vertical e a curvatura da porção horizontal da superfície anterior do olho, ou seja, da córnea. Pensando bem, a maioria das pessoas tem um certo grau de astigmatismo assintomático, porque a córnea é ovalada, parecida com uma bola de futebol americano.

Hipermetropia: é o nome dado ao erro de focalização da imagem no olho, fazendo com que a imagem seja formada após a retina. Isso acontece principalmente porque o olho do hipermetrope é um pouco menor do que o normal. Outras causas incluem situações em que a córnea ou o cristalino apresentam alterações no seu formato que diminuem o seu poder refrativo, como a megalocórnea, onde a córnea é mais plana do que deveria ser;

Miopia: é o distúrbio visual que acarreta uma focalização da imagem antes desta chegar à retina. Uma pessoa miope consegue ver objetos próximos com nitidez, mas os distantes são visualizados como se estivessem embaçados (desfocados).

Daltonismo: Daltonismo é um distúrbio da visão que interfere na percepção das cores. Também chamado de discromatopsia ou discromopsia, sua principal característica é a dificuldade para distinguir o vermelho e o verde e, com menos frequência, o azul e o amarelo.

Em maior ou menor grau, essa é a única alteração visual que os daltônicos apresentam. Um grupo muito pequeno, porém, tem visão acromática, ou seja, só enxerga tons de branco, cinza e preto.

**Ceratocone:** é uma doença da córnea de etiologia discutida, hereditária, que acomete o adolescente ou adulto jovem e se caracteriza por um afinamento e deformação progressiva desta membrana, levando ao aparecimento de miopia e elevado grau de astigmatismo irregular e acentuada baixa da acuidade visual.

Por fim, cumpre ressaltar que exames relativamente simples podem diagnosticar esses problemas e proporcionar tratamento precoce e melhor qualidade de aprendizagem aos alunos do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino.

Destaque-se que profissionais médicos capacitados para realização dos exames necessários aos diagnósticos das precitadas patologias oculares já compõem o quadro de serviço médico público, que facilita a execução do presente projeto.

Pela sua importância, pelo interesse social, pedimos o apoio dos ilustres pares para a aprovação desta Lei.

Sala das Sessões, 09 de junho de 2017.

**JÂNIO XINGÚ**

Deputado Estadual

## MOÇÃO

### MOÇÃO DE PESAR Nº 005/2017

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, nos termos do art. 205 do Regimento Interno, em nome de seus membros, faz saber que o Plenário aprovou e a Mesa Diretora torna pública:

- **Moção de Pesar** pelo falecimento do senhor **Ozeias Lima da Silva**, ocorrido no dia 21 de maio de 2017, nesta Capital.

Desejamos que seja acolhido pela Providência Divina, com muita luz.

Palácio Antônio Augusto Martins, 23 de maio de 2017.

Deputado Estadual **JALSER RENIER**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual **CORONEL CHAGAS**

1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Deputado Estadual **MARCELO CABRAL**

2º Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

## INDICAÇÕES

### INDICAÇÃO Nº 268/17

O Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento à Excelentíssima Senhora Governadora do Estado da seguinte Indicação:

- **REFORMA DA ESCOLA ESTADUAL HENRIQUE DIAS, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA.**

#### JUSTIFICATIVA

A atual precariedade em que a escola se encontra é de total abandono, o prédio está tomado por cupim, ocasionando insegurança a todos, banheiros impossibilitados de uso. Esta indicação se faz portanto justa e necessária.

Diante do que foi apresentado, solicitamos a atenção especial, por parte do Governo do Estado de Roraima, para solucionar os problemas da referida escola, acima descritos.

Sala das Sessões, 1 de Junho de 2017.

**Deputado Estadual Izaías Maia**

### INDICAÇÃO Nº 269/17

O Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento à Excelentíssima Senhora Governadora do Estado da seguinte Indicação:

- **REFORMA DA ESCOLA FRANCISCO JULIÃO DA SILVA LOCALIZADA NA VILA ALMIRANTE TAMANDARÉ, MUNICÍPIO DE MUCAJÁ.**

#### JUSTIFICATIVA

A atual precariedade em que a escola se encontra é de total abandono, o prédio está tomado por cupim, ocasionando insegurança a todos, banheiros impossibilitados de uso. Esta indicação se faz portanto justa e necessária.

Diante do que foi apresentado, solicitamos a atenção especial, por parte do Governo do Estado de Roraima, para solucionar os problemas da referida escola, acima descritos.

Sala das Sessões, 1 de Junho de 2017.

**Deputado Estadual Izaías Maia**

### INDICAÇÃO Nº 271/17

O Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento à Excelentíssima Senhora Governadora do Estado da seguinte Indicação:

#### **-EQUIPAMENTOS DE CARDIOLÓGIA ,PARA O HOSPITAL REGIONAL SUL GOVERNADOR OTTOMAR DE SOUSA PINTO NO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS**

#### JUSTIFICATIVA

Os moradores da região Sul do estado de Roraima, solicitam que seja adquirido junto a Secretaria de Saúde do Estado, equipamentos cardiológicos para o Hospital Estadual do Município de Rorainópolis.

A presente indicação se faz necessária, para proporcionar melhorias na qualidade de vida da população do município e região, já que em muitos casos, não dar tempo de o paciente chega em Boa Vista e fazer atendimento, em alguns casos vindo a óbito.

O Hospital de Rorainópolis, não só atende a demanda dos moradores do município, mas aos outros municípios da região.

Contando com o apoio de Vossa Excelência em examinar o pleito e concluir pelo seu deferimento, receba nesta oportunidade os nossos agradecimentos pela atenção que declinará ao assunto.

Sala das Sessões, 06 de Junho de 2017.

**Deputado Estadual Izaías Maia**

### INDICAÇÃO Nº 274/2017

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência que, após, ouvido o Plenário, seja encaminhado a Excelentíssima Senhora Governadora Suely Campos, a seguinte indicação:

**“Recuperação da ponte localizada na Vicinal 12 - município de Rorainópolis”.**

#### Justificativa

Os produtores rurais localizados na Vicinal 12, município de Rorainópolis, estão passando por dificuldade devido às condições precárias de tráfego da citada ponte.

A falta de recuperação dessa ponte compromete o acesso do transporte escolar e o escoamento da produção agrícola de inúmeras famílias de produtores rurais que moram na região.

A maioria dos produtores está sofrendo prejuízo neste período de inverno devido às condições da ponte.

Por estas e outras razões é que pedimos o pronto atendimento desta indicação.

Sala das sessões, 30 de maio de 2017.

*Francisca Aurelina de Medeiros Lima*

*Deputada estadual*

### INDICAÇÃO Nº 275/2017

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência que, após, ouvido o Plenário, seja encaminhado a Excelentíssima Senhora Governadora Suely Campos, a seguinte indicação:

**“Recuperação da Vicinal 07 (cerca de 15 quilômetros) – município de Rorainópolis”.**

#### Justificativa

É lamentável a situação da Vicinal 07, município de Rorainópolis, uma das vias mais utilizadas para o transporte escolar e para o escoamento de produtos agrícolas da região.

Os moradores alegam que a estrada não oferece a mínima condição de tráfego nesse período, devido à quantidade de buracos, lama e entulhos.

Eles alegam que em muitos trechos críticos da estrada não oferecem trafegabilidade para veículos de pequeno porte e até para caminhões.

Alegam também que os produtores estão sofrendo prejuízos por que não conseguem transportar seus produtos em tempo hábil.

Por estas e outras razões é que pedimos o pronto atendimento desta indicação.

Sala das sessões, 30 de maio de 2017.

*Francisca Aurelina de Medeiros Lima*

*Deputada estadual*

### INDICAÇÃO Nº 276/2017

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência que, após, ouvido o Plenário, seja encaminhado a Excelentíssima Senhora

Governadora Suely Campos, a seguinte indicação:

**“Recuperação de uma ponte localizada na Vicinal 07 – município de Rorainópolis”.**

**Justificativa**

A ponte acima citada está em péssimas condições de tráfego. Para não ficarem ilhados, os produtores estão, dentro do possível, fazendo serviços de recuperação ou um paliativo visando atender as necessidades do transporte escolar, escoamento da produção e situações de emergências, como a remoção de pessoas doentes.

Portanto, é necessário e urgente a recuperação desta ponte, tendo em vista que a falta de manutenção da mesma, vem causando grande transtorno e penalizando seus moradores.

Por estas e outras razões é que pedimos o pronto atendimento desta indicação.

Sala das sessões, 30 de maio de 2017.

*Francisca Aurelina de Medeiros Lima*  
*Deputada estadual*

**INDICAÇÃO Nº 277/2017**

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência que, após, ouvido o Plenário, seja encaminhado a Excelentíssima Senhora Governadora Suely Campos, a seguinte indicação:

**“Recuperação de uma ponte localizada na Vicinal 10 - município do Rorainópolis”.**

**Justificativa**

A ponte acima citada, de pequena extensão, é de grande importância para o acesso dos moradores à Sede do município e outras localidades da região, porém, a má conservação da mesma vem causando transtorno e desconforto as pessoas que por ali transitam, principalmente aquelas que dependem do transporte escolar da região.

Os moradores apelam para o Governo do Estado, alegando que não foram atendidos pela administração municipal em suas reivindicações.

Como existe grande demanda de produção agrícola nessa região, pedimos o pronto atendimento a esta indicação.

Sala das sessões, 30 de maio de 2017.

*Francisca Aurelina de Medeiros Lima*  
*Deputada estadual*

**INDICAÇÃO Nº 278/2017**

A Parlamentar que a esta subscreve, com amparo no art. 202, do Regimento Interno deste Poder, solicita a Vossa Excelência que, após, ouvido o Plenário, seja encaminhado a Excelentíssima Senhora Governadora Suely Campos, a seguinte indicação:

**“Recuperação da Vicinal 17, cerca de 10 km, localizada no município de Rorainópolis”.**

**Justificativa**

A Vicinal 17, localizada no município de Rorainópolis, agrega inúmeras famílias produtoras da agricultura familiar. A região produz culturas de primeira necessidade, que são levadas para comercialização na capital e em outros municípios do interior do Estado.

No entanto, as péssimas condições de tráfego da estrada têm penalizado os produtores com prejuízos em suas produções.

Eles alegam que a presença de muitos buracos, lama, atoleiro e problemas em pontes. Os produtores querem que pelo menos os pontos críticos da estrada e pontes sejam corrigidos de imediato.

Os estudantes também são penalizados com essa deficiência, pois é grande o número de alunos que dependem do transporte escolar nesta região.

Por estas e outras razões é que pedimos o pronto atendimento desta indicação.

Sala das sessões, 30 de maio de 2017.

*Francisca Aurelina de Medeiros Lima*  
*Deputada estadual*

**ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA**

**ATA DA 2579ª SESSÃO, EM 21 DE MARÇO DE 2017.**  
**53º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

**= ORDINÁRIA=**

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS**  
 (Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e um de março de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima septuagésima nona Sessão Ordinária do quinquagésimo terceiro período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia

Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito o Senhor Segundo-Secretário, Deputado Izaías Maia, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Izaías Maia** - Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:**

Indicação s/n,º de 07/03/17, da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhando ao Governo do Estado, para disponibilização de móveis, utensílios de escritório e construção de torres para o acesso à internet, em todos os escritórios que exerçam a atividade de assistência técnica e extensão rural.

Indicação s/n,º de 07/03/17, da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma dos prédios (instalações físicas) das Casas do Produtor Rural localizadas em Rorainópolis, Nova Colina, São João da Baliza, Caroebe, Cantá e Mucajaí.

Indicação s/n,º de 07/03/17, da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhando ao Governo do Estado, para disponibilização de cota de combustível, mensal, para possibilitar o exercício da atividade de assistência técnica aos produtores rurais do Estado.

Indicação s/n,º de 16/03/17, da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 14, com extensão de 20 quilômetros – Município de Rorainópolis-RR.

Indicação s/n,º de 16/03/17, da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 05, com 18 quilômetros de extensão, ligando o Projeto União à BR-432 – Município do Cantá-RR.

Indicação s/n,º de 16/03/17, da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 10 – Confiança III, e Projeto Jatobá.

Indicação s/n,º de 15/03/17, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da ponte de madeira sobre o Igarapé Água Boa, localizado na região do Bom Intento, Zona Rural de Boa Vista - RR.

Indicação s/n,º de 16/03/17, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para adoção de providências necessárias à continuação da obra de recuperação da estrada da Vicinal 01, no Município de Amajari – RR.

Indicação s/n,º de 17/03/17, do Deputado Zé Galetto, encaminhando ao Governo do Estado, para mudança do veículo de transporte escolar atual por outro com maior capacidade de alunos, para atender demanda de estudantes da vicinal 14, Município de São Luiz do Anauá.

Requerimento s/n,º de 17/03/17, do Deputado Brito Bezerra – Líder do Governo, requerendo urgência para tramitação dos seguintes projetos: PL 077/15, PL 082/15, PL 083/2015, PLC 013/15 e PEC 001/17.

Requerimento s/n,º de 18/03/17, do Deputado Naldo Loteria – Vice-Presidente da Comissão Especial Externa, Criada nos Termos da Resolução Nº 045/2015 Alterada Pela Resolução 048/15, requerendo prorrogação de prazo por igual período para seu funcionamento.

Memorando nº 016, de 16/03/17, da Deputada Angela Á. Portella, informando sua ausência na sessão plenária do dia 16 de março do corrente ano.

Memorando nº 035, de 16/03/17, do Deputado Chico Mozart, informando sua ausência nas sessões plenárias dos dias 14 e 15 de março do corrente ano.

Memorando nº 036, de 20/03/17, do Deputado Chico Mozart, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 16 de março do corrente ano.

Memorando nº 016, de 17/03/17, do Deputado Zé Galetto, informando sua ausência nas sessões ordinárias dos dias 21 a 23 de março do corrente ano.

**DIVERSOS:**

Comunicado nº AL005469, de 06/03/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado da Educação e Desporto - SEED, no

valor de R\$ 592.093,40.

Comunicado nº AL005470, de 06/03/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Maria da Neves Rezende, no valor de R\$ 11.200,00.

Comunicado nº AL005471, de 06/03/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Olavo Brasil Filho, no valor de R\$ 11.200,00.

Comunicado nº AL005472, de 06/03/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Associação de Pais e Mestres da Escola Major Alcides Rodrigues dos Santos, no valor de R\$ 28.000,00.

Comunicado nº AL005473, de 06/03/17, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros, no valor de R\$ 22.400,00.

Era o que constava de Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Não havendo quem queira usar a palavra no Grande Expediente, passaremos a Ordem Dia, com discussão e votação, em primeiro turno das seguintes proposições: Projeto de Resolução Legislativa nº 004/17, que “regulamenta a Jornada de trabalho e o registro de frequência e institui o sistema de ponto eletrônico e de banco de horas dos servidores no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria Da Mesa Diretora; Proposta de Emenda à Constituição nº 03/17, que “acrescenta os parágrafos 3º e 4º ao artigo 181 da Constituição do Estado de Roraima, que dispõe sobre o sistema penitenciário”, de autoria do Deputado Jânio Xingú e outros; Projeto de Lei Complementar nº 09/16, que “institui o Diário Oficial eletrônico do Ministério Público como instrumento de comunicação dos atos do Ministério Público do Estado de Roraima”, de autoria do Ministério Público; em segundo turno do Projeto de Resolução Legislativa nº 00/17, que “altera dispositivos da resolução nº 011, de 30 de junho de 1992, ampliando e modificando a configuração das comissões permanentes”, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Resolução Legislativa nº 02/17, que “altera o disposto no § 2º do art. 34 do regimento interno deste poder e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora, e em turno único da Mensagem Governamental de Veto nº 01/2017, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 091/16 que “torna obrigatória a exibição de sessões de cinema para pessoas com deficiência visual e/ou auditiva nas salas cinematográficas do Estado”; Mensagem Governamental de Veto nº 02/2017, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 051/16 que “determina que os hospitais públicos e privados do Estado de Roraima enviem comunicação ao Juizado da Infância e da Juventude e ao Ministério Público estadual dos atendimentos médicos as crianças e adolescentes vítimas de violências físicas e sexuais e dá outras providências”; da Mensagem Governamental de Veto nº 03/2017, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 127/16 que “altera a lei estadual nº 297, de 11 de setembro de 2001, que institui o fundo especial do poder judiciário do Estado de Roraima – FUNDEJURR e revoga a Lei Estadual nº 580, de 12 de janeiro de 2007, e dá outras providências”; da Mensagem Governamental de veto nº 12/2017, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 117/16 que “estima a receita e fixa despesa para o exercício financeiro de 2017”; da Mensagem Governamental de Veto nº 136/2016, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 007/16 que “dispõe sobre a criação do fundo de reaparelhamento e aperfeiçoamento da polícia militar de Roraima – FREA/PM – e a taxa em razão do poder de polícia, e dá outras providências”; da Mensagem Governamental de Veto nº 139/2016, que veta totalmente o Projeto de Lei nº 038/16 que “veda o funcionamento de curso de nível médio técnico específicos voltados à formação de técnicos de enfermagem a distância no âmbito do Estado de Roraima, e dá Outras Providências”; da Mensagem Governamental de Veto nº 147/2016, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 037/16 que “dispõe sobre o fornecimento de leite sem lactose para crianças de baixa renda do Estado de Roraima”; do Projeto de Lei nº 014/17, que altera o art. 3º da lei nº 232, de 30 de setembro de 1999, que cria o fundo de desenvolvimento industrial do Estado de Roraima – FDI e o conselho diretor do fundo de desenvolvimento industrial do Estado de Roraima – CDI; do Projeto de Lei nº 022/17, que institui, no calendário oficial de eventos do Estado de Roraima, os jogos universitários de Roraima – JURR e dá outras providências; Proposta de Moção de Aplauso nº 002/17, à guarda municipal de Boa Vista pela passagem do aniversário de seus 27 anos de criação, na data 8 de março; Requerimento nº 08/17, requerendo a transformação da

Sessão Plenária em Comissão Geral, no dia 30 de março do corrente, às 10h, momento em que esta Casa Legislativa homenageará com a Comenda Orgulho de Roraima, os atletas que foram destaque no Estado de Roraima e Requerimento nº 09/17, da Comissão especial Externa, criada através da Resolução nº 045/15, requerendo a prorrogação de prazo, por igual período para seu funcionamento.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 01/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Lido o Projeto de Resolução Legislativa nº 01/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em discussão o Projeto de Resolução Legislativa nº 01/17. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será nominal/eletrônica: votando “sim”, os deputados aprovam a matéria e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a liberação do painel para votação.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede Questão de Ordem - Por mais que tenham 18, não está havendo quórum aqui em Plenário, é preciso que o Senhor faça uma chamada dos deputados que estão nos gabinetes para que a matéria não possa ser prejudicada.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Convido os senhores deputados para que compareçam ao Plenário. É matéria que altera o Regimento Interno e são necessários 13 votos favoráveis. Deputada Aurelina Medeiros, Deputado Brito Bezerra, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Jânio Xingú, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus e Naldo da Loteria

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Senhor Presidente, muito embora a matéria esteja em votação, não se pode apresentar Questão de Ordem, mas eu gostaria de pedir a Vossa Excelência que analisasse o artigo do Regimento Interno, porque a pauta está trancada e, por essa razão nós não poderíamos deliberar esse Projeto. Então, eu pediria a Vossa Excelência que desse uma pausa de aproximadamente 10 minutos, até para concluir o quórum e também ordenar a votação sobre a questão dos vetos para encaixar com o Artigo da Constituição.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Acato o Requerimento do Deputado Jalser pela suspensão.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Suspensão somente para aguardar quórum. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Os Deputados que estão em reunião, os deputados do bloco da base governo.

Está encerrada a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Resolução Legislativa nº 01/17, em segundo turno, por 13 votos “sim”, nenhum contra e nenhuma abstenção.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura Projeto de Resolução Legislativa nº 02/17.

O Senhor Primeiro Secretário **Naldo da Loteria** - Lido Projeto de Resolução Legislativa nº 02/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em discussão, o Projeto de Resolução Legislativa nº 02/17. Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação. A votação será nominal/eletrônica.

Solicito a liberação do painel para a votação.

Dou por aprovado, em segundo turno, o Projeto de Resolução Legislativa nº 02/17 por 16 votos “sim”, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Resolução nº 08/17, que designa a composição das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima para o biênio de 2017/2018. Composta pelos seguintes Parlamentares: Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final composta pelos Senhores Deputados: George Melo, Jorge Everton, Coronel Chagas, Lenir Rodrigues, Brito Bezerra, Aurelina Medeiros e Mecias de Jesus; Comissão de Administração, Serviço Público e Previdência, composta pelos seguintes deputados: Soldado Sampaio, Odilon Filho, Valdenir Ferreira, Coronel Chagas e Jorge Everton. Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário, composta pelos seguintes deputados: Jorge Everton, Flamarion Portela, Coronel Chagas, Soldado Sampaio e Mecias de Jesus. Comissão de Educação, Desportos e Lazer, composta pelos seguintes deputados: Lenir Rodrigues, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Chico Mozart e Gabriel Picanço. Comissão de Cultura e Juventude, composta pelos seguintes deputados: Masamy Eda, Valdenir Ferreira, Dhiego Coelho, Chico Mozart e Angela Águida Portella. Comissão de Saúde e Saneamento, composta pelos seguintes deputados: Aurelina Medeiros, Chico Mozart, Joaquim Ruiz, Masamy Eda e Valdenir Ferreira. Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle, composta pelos seguintes deputados: Coronel Chagas, Marcelo Cabral, Jânio Xingú, Aurelina Medeiros, Izaias

Maia e Soldado Sampaio. Comissão de Tomada de Contas, composta pelos seguintes deputados: Joaquim Ruiz, Mecias de Jesus, Coronel Chagas, Brito Bezerra e Jânio Xingú. Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, composta pelos seguintes deputados: Izaías Maia, Jorge Everton, Flamarion Portela, Odilon Filho e Evangelista Siqueira. Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, composta pelos seguintes deputados: Zé Galeto, Marcelo Cabral, Aurelina Medeiros, George Melo e Gabriel Picanço. Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial, composta pelos seguintes deputados: Mecias de Jesus, Jânio Xingú, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Joaquim Ruiz, Soldado Sampaio e Gabriel Picanço. Comissão de Políticas Indigenistas: Gabriel Picanço, Dhiego Coelho, Lenir Rodrigues, Soldado Sampaio, Evangelista Siqueira. Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, composta pelos seguintes deputados: Marcelo Cabral, Masamy Eda, George Melo, Jânio Xingú e Brito Bezerra. Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços, composta pelos seguintes deputados: Brito Bezerra, Joaquim, Jânio Xingú, Zé Galeto e Masamy Eda. Comissão de Relações Fronteiriças, Mercosul, de Ciências, Tecnologia, Inovação e Comunicação, composta pelos seguintes deputados: Dhiego Coelho, Zé Galeto, Jorge Everton, Odilon Filho e Joaquim Ruiz. Comissão de Viação, Transportes e Obras, composta pelos seguintes deputados: Lenir Rodrigues, Masamy Eda, Angela Águida Portella e Naldo da Loteria. Comissão da Família e do Direito da Mulher, da criança e do adolescente e ação social composta pelos seguintes Deputados: Flamarion Portela, Masamy Eda, Lenir Rodrigues, Angela Águida Portella e Naldo da Loteria. Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social, composta pelos senhores deputados: Angela Águida Portella, Dhiego Coelho, Brito Bezerra, Lenir Rodrigues e Marcelo Cabral. Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa, composta pelos seguintes Deputados: Evangelista Siqueira, Izaías Maia, Dhiego Coelho, Soldado Sampaio e Angela Águida Portela. Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso: Valdenir Ferreira, Evangelista Siqueira, Naldo da Loteria, Chico Mozart e Zé Galeto. Comissão de Ética Parlamentar, composta pelos seguintes deputados: Odilon Filho, Naldo da Loteria, George Melo, Zé Galeto e Izaías Maia. Suplentes, deputados: Joaquim Ruiz e Flamarion Portela.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Lido a Resolução nº 08/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Resolução nº 13/17, que "cria Comissão Especial Externa para analisar e emitir parecer às Mensagens Governamentais 01/17, 02/17, 03/17, 12/17, 136/16, 139/16 e 147/16".

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria**. Lida a Resolução nº 13/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Temos diversas matérias para serem deliberadas na Ordem do Dia, algumas dependem de liberação no âmbito da Comissão Interna que foi criada no âmbito da CCJ.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que sejam analisadas pelas Comissões.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Dou por reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura de Requerimento que pede prorrogação de prazo.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em discussão, o Requerimento. Em votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura de Requerimento de transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral dia 30 de março, de autoria Deputado Chico Mozart.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em discussão, o Requerimento. Em votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento.

Nós temos Veto para serem deliberados.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 04/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Lido o Projeto de Resolução Legislativa nº 04/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em discussão a matéria. Não havendo nenhum Deputado que queira discutir, coloco em votação. A

votação será nominal/eletrônica.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede Justificativa de Voto - Na verdade, nós estamos criando uma Resolução que normatiza o ponto eletrônico dentro da Assembleia Legislativa e de seus anexos. Então a partir de hoje, o servidor público da Assembleia Legislativa terá um ponto, ele trabalhará pela manhã e trabalhará pela parte da tarde. Essa maneira que será conferida aos servidores da Assembleia Legislativa, ela ainda vai ser organizada pelo setor de pessoal em cada caso, porque a partir de agora todo servidor terá a sua biometria conferida e a partir daí lançada no sistema. Toda falta será descontada, toda presença será avaliada e ele também passará por uma seção de avaliação de progressão, independente dele ser concursado ou comissionado. Portanto, eu entendo que o ponto eletrônico é uma nova etapa que Assembleia Legislativa está passando, é um novo momento que o Poder Legislativo está passando e estamos dando exemplo a outras Assembleias Legislativas que não têm ainda o ponto eletrônico. Na verdade, o ponto não veio para confundir, ele veio para explicar, orientar e tirar essa pecha de que dentro da Assembleia Legislativa existem servidores fantasma, existem servidores que não trabalham e existem servidores que fazem esses tipos de coisas. Então, nós queremos dissipar definitivamente qualquer tipo de má conduta que tenha a opinião pública, no tocante a essa parte. Já havia conversado há tempos, com chefe do Ministério Público Estadual e ficou bem clara a nossa posição em relação à criação do ponto eletrônico, bem como a realização de concurso público ainda esse ano. Esse é o primeiro passo. Um passo muito importante, histórico para Assembleia, e vai fazer, sem dúvida alguma, com que o cidadão, o servidor tenha seus direitos e esteja definitivamente colaborando com o crescimento da instituição e o fortalecimento do Poder legislativo. Muito obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Como bem frisou o Deputado Jalser, essa matéria além de instituir o Ponto Eletrônico, ela também regulamentação de forma bem clara a jornada de trabalho no âmbito do Poder Legislativo.

A votação será nominal e eletrônica. Solicito abertura do painel para votação.

O Senhor Deputado **George Melo** - Embora o Presidente já tenha pedido aos colegas pela aprovação. A gente pede ao G14 que vote "sim".

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Está encerrada a votação.

Declaro aprovado em turno único com 17 votos favoráveis, nenhum "não" e nenhuma abstenção, o Projeto de Resolução Legislativa nº 04/17.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 022/17, bem como Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Lido o Projeto de Lei nº 022/17 e o Parecer da Comissão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Coloco em discussão o Projeto de Lei nº 022/17.

O Senhor Deputado **George Melo** - Só quero lembrar os colegas que muito do que se tem do esporte olímpico hoje, o grande sucesso advém dessa ação do esporte universitário. Então, quero pedir que eles tivessem esse apoio da Assembleia, porque nós moramos no estado mais distante e para ter uma programação do esporte olímpico, é preciso que a gente tenha tempo para que possamos ter passagens compradas mais baratas, pois todo mundo sabe que quem compra passagem com pelo menos 30 dias, tem no mínimo 40, 50% de desconto. Então, é por isso que eu estou pedindo a aprovação desse projeto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Não havendo mais quem queira discutir o projeto. Coloco em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os Senhores aprovam a matéria e votando "não", rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado em turno único o Projeto de Lei nº 022/17, com 16 votos "sim", nenhum "não" e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Mensagem Governamental nº 136/16, de veto parcial ao Projeto de Lei nº 007/16, bem como o parecer da Comissão.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** pede Questão de Ordem - Requeiro a prorrogação da sessão, uma vez que passou das 12h.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Acatado o Requerimento verbal do Deputado Chico Mozart. Portanto, fica prorrogada a sessão pelo tempo necessário.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Lida a Mensagem Governamental nº 136/16, de veto parcial ao Projeto de Lei nº 007/16 e o parecer da Comissão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em discussão, a matéria.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Presidente, eu votei na comissão com o relator e peço aos colegas pela derrubada do veto. É um Projeto de Lei que criou o fundo de amparo da Polícia Militar, do qual nós estabelecemos que 10% das multas efetuadas pela Polícia Militar em favor do DETRAN retornasse para esse Fundo para reaparelhar a PM. Nada mais do que justo a PM ter uma pequena parcela de retorno para equipar suas viaturas e ajudar o DETRAN. Isso é um fato motivador para a Polícia Militar. Isso seria em torno de 30 mil ao mês que o DETRAN iria repassar à Polícia Militar. Tenho aqui em mãos um termo de convênio assinado entre o DETRAN e a Polícia Militar que sempre existiu. Então, deixaria apenas de estar oficializando, deixa o convênio e passa a ser uma obrigatoriedade. Quero aqui pedir ao líder do governo e conchamar aos meus pares para derrubarmos o veto de acordo com o parecer do relator.

O Senhor Deputado **George Melo** – Quero fazer um apelo e parabenizar o Deputado Sampaio e dizer que vamos votar com Vossa Excelência. O G-14 vai votar pela derrubada do veto. O momento em que vive o Brasil, onde estamos preocupados com nossa segurança, sabemos que é pouco mas, é importante, sabemos que o convênio já existe com o DETRAN. Peço aos membros do G-14 que votem pela derrubada do veto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Realmente trata-se de um projeto importante que vai formalizar o que de fato já existe. A votação será secreta e eletrônica, votando “sim” os Deputados mantêm o veto e votando “não”, rejeitam. Solicito a abertura do painel para a votação.

Dou por rejeitado o veto parcial ao Projeto de Lei por 04 votos “sim”, 13 votos “não” e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Mensagem Governamental nº 147/16 de veto parcial ao Projeto de Lei nº 037/16.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Gostaria que fosse feita a verificação de quórum, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum, é necessário ter 14 deputados em plenário.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Não há quórum, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo quórum, vamos transferir o restante da pauta da Ordem do Dia para a Sessão Plenária de amanhã.

Passaremos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, gostaria de convidar os Deputados membros da Comissão de Educação, Desportos e Lazer para participar da reunião ordinária da comissão amanhã, após a Sessão. Deputado: Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Chico Mozart e Gabriel Picanço, para trabalharmos o cronograma de atividades do semestre. E agora, imediatamente após a Sessão, teremos uma reunião com os membros da CPI do Sistema Prisional, deputados Soldado Sampaio, Jorge Everton, Flamarion Portela e Chico Mozart. Finalizando, convido todos os deputados com suas equipes, para participar da 4ª Marcha Mundial da Endometriose. Essa é a primeira vez que vai ocorrer em Roraima e essa marcha será realizada no sábado às 18 horas, em frente à Praça Barreto Leite, em frente ao Lotty Iris, com panfletagem na Avenida Jaime Brasil.

E não havendo mais nenhum deputado que queira fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 22, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalsner Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio.**

**ATA DA 2582 SESSÃO, EM 28 DE MARÇO DE 2017.  
53º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

**= ORDINÁRIA=**

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS**

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e oito de março de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima octogésima segunda Sessão Ordinária do quinquagésimo terceiro período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado Izaías Maia, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Izaías Maia** - Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:**

Mensagem Governamental nº 18, de 22/03/17, encaminhando para apreciação Projeto de Lei que “altera os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei Delegada nº 11, de 16/01/2003, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado de Articulação Municipal e Política Urbana e dá outras providências, para transformá-la em Secretaria de Estado das Cidades – SECID”.

Mensagem Governamental nº 19, de 22/03/17, encaminhando para apreciação Projeto de Lei que “altera a Lei nº 880, de 14 de dezembro de 2012”.

Mensagem Governamental nº 20, de 23/03/17, comunicando veto parcial ao Projeto de Lei nº 001/2017, que “altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 828, de 24/11/11, que dispõe sobre a reestrutura e reorganização do Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito de Roraima e dá outras providências”.

**RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:**

Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 23/03/17, dos Deputados Soldado Sampaio e Coronel Chagas, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Coronel BM Edvaldo Cláudio Amaral e dá outras providências”.

Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 23/03/17, do Deputado Jorge Everton, que “concede a Medalha da Ordem do Mérito Legislativo na Categoria Mérito Especial à Coronel do Corpo de Bombeiros de Roraima Vanísia de Sousa Santos e dá outras providências”.

Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 23/03/17, do Deputado Flamarion Portela, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Professor Doutor Roberto Ramos, da Universidade Federal de Roraima, e dá outras providências”.

Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 23/03/17, do Deputado Mecias de Jesus, que “concede a Comenda do Mérito Legislativo aos Senhores Cel. Edvaldo Cláudio Amaral e Cel. Alexson Suede Rabelo Mamed e dá outras providências”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 14/17, de 28/03/17, do Deputado Chico Mozart, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Senhor Márcio Agra Belota e dá outras providências”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 15/17, de 28/03/17, do Deputado Chico Mozart, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Senhor Enzo Botinelly Rodrigues e dá outras providências”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 16/17, de 28/03/17, do Deputado Coronel Chagas, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Senhor Roberto da Silva e dá outras providências”.

Indicação s/nº, de 24/03/17, do Deputado Coronel Chagas, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma da Escola Estadual 31 de Março, localizada na rua Fábio Magalhães, bairro 31 de março.

Indicação s/nº, de 24/03/17, do Deputado Coronel Chagas, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma e reativação do Parque Aquático do bairro Jardim Primavera, localizada na rua das Acácias, sem número.

Indicação s/nº, de 27/03/17, do Deputado Brito Bezerra, Líder do Governo, requerendo a inclusão da Mensagem Governamental nº 20/17 na pauta da “Ordem do Dia” do dia 28/03/17.

Requerimento s/nº, de 27/03/17, do Deputado Evangelista Siqueira, requerendo a realização de Audiência Pública às 9h do dia 07/04/17, com a finalidade de tratar do tema da Campanha da Fraternidade de 2017 - Fraternidade: Biomas Brasileiros e Defesa da Vida, com foco no nosso bioma particular - “O Lavrado”.

Proposta de Moção de Aplausos s/nº, de 20/03/17, do Deputado Soldado Sampaio, ao Soldado PM Felipe Aires Campos, pela atuação durante o atendimento da ocorrência no dia 05/03/17, por volta das 19h10min, em seu período de folga, ao ter coibido um assalto, efetuado a prisão do suposto criminoso e ter garantido sua integridade física, de forma heroica e não convencional.

**DIVERSOS:**

Ofício nº 087, de 22/02/2017, da CAIXA - Gerência Executiva de Governo Boa Vista/RR, notificando Crédito de Recursos Financeiros no

valor de R\$ 552.936,00 (quinhentos e cinquenta e dois mil, novecentos e trinta e seis reais).

Comunicado nº AL005888, de 15/03/2017, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, informando liberação de recursos financeiros à Secretaria de Estado de Educação e Desporto – SEED, no valor de R\$ 515.375,05 (quinhentos e quinze mil, trezentos e setenta e cinco reais e cinco centavos).

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** procede à chamada.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Bom dia, Senhor Presidente, Parlamentares presentes e povo em geral. Vamos brincar um pouquinho de mentir. Vou ler a Folha de Boa Vista de hoje. Baseado nas verdades que a sociedade de Boa Vista e do estado de Roraima estão vivendo, acho que o que está aqui na Folha de Boa Vista é uma brincadeira. Parece que estão começando a se preocupar, mas iniciando com uma mentira: “Eletrobrás confirma que reunião com indígenas irá ocorrer no início de abril com a retomada das negociações. Processo para iniciar as obras do Linhão de Tucuruí deverá ser iniciado do zero”. Em entrevista exclusiva à Folha, o superintendente regional da Eletrobrás Transmissão Roraima, Roni Franco Rodrigues, anunciou que no início de abril haverá uma reunião com os indígenas para definir os últimos entraves para a retomada da obra de Tucuruí, entre Manaus e Boa Vista, que irá interligar Roraima ao Sistema Nacional Interligado, a partir do Amazonas. Como a retomada o processo inicia do zero, a previsão para chegar a energia, possivelmente, será em 2021. Após a reunião com os parlamentares, o Presidente Temer reuniu os integrantes dos Ministérios e afirmou que o linhão tinha que sair de qualquer jeito e o mais viável é a continuação das estradas existentes. Nas reuniões posteriores, os Ministérios foram cumprindo suas obrigações e a Funai (Fundação Nacional do Índio), onde estava o maior entrave, deu uma resposta favorável aos inícios dos trabalhos ambientais dentro da reserva indígena. No início do mês, a Funai aí, na área, apresentou aos indígenas o plano de trabalho apresentado pelo consórcio, conforme ele, não vai ocorrer a quebra do contrato com a empresa consórcio transporte e energia, formado por conta de 49% da Eletronorte e 51% da Alupar, continua normalmente. A empresa pediu o cancelamento e exigia 450 (quatrocentos e cinquenta) milhões de indenização e agora disse que estava tudo sobre controle. A empresa pediu cancelamento, a ANEEL deu parecer favorável, mas o Governo Federal não aceitou. Então, aconteceram várias reuniões com a empresa e foi definido que o mais viável seria a continuação do contrato, explicou Roni Franco. A nova proposta a ser levada pela Funai aos indígenas inclui, além do traçado correndo paralelamente à BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, portanto, já passa pela terra indígena há mais de 30 anos, vários projetos de desenvolvimento e subsistência que serão benéficos para as comunidades, segundo a Eletronorte. Segundo a Eletrobrás, após a reunião com as comunidades Waimiris-Atroaris, sobre a passagem do linhão pelas áreas indígenas, a negociação deverá ser concluída de forma positiva. Todos os empreendimentos têm compensações, e essas compensações, necessariamente, têm que ser em dinheiro, são convênios entre empresas e nós. Por exemplo, para Guri passar, tivemos convênio com São Marcos para melhorar a qualidade de vida dos indígenas, o que tornou São Marcos Independente financeiramente. Então, é um modelo a ser seguido, com projetos de agricultura, pecuária e gestão. Cada empreendimento é uma nova negociação, explicou Gonçalves.

Com o crescimento do Estado, novos domicílios e empresas, a população vive assombrada pelo fantasma do apagão, já que 72,2% (setenta e dois vírgula dois por cento) da energia consumida são comprados da Venezuela, por meio do Linhão de Guri - país que enfrenta a maior crise econômica e humanitária da história. Os outros 27,8% (vinte e sete vírgula oito por cento) de energia elétrica são fornecidos por quatro usinas termoeletrônicas caras e poluentes, mantidas pela Eletrobrás. Todo mês, esses equipamentos consomem seis milhões de litros de óleo diesel, ao custo de 20 milhões. Não existe nada oficial e nem não oficial sobre qualquer interrupção em Guri. Temos um contrato entre dois países que deve ser respeitado, e não será quebrado sem qualquer formalidade, explicou o superintendente regional da Eletrobrás Transmissão Roraima, Roni Franco Rodrigues. Ele afirmou que até 2015 a Venezuela fornecia 95 (noventa e cinco) megawatts e, após as modernizações em Boa Vista, foi possível trazer 130 megawatts. O que acontece é que Boa Vista aumentou muito a demanda e hoje consumimos aproximadamente 180 megawatts e a Eletrobrás completa essa quantidade restante. O contrato sempre forneceu a mesma quantidade, a questão é que, antes, Boa Vista consumia menos. Os problemas que acontecem são relativos à situação política da Venezuela,

mas não tem nada a ver com Roraima. Temos geração térmica suficiente para suprir a demanda se for necessário, mas é muito difícil acontecer algo no fornecimento de Guri, pois a Venezuela precisa de dinheiro e nós pagamos. Não vão deixar de atender o maior consumidor deles - isso informação do Superintendente da Eletrobrás. Esse rapaz esquece que no Linhão de Guri, numa escala de 01 (um) a 10 (dez), a Venezuela tem 2% (dois por cento) de água nesse complexo de Guri, a Venezuela funciona cinco dias e para dois. Como a Venezuela vai continuar fornecendo energia sem ter, não tem nem para eles. Outra coisa que o Superintendente disse, e eu gostaria que ele estivesse aqui para responder e explicar para o povo, que nós aumentamos o consumo e a Venezuela vai manter esse contrato. Eu pergunto desse cidadão, o que ele acha de dar uma coisa que não tem? Se não tem nem para você. Então, não pode dar para ninguém. Isso é conversa para *boi dormir*. E, se tudo correr bem, talvez em 2021, nós teremos o Sistema Nacional de Tucuruí. Devemos dois bilhões para Eletrobrás, e quem tem que pagar é o Governo Federal. Dois bilhões de reais, recebemos combustível por força de uma liminar. Então, são coisas que escondem do povo para dizer que está tudo bem. Eu não gosto de falar sem a presença das autoridades, gosto de perguntar olho no olho. Vou guardar esse jornal, no dia que tiver audiência pública, com essas autoridades, aí eu vou fazer essa pergunta. Termoeletrônica que temos aí - o texto que foi feito - duas pegaram fogo. Então, temos que estar preparados para a falta de energia com as termoeletrônicas. Volto a dizer, o momento é de união. Se cruzarmos os braços, a escuridão toma conta do Estado de Roraima, principalmente com essas brincadeiras faladas aqui pelo Superintendente da Eletrobrás. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa falada e escrita. Uso a Tribuna para falar de três assuntos. Primeiro, quero falar de um assunto que é importante para todos os Deputados. Senhor Presidente, nós estamos no terceiro ano de mandato, aprovamos aqui nesta Casa uma PEC na qual a Deputada Aurelina foi Relatora. PEC que tratava especificamente das Emendas Impositivas. Passaram-se três anos e a Senhora Governadora nem sequer manda o Secretário de Planejamento vir, aqui, com Comissão de Orçamento e controle para explicar porque não faz a execução das nossas Emendas. Aí os Deputados Estaduais fazem compromissos com seus municípios, com suas bases eleitorais e quando chega a época da execução dessas emendas, o Deputado passa a ser uma pessoa que falou uma coisa para um prefeito, para um vereador, para uma comunidade, e que não vai acontecer. E este Poder não tem feito nada para que isso venha se materializar, Deputado Jorge Everton. Eu queria pedir aqui, ao Presidente em Exercício desse Poder, Coronel Chagas, que coincidentemente, também, é Presidente da Comissão de Orçamento e Controle, que convoque aqui o Secretário de Planejamento e que faça valer o poder que essa Casa tem, que nós possamos deixar de ser uma extensão do palácio, e talvez seja por isso que o Poder Legislativo está enfraquecido em todo país, pelos atos de covardias dos seus membros, que não tem coragem de enfrentar os desafios. Eu costume dizer que homem covarde não conquista nem mulher.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** - Deputado Xingu, acompanhando atentamente o seu discurso, eu entendo que nós não deveríamos nem convocar o secretário. Acho que esta Casa deveria tomar medidas mais enérgica e ajuizar uma ação contra a governadora. O mais correto é que essa Casa ajuíze ação e tenho certeza que em menos de 48 horas, a Governadora, o Secretário de Planejamento, Secretário da Fazenda, vão estar, aqui, nesta Casa para resolver as questões das emendas. Eu entendo que Vossa Excelência, na sua ideia, deveria, Senhor Presidente, era ajuizar três ações contra essa governadora, porque a lei existe, e esse poder é o Poder Legislativo, tem que se fazer valer o poder de legislar. Só para contribuir com sua fala, tenho certeza que essa coisa do secretário vir aqui, não dá certo. Daqui a pouco, ele tem uma viagem, enfim, termina o ano. Tem que entrar com uma ação de imediato, temos uma Procuradoria Jurídica, Deputado Xingu, que pode muito bem preparar e entrar com a ação. Tenho certeza que os 24 Deputados irão assinar. É um absurdo você se comprometer com suas bases, se comprometer com o povo e passar por mentiroso. Se esse governo não tem compromisso com seus eleitores, nós Deputados temos e vamos fazer valer o nosso compromisso.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** continua – Obrigado, Deputado George pelo seu aparte! Quero dizer que o Presidente desse Poder, ou o Presidente da Comissão de Orçamento e Controle, precisa fazer alguma coisa para que as próximas legislaturas sejam respeitadas pelo Governo do Estado. Seja respeitada por qualquer que seja o Governador, tem que cumprir as Emendas - está na lei, está na Constituição do Estado. Se a governadora não cumpre a Constituição do Estado, ela está cometendo um crime de responsabilidade. Porque quando vem aqui tomar posse, existe um juramento que diz: “vou cumprir a Constituição Estadual, Constituição Federal e as Leis”. E por que não cumpre? E por que a Deputada Aurelina

não cobra - que foi a mentora da PEC nessa Casa. Tem coisas que mesmo estando na base do governo - eu mesmo questioneei quando era da base do ex-Governador Anchieta - mesmo sendo da base do governo, você tem que questionar. Não é só pelo fato de ser da base que você tem que, realmente, dizer amém a todos os momentos, amigos, parceiros. Não é aquele que só diz o que o líder quer ouvir. É aquele que questiona, que tem coragem de dizer: *olha você está errado, você também erra*. Tinha um grande rei no império romano, e esse rei agia energeticamente com todo mundo. E quando ele agia, contratou um servo, e o servo ficava do lado dele, e quando ele estava agindo muito forte, aquele servo dizia: *meu rei, lembre-se de uma coisa, você é apenas um homem*. E aquele rei continuava energeticamente, e o servo ia lá e dizia: *meu rei você é apenas um homem*.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Deputado Xingu, acho que o senhor gosta muito de mim. Mas gostaria de dizer o seguinte, eu sou responsável pelas minhas emendas e você pelas suas. Eu sou tão Deputada quanto você. Se você não cobra as suas, não ponha a culpa em mim, a não ser que queira me contratar para pedir as suas também. Eu cuido das minhas, você cuida das suas. Acho que cada parlamentar cuida das suas. Se você não é do grupo do governo, não tenho culpa disso também. E não tenho conhecimento de emendas de 2015 e 2016 aprovadas no estado. Emendas de 2016 que aprovamos no orçamento de 2015, essas emendas foram objeto de Veto. Existem emendas de 2016 para o orçamento de 2017, e não é a de todos os Deputados que foram vetadas, mas a grande maioria sim, porque foram emendas feitas fora dos objetivos da PEC, aprovada aqui por esse parlamento. Quero dizer que também não tive minhas emendas executadas, nem de 2017 e nem 2016. Eu tenho emenda aprovada no orçamento. É só procurar Assembleia, quem aprova o orçamento sabe disso. Eu corro atrás, e queria dizer para o senhor correr também. E não me coloque assumindo a responsabilidade pelas emendas da Assembleia e nem pela execução do governo da Governadora Suely - a executiva é ela, faço parte do legislativo.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** continua - Deputada Aurelina, infelizmente, Vossa Excelência, entendeu mal. Eu jamais pediria para a senhora defender o Poder Legislativo pelo governo, porque todos aqui sabem que a senhora só defende a senhora mesma. Jamais iria cometer um erro desse tão grave. Tanto é que quando a senhora foi líder do governo passado, os Deputados reuniram e foram com o governo para pedir, e a senhora ganhou o título de *Lobinha*. Então, jamais eu iria pedir para senhora cuidar do que é meu, jamais. O meu discurso não tem nada a ver com assunto pessoal, nem da Deputada Aurelina e nem de qualquer Deputada ou Deputado desta Casa. O que estou cobrando é ação conjunta, Deputado Chagas, é o respeito pelo parlamento. É execução das emendas gerais, independentemente de ser Deputado Flamarion, Deputado Gabriel ou Deputado Brito, Deputado Chico Mozart, Deputado Xingu, Deputada Lenir, etc. Nós estamos cobrando a execução geral que está na lei e precisa ser cumprida, não estou cobrando de forma individual, jamais faria isso. Mas entendo que é um desrespeito do governo para com esse Poder. Gostaria de pedir ao Deputado George Melo, que é Presidente da Comissão De Constituição e Justiça, que enquanto o governo não cumprir com as emendas, nenhum projeto vindo do governo passará nessa Casa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Deputado Xingu, quero lhe parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Mas antes seria necessário esclarecermos para quem está nos acompanhando aqui no Plenário e através do sinal da TV Assembleia, o que vem a ser Emenda Parlamentar Impositiva; porque, às vezes, as pessoas não têm todas as informações a respeito disso. Como funciona Lei Orçamentária Anual? Deputado Flamarion, que foi governador, sabe muito bem. Ela é Projeto de Lei que o Governo do Estado encaminha para Assembleia, após ouvir todas Secretarias do estado, ouvir os poderes onde vai estimar a receita. Ou seja, quanto o estado vai arrecadar no ano vindouro, no ano seguinte, e vai fixar despesas, entre recursos próprios e impostos, transferências federais. São economistas que trabalham isso, técnicos do governo e procuram chegar a um valor mais próximo do real, e fixa na mesma lei onde o estado vai aplicar esses recursos, seja na saúde, educação, agricultura, segurança pública, enfim, essa é a lei orçamentária. Acontece que nem sempre o governo do Poder Executivo, que é preparado de encarregar o projeto, consegue atender as expectativas e demandas de todas as regiões do estado. Aí a nossa Constituição Federal, nossa Constituição Estadual e Leis infraconstitucionais estabeleceram que poderá a Assembleia Legislativa, os Deputados eleitos pelo povo, apresentara emendas ao orçamento. Essas emendas tem um teto, que é dois milhões e meio de reais, ou seja, cada Deputado poderá receber as demandas de suas bases eleitorais. Quais são essas demandas que chegam nos gabinetes ou até o Deputado nas suas caminhadas pelo estado, recebe das comunidades, recebe do cidadão? Pedidos para reforma de escolas, pedidos para recuperação de praças e construção de praças públicas, pedidos para construção de mais escolas,

pedidos para recuperação de estradas, aberturas e ampliação de vicinais, construção de novas pontes, reformas de pontes, ampliação de rede elétrica para comunidade, onde não tem energia, construção ou reforma de postos de saúde, enfim, há um leque imenso de demandas que chegam nos gabinetes dos Deputados. Quando chega a proposta de orçamento aqui na Assembleia, ela é encaminhada para Comissão de Orçamento que distribui cópia para todos os Deputados para que eles possam discutir a matéria, e os Deputados vão ver se aquela demanda que chegou no gabinete dele já foi contemplada na proposta orçamentária, e na maioria das vezes isso não aconteceu. E cada Deputado tem dezenas de pedidos de reformas, recuperações em todas as áreas, e ele procura atender o máximo possível. Tem Deputado que apresenta 25 emendas no orçamento, distribui aqueles dois milhões e meio com 100 mil reais para cada um. Tem Deputado que prefere concentrar o recurso dele, dessa capacidade de ele emendar dois ou três projetos. Então, essas emendas, após deliberação, se aprovada na comissão de orçamento e depois referendados pelo plenário desta Casa passam a ser frustradas como emendas impositivas. Por que impositiva? Porque ela é obrigatória na sua execução em razão de uma emenda constitucional. Essa emenda constitucional aprovada aqui no estado, aconteceu em 2014 na legislatura passada, e é verdade, a autora da matéria foi a Deputada Aurelina Medeiros. Acontece, Deputado Brito, Vossa Excelência que é líder do Governo bem sabe que, apesar de serem emendas impositivas, existem alguns requisitos que a PEC estabelece, que é a questão da saúde, da segurança pública, infraestrutura. Enfim, o apoio ao setor primário - essas emendas quando se dirigem a esses setores elas são impositivas. Apesar disso, o Poder Executivo não tem, salvo algumas exceções, executado essas emendas. E aí o Deputado Jânio Xingu tem total razão. É bem verdade que, em 2016, os Deputados do G14 abriram mão das suas emendas para auxiliar o Poder Executivo na ordem, se não me engano, de trinta milhões de reais dos Deputados do G14 - para 2016 abrir mão desses recursos, mas para 2015 não e para 2017, não. É fato que as emendas, com raríssimas exceções, não estão sendo executadas. E a Chefe do Poder Executivo, ao proceder dessa forma, está incorrendo em crime de responsabilidade. Isso está especificado na Lei de Responsabilidade. Então, fica o alerta para que essas correções sejam feitas, as emendas sejam executadas para que não venhamos... havendo uma representação formal nesta Casa, ela não poderá deixar de analisar isso. E todos sabem quais são as consequências de uma representação por crime de responsabilidade pelo Chefe de um Poder, enseja a abertura de comissão processante. Eu como vice-presidente da Casa e como presidente da Comissão de Orçamento, porque a gente quer harmonia entre os poderes, desde que evidentemente esse tipo de coisa provoca desarmonia, quebra o clima necessário para que haja a governabilidade e para que haja o avanço das políticas públicas em nosso estado. Então, neste sentido, Deputado Jânio Xingu, que faço o aparte, parabenizando o seu pronunciamento, deixando o alerta ao Líder do Governo e também a Chefe do Poder Executivo para que analise de forma criteriosa. Sabemos que o cobertor é curto, mas quando se trata de emenda impositiva não tem como deixar de ser improdutiva. É mais do que lei. É a Constituição Estadual, baseada na Constituição Federal em leis inconstitucionais. Então era essa a nossa contribuição.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** continua - Obrigado, Deputado Chagas, ora Presidente em exercício da Assembleia Legislativa, pela sua intervenção, que, por sinal, foi muito boa. E quero conceder a palavra ao Líder do Governo, Deputado Brito Bezerra.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Agradeço a Vossa Excelência pelo aparte. Me referindo aqui as palavras do Deputado Chagas, se provocasse tamanha desarmonia entre os poderes a questão da não execução das emendas, meu presidente, Deputado Chagas, eu estaria, acredito que de forma já a contemplar uma dor incurável. No meu primeiro mandato eu não sei o que houve com as minhas emendas. Eu sei que eu coloquei todas para o setor produtivo, sobretudo para a ADERR. E me recordei que sempre coloquei para recuperação de estradas, sobretudo Rorainópolis porque tem um trabalho intenso naquele município. Nunca uma emenda dessas, Deputado Flamarion, foi executada. Sequer recebeu um ofício, dizendo que não poderia ou que não teria orçamento. Enfim, aqui só era executada as emendas dos Deputados de base. A realidade era essa. Mas tudo bem, não existia ainda a PEC, que foi feita em 2014 para poder a gente enquadrar o novo governo foi aprovada por esta Casa. E aí o governo governa sem a maioria aqui na Assembleia Legislativa e o tom de desarmonia sempre é tocada em voz alta. Às vezes num tom muito volumoso. E isso causa desarmonia. Mas eu quero dizer para Vossa Excelência que a grande maioria das emendas parlamentares, Deputado Xingu, e não sei se é o caso do senhor, mas a grande maioria das emendas parlamentares está em desacordo com a PEC. A minha mesmo está em desacordo com a PEC. Eu coloquei e foi vetado porque não estava de acordo com a PEC. Colocaram emendas para a defensoria. Emendas parlamentares para os outros poderes.

Isto não pode, não está em harmonia com a PEC, coloca para reconstrução de prédios, para a Secretaria de Educação estando em desarmonia com a PEC. Enfim, agora coloco para Vossa Excelência que aquela emenda parlamentar que estiver em acordo com a PEC e que foi sancionada, ela deve sim ser cumprida. E aí, é a Assembleia Legislativa que deve fazer esse levantamento, assim como o Governo já tem e nós encaminharemos, assim que tivermos recursos. No orçamento está encaminhado sem recursos, não vale. Encaminhar, executar e pagar as emendas parlamentares porque é um direito do Parlamentar.

E, Deputado Chagas, em 2015 para 2016 não foi que a gente abriu mão das emendas parlamentares para o Poder Executivo. A gente abriu mão das emendas parlamentares para deixar mais vultuoso o nosso nome da Assembleia Legislativa. A realidade foi essa. Nós precisávamos melhorar o orçamento deste poder, os outros poderes estavam se fortalecendo e a gente não. Os Deputados, não de base, abriram mão para isso. Eu concordo plenamente, Deputado Xingu, quando a emenda impositiva for em acordo com a PEC, que nós possamos sentar e resolver. E me coloco à disposição para encaminhar, junto com Vossa Excelência e junto com os líderes de blocos. Mas em desacordo com a PEC, ela é inconstitucional, fica sem valor algum e o governo não tem sequer como encaminhar. Mas é válido a colocação de Vossa Senhoria para as emendas que contemplam a PEC. E me coloco à disposição porque sei que o governo tem interesse em executar. Obrigado!

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** continua – Senhor Presidente, eu queria que o senhor me concedesse mais uns três ou quatro minutos para que eu pudesse dar a palavra ao Deputado Marcelo Cabral. Eu também tenho aqui um assunto que devo abordar na Sessão de amanhã, só para que eu possa falar sobre ela e encerrar. Com a palavra o Senhor Deputado Marcelo Cabral.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Marcelo Cabral – Deputado Xingu, ouvindo atentamente o Deputado Chagas e o Deputado Xingu. E vendo o trabalho e a dedicação que nós temos como Parlamentar, a única maneira de poder ajudar o município, Deputado Xingu, é através de nossas emendas. E aqui eu vejo, Deputado da base, que as emendas não podem ser, ou vão ser, feitas, concretizadas nos municípios. Isso me chama a atenção de um trabalho, que eu na comissão de orçamento, como relator, e como todos os Deputados desta Casa conversaram com a sua base política, com os seus municípios e colocaram, ali, em cada município os seus recursos, onde fora necessário colocar. Uns botaram em estradas federais, outros em pontes, outros em limpeza de cidades. Outro em redes elétricas. Isso quem vai ganhar é só a sociedade deste estado. Aqui nós estamos falando mais ou menos de 60 milhões de reais. Se juntar as emendas de todos os Deputados desta Casa para serem investidas diretamente no setor produtivo, na educação, na saúde, onde for preciso.

Quero, aqui, Senhor Presidente, dizer que essa PEC é muito importante para o Parlamentar e para esta Casa. E foi aprovada por todos os Deputados desta Casa. É uma PEC que hoje tem que se empenhar até o meio do ano e tem que se pagar até o final do ano. Isso é uma PEC que vai ajudar, realmente, o nosso papel de parlamentar, pois, onde pusermos recursos para serem executados, possamos dizer: nós tivemos e temos o nosso trabalho feito neste Estado. É assim que eu vejo essa PEC, essa emenda, com muita clareza, pois, dessa forma, vai ajudar muito o deputado que fez a sua indicação, como hoje é feito na Câmara Federal que, quando chega aqui no Estado, sabemos que a emenda foi do deputado tal. Vamos ter esse mesmo prestígio de passar, deputada, numa vicinal, numa rede elétrica, numa reforma, numa ponte e dizer que aqui teve uma emenda de um deputado estadual. Muito obrigado pelo aparte. A Casa está de parabéns pela apreciação dessa PEC.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** continua – Obrigado, Deputado Marcelo Cabral. Mas a minha reivindicação neste momento, como falou o Deputado Brito Bezerra, Líder do Governo, não é para proteger A ou B, a PEC foi, exatamente, feita para qualquer pessoa que esteja no governo, respeitá-la, Deputado, independente de quem seja a oposição ou situação. É para isso que existe a Lei. A lei é para proteger a todos, e não A ou B. Somos iguais perante a Constituição Federal e não será diferente com a Constituição Estadual.

Para finalizar, Deputado Chagas, queria só abordar um assunto que, amanhã e depois de amanhã, eu irei abordar aqui. Tenho um projeto de lei tramitando nesta Casa no qual o deputado Jorge Everton é o relator, que trata e veda o DETRAN Roraima de prender ou apreender carro por atraso no IPVA. Quero pedir aqui ao Deputado George Melo, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que apresse, que coloque em votação na comissão e, Deputado George Everton, Vossa Excelência que conhece o direito, que é delegado de polícia, pois, certamente, só é delegado de polícia porque se formou em direito. Veja bem o que diz o artigo 150 da Constituição Federal, Deputado Jalsen Renier, Presidente deste Poder. No

artigo 150, a Constituição Federal determina que, sem prejuízo de outras garantias, é assegurado ao contribuinte, vedado ao estado, ao Distrito Federal e ao Município a utilizar de tributos para fins de confisco. Ou seja, o estado não pode confiscar o seu bem em detrimento de um imposto. Imagina você que tem a sua casa e deixou de pagar o IPTU e a Prefeitura vai lá com um carro baú e coloca todos os seus pertences dentro, lacra a sua casa com a guarda municipal e, quando você pagar, você volta. Não é diferente com o carro. O carro é um patrimônio. O DETRAN não tem o poder de prender o carro. Ele tem o poder de cobrar administrativamente e, quando esgotar a cobrança na esfera administrativa, ele pode acionar a justiça através do devido processo legal. Aí, o Juiz, assim entendendo, pode confiscar o seu carro através do devido processo legal, e o seu carro vai para o pátio do DETRAN. Aí sim, o DETRAN terá 60 (sessenta) dias para leiloar ou não o seu bem. Mas o que nós vamos fazer aqui é acabar com as arapucas que o DETRAN monta na cidade. O cidadão vai levar o filho na escola, se depara com a arapuca que é uma coisa, nas ruas que não têm saída, o chamado beco da morte, e aí chega um agente de trânsito e diz: olha, o seu carro está preso! O cidadão ficou na chuva, sem contar o constrangimento que esse cidadão passa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Parabéns, Deputado Xingu, pelo que o senhor traz ao plenário hoje. Mas preste atenção, tenho visto isso também de *blitz* em horário da saída da escola das crianças; *blitz* que o cidadão vai para o trabalho. Agora, eu não vejo com essa intensidade no dia a dia, *blitz* à noite. As pessoas estão sendo assaltadas, os bares estão sendo assaltados. Se tivesse *blitz* constante à noite, a presença forte do DETRAN e da polícia, aquele bar na Meejiana, com mais de 20 pessoas, não teria tido assalto. Foi uma prática com 04 pessoas armadas. Cadê as *blitz* à noite? Iria pegar um monte de bandido que andam com carros roubados, com placa fria, mas não. Só fazem na hora para pegar o homem de bem. Na hora que é para fazer operações fortes e constantes nas áreas que a polícia sabe. O DETRAN sabe as áreas onde tem o maior movimento na cidade. Se você apertar com *blitz* para prender esses bandidos que estão assaltando à noite, com certeza estará prestando um serviço relevante à sociedade. Eu não sou contra de fiscalizar o que está ilegal, mas a razoabilidade e o bom senso tem que prevalecer dentro das regras e das leis estaduais.

O Senhor Deputado **Jânio Xingu** continua – Obrigado, Deputado Joaquim, pela sua intervenção! Só lembrando que, nesse caso, quem está cometendo um grande erro, é o Estado quando apreende um bem em detrimento de um imposto. A constituição federal no seu artigo 150 veda isso. E é isso que o projeto do deputado Xingu vai vedar no Estado de Roraima. No momento em que aprovamos e for sancionado, o DETRAN vai deixar de apreender carros e motos em Roraima por atraso de IPVA.

Peço a todos os meus pares que contribuam com o Estado de Roraima. Que tirem dos cidadãos essa injustiça, esse constrangimento. Talvez os Deputados hoje não passem por isso, porque estejam no cargo de Deputado, talvez amanhã você não seja deputado e passe por essas humilhações. Esses constrangimentos e humilhações vão acabar em Roraima. Obrigado!

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, imprensa, senhoras e senhores presentes nessa manhã, hoje pela manhã quero trazer uma discussão muito importante, que é trafegabilidade do interior do nosso estado. Estive no município de Rorainópolis esse final de semana, e eu andei, e, quando eu cheguei na vicinal 27, eu tive que fazer uma manobra difícil para passar com o meu carro em cima de duas pinguelas, inclusive eu filmei de cima da ponte. Mostrei a ponte virada. E centenas de moradores moram naquela vicinal e, esses moradores, esses colonos, pecuaristas, eles estão impossibilitados de trazer a sua produção, o seu gado. Por quê? Porque a pinguela não suporta muito peso na hora de passar por dentro do igarapé. Só está passando moto e carro leve. E eu quero pedir ao líder do governo, à governadora que fossem até aquela vicinal, que olhe a situação daquela ponte; porque não é uma coisa de uma semana. Isso vem ocorrendo há três anos e esse povo sofrendo com essa situação. Daqui a pouco vai chegar o inverno e essas pessoas vão ficar ilhadas sem poder passar, porque não pode mais passar por baixo, isso em Rorainópolis. Semana passada, eu fui à vicinal I no Samaúma, a ponte de lá também está destruída, os colonos conseguem passar pelo lado, mas logo chegará o inverno e também vão ficar intratáveis. Eu sinceramente acredito que até o final desse governo não vai ter uma ponte nessas vicinais, porque estarão todas caídas, porque ela não manda recuperar nenhuma ponte sequer. O maior orçamento que um governador já teve neste estado, um orçamento de três bilhões e quinhentos milhões de reais. Eu já nem falo do HGR, porque lá não tem uma *cibalena* para dar para o paciente. Eu não falo de uma criança que vai para escola e não tem merenda escolar, não tem transporte escolar e, quando tem, é da pior qualidade ou é municipal. O que este governo faz com tanto dinheiro? Eu queria que os senhores se perguntassem. O que

esse governo faz com tanto dinheiro? Eu nunca vi um governo com tantas vicinais abandonadas. Não! Eu vi. O governo do Neudo, foi igual a esse. As vicinais ficaram abandonadas. As pontes se acabaram da mesma forma. Parece uma coisa montada para não dá certo. Naquela época o sonho de todo mundo que morava no interior era vir para cidade porque não tinha energia elétrica, mas depois do governo do Neudo, o Anchieta eletrificou interior quase todo. A grande maioria que está lá, não quer vir para cidade, porque lá está melhor do que aqui. Lá você planta, você cria e você tem o que comer, deferentemente de Boa Vista. Mas esse governo é tão ruim que ele está impedindo as pessoas de produzir também. Infelizmente não temos como mostrar as pontes. Mas eu vou usar o meu whatsapp e meu face para denunciar toda semana as vicinais que estão se acabando nos nossos municípios. É um absurdo o que este governo está fazendo, porque ele não tem piedade desse povo, a única coisa que esse governo sabe fazer são festas superfaturadas, isso ele sabe fazer. Ah, outra coisa que ele sabe fazer muito bem é o emergencial. Ninguém faz emergencial como esse governo. Até porque os órgãos de controle não conseguem enxergar nenhuma ação errada desse governo. É impressionante, até quando entra com ação, entra com ação errada para não dar certo - como o Ministério Público que foi desmoralizado no Supremo porque entrou com a ação propositalmente errada. Então, o povo de Roraima não tem a quem recorrer. Paga salário milionários para os poderes. Eu queria que um promotor de justiça, alguém do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Ministério Público de Contas precisasse andar nessas vicinais. Vicinais horríveis. As pontes intrafegáveis. Se passar um carro pesado, a ponte cai, porque está totalmente podre. E foi isso, eu vi na vicinal de Rorainópolis e na vicinal de Samaúma. As pessoas plantaram e querem trazer sua colheita, aí ele vem no carro de boi; para na beira; atravessa por dentro d'água para colocar e trazer produção, e a gente sabe que a banana amadurece muito rápido, ela já chega madura em Boa Vista. O produtor já chega perdendo a sua produção. É isso que está acontecendo e esse governo não tem a sensibilidade, o cuidado com esse produtor, que trabalha no sol quente para ganhar seu dinheiro com dignidade. Isso é uma vergonha, senhoras e senhores, o que esse governo está fazendo com esse povo que tanto quer produzir.

Ouçó falar de uma matriz econômica, de desenvolvimento, mas esse governo, até as suas ações quando vão para o governo, é palhaçada. Vai para cortar cabelo, fazer casamento. O povo que mora nessas terras não quer saber disso. São terras ricas, governadora. O povo quer é condição para ele trabalhar, porque se ele vender a produção dele, ele vai ter dinheiro para casar, cortar cabelo, para ir ao médico. O que eu ouço, aqui, é o sentimento desses produtores quando vou até as vicinais. É isso que eles pedem gente: *"Deputado, a gente não quer nada de vocês! A gente não quer dinheiro, não quer esse crédito que o governo paga. A gente não quer isso não. A gente só quer a nossa estrada e as pontes. O resto é com gente"*. Eu peço que esse governo mude o rumo. Talvez ano que vem não tenha mais tempo para isso. Mas quero deixar o meu registro para os meus amigos que moram lá na vicinal I, no Samaúma, da Vicinal 17, em Rorainópolis, e deixar o registro que são pontes que o governo gastaria muito pouco para recuperar e dar dignidade àquelas pessoas que tanto precisam, e querem trabalhar, e vender a sua produção. Bom dia a todos! Era esse o registro que eu gostaria de deixar nessa manhã. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Bom dia a todos! Prometo ser breve para que a gente possa avançar na Ordem do Dia. Mas o que me traz a tribuna, Senhores Deputados, é para informar à sociedade que na última semana protocolamos nessa Casa, três indicações ao Poder Executivo, que tratam de assuntos de interesse da sociedade.

A primeira indicação trata para que o governo do estado faça a isenção de ICMS para aquisição de armas de fogo, munições e coletes a prova de balas para Agentes Penitenciários, Policiais Militares, Policiais Cíveis, Bombeiros Militares e Guardas Municipais. Estamos fazendo isso porque diversos estados já estão agindo dessa maneira e os profissionais de segurança pública, eles atuam com arma de fogo, um dos produtos que apresentam a maior carga tributária do país. Tal carga tributária abrange esses profissionais, quer nas armas de fogo públicas ou particulares empregadas para o deslocamento de ida e volta ao serviço. Diversas categorias de profissionais têm o reconhecimento por parte do estado na isenção do imposto para sua ferramenta de trabalho, temos como exemplo os taxistas que podem adquirir veículos com impostos reduzidos. Os profissionais de segurança pública podem utilizar armamentos das corporações quando estão de serviço dispondo assim de meios razoáveis para a criminalidade, o que não ocorre quando estão de folga. É necessário disponibilizar meios aos profissionais para que possam melhor combater o crime e proporcionar também sua segurança pessoal para si e para suas famílias quando não estão de serviço. Então, em alguns estados como o estado do Ceará, por meio de decretos e de leis isentaram o ICMS para armas de fogo e coletes balísticos, enfim. Tal indicação almeja possibilitar que os profissionais da área de

segurança possam adquirir armas de fogo particulares e acessórios com isenção de impostos e, conseqüentemente, diminuição de custos, aliviando seus modestos orçamentos e possibilitando o melhor exercício da relevante profissão que abraçam. Então, essa é a indicação que a gente faz ao Poder Executivo solicitando do governo a total atenção quanto a isso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado Chagas, agradeço pelo aparte e quero me colocar à disposição de vossa excelência, e dizer que estou junto nessa demanda e vou pedir, inclusive, que a Secretaria de Estado da Fazenda encaminhe, se necessário, ao CONFAZ, porque essas questões de ICMS o CONFAZ tem que convalidar. Mas no mérito da indicação de vossa excelência, eu o parabeno porque é louvável. Nada mais justo do que os policiais terem essa isenção de ICMS e poder portarem suas armas diante dos serviços prestados à sociedade e ao perigo iminente, que vivem por conta da sua prestação de serviço em defesa da sociedade. Portanto, vou acompanhar pessoalmente o trâmite no governo e acionar a Secretaria de Estado da Fazenda para que possamos juntos dar início a construção dessa legislação e enviá-la para esta Casa. Parabéns pela atitude!

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Obrigado, Deputado Brito, pelo seu apoio. Com certeza estaremos fazendo justiça aos profissionais da segurança pública. Outra Indicação que fizemos, Deputado Brito, é no tocante a necessidade de se reformar a Escola Estadual 31 de Março, localizada na rua Fábio Magalhães, bairro 31 de março. Esta escola é uma escola tradicional desse estado e precisa passar por uma reforma. Nossa Indicação vem acompanhada de fotos tiradas pela equipe do nosso gabinete, mostrando a necessidade que aquela comunidade apresentou, e transformamos em indicação.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Deputado Chagas, de acordo com os dados, lá do bairro 31 de março e adjacências não tem mais número suficiente de alunos. Aquela escola já vinha reduzindo o número de alunos nos últimos cinco anos. Quando eu era da Comissão de Educação, eu tinha esses dados. Então, sugiro que naquela escola pela estratégia do local, pelo tamanho da estrutura da escola, pelo espaço que existe para fazer adaptações e reformas. A grande ideia ali era fazer a reforma e as adaptações e colocar ali a escola militar. Porque a escola militar tem demanda onde ela for colocada. Então, era essa a sugestão que eu daria até que saísse o prédio definitivo da escola militar.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – É verdade, Deputado Joaquim, levando a metodologia do ensino militar com certeza vai ter alunos de todos os bairros da cidade querendo estudar ali. Fica aí uma boa sugestão a ser incorporada na Indicação. E, Deputado Joaquim, vossa excelência conhece bem e acompanha bem as questões da educação. É bastante pertinente sua sugestão. Fica a sugestão para ser encaminhada ao governo através do nosso líder da base do governo.

A última Indicação que fizemos trata-se da reforma e reativação do Parque Aquático Jardim Primavera, localizado na Rua das Acácias s/n, no bairro de mesmo nome. Nossa Indicação vem acompanhada de diversas imagens demonstrando que aquele local, que era tão bem frequentado pela comunidade do bairro Jardim Primavera e bairros adjacentes, está hoje abandonado, sucateado. Sabemos que o cobertor é curto, mas é uma área de lazer e sabemos que o sol é inclemente e esses pontos de recreação são importantes para a nossa comunidade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado Chagas, Vossa Excelência está sendo muito feliz em suas indicações. O governo do estado rompeu com uma empresa do Amazonas na questão da revitalização das escolas e abriu licitação em quatro blocos para que sejam recuperadas o máximo de escolas, essas empresas serão empresas locais. Esperamos que as empresas locais vençam. Vamos iniciar essa recuperação brevemente. Vossa Excelência também foi muito feliz quanto à indicação para revitalização do parque aquático porque, hoje pela manhã, o Secretário Jules Rimet da Educação, em parceria com o corpo de bombeiros, com a CAER e com a SEJUC, deu início aos trabalhos de recuperação dos parques aquáticos, começou pelo Caçari. Eu até sugeri que começasse pelos bairros mais distantes do centro, mas entenderam que o do Caçari estava a mais tempo abandonado e que as cobranças estavam muito urgentes na questão da recuperação desse parque aquático. Hoje foi dado início a esta recuperação. Houve uma cobertura pela mídia, certamente os jornais mostraram amanhã. Mas serão recuperados todos os parques aquáticos para que as pessoas desses bairros tenham acesso ao entretenimento, tendo em vista que nosso clima está cada vez mais quente e esses parques aquáticos trazem essa possibilidade de entretenimento. Parabéns por estas indicações coerentes e que estão dentro do programa de governo.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua – Obrigado, Deputado Brito, vossa excelência está atenta e com certeza essa ação do governo vai dar muita alegria e satisfação às pessoas que usam os

parques aquáticos e o Jardim Primavera realmente está precisando. Depois vou passar a vossa excelência as cópias das indicações, pois elas estão acompanhadas de fotos do local demonstrando e comprovando a necessidade disso. Deputado Joaquim Ruiz, Vossa Excelência quando sugeriu para a escola do 31 de março a adoção da metodologia do ensino militar, veio bem a calhar, porque recentemente nós, nesta Casa, deliberamos um projeto de iniciativa do executivo permitindo criar o corpo voluntário de policiais militares e bombeiros militares que estão na reserva para atuarem nos colégios aos quais o governo pretende levar a metodologia de ensino militar. A governadora já deve estar sancionando nos próximos dias e temos informações de que o governo do estado pretende implantar ou levar essa metodologia a mais cinco ou seis colégios da rede pública do estado. E fica aí a sugestão para que a escola 31 de março seja mais uma a ser contemplada com essa implantação da metodologia de ensino militar. Agradeço a todos pela atenção eram essas as razões que me trouxeram a tribuna. Obrigado!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passaremos para a Ordem do Dia, com a discussão e votação, em turno único, da Mensagem Governamental de Veto nº 003/17, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 127/16, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, que “altera a Lei Estadual nº 297, de 11 de setembro de 2001, que institui o Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Roraima – FUNDEJURR e revoga a Lei Estadual nº 580, de 12 de janeiro de 2007, e dá outras providências”; da Mensagem Governamental de Veto nº 139/16, que veta totalmente o Projeto de Lei nº 038/16, de autoria de vários Deputados, que “veda o funcionamento de curso de nível médio técnico específicos voltados à formação de técnicos de enfermagem à distância, no âmbito do Estado de Roraima, e dá outras providências”; da Mensagem Governamental de Veto nº 147/16, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 037/16, de autoria do Deputado Jânio Xingu, que “dispõe sobre o fornecimento de leite sem lactose para crianças de baixa renda do Estado de Roraima”. Em primeiro turno: Projeto de Lei Complementar nº 009/16, que “institui o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público como instrumento de comunicação dos atos do Ministério Público do Estado de Roraima”, de autoria do Ministério Público. Em turno único: Projeto de Lei nº 014/17, que altera o art. 3º da Lei nº 232, de 30 de setembro de 1999, que cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado de Roraima – FDI e o Conselho Diretor do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado de Roraima – CDI, de autoria dos Deputados Masamy Eda e Brito Bezerra; Proposta de Moção de Aplausos nº 002/17 à Guarda Municipal de Boa Vista pela passagem do aniversário de seus 27 anos de criação, na data de 8 de março, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues; Requerimento nº 010/17, de 28/03/17, que requer “inclusão na pauta da Ordem do Dia de 28/03/17 da Mensagem Governamental de Veto nº 20/17, que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 01/17, que “altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 828, de 24 de novembro de 2011, que dispõe sobre reestrutura e reorganização do Plano de Carreira, Cargos e Remunerações dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito de Roraima – DETRAN e dá outras providências, de autoria do Deputado Brito Bezerra e do Requerimento nº 011/17, de 28/03/17, que requer realização de Audiência Pública no dia 07 de abril do corrente ano, às 9h, no Plenário Valério Magalhães, com a finalidade de tratar do tema da Campanha da Fraternidade de 2017: Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida, com foco no nosso bioma particular, o Lavrado”, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira.

Lembrando que temos matéria trancando a pauta, temos vetos governamentais que decorreram os 45 dias para análise por esta Casa e devemos deliberar sobre essas matérias.

Vamos evoluir já para a votação das matérias que estão prontas e, tão logo a gente possa avançar sobre esses vetos, há outras matérias que precisam de deliberação da CCJ e das Comissões em Conjunto, portanto, após deliberarmos sobre os vetos que estão trancando a pauta, poderemos, havendo entendimento dos líderes, fazer a suspensão da Sessão para que as comissões em conjunto e a CCJ deliberem.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Mensagem Governamental de Veto nº 139, ao Projeto de Lei nº 038/16 e do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lida a Mensagem Governamental de Veto nº 139/16 e o Parecer da Comissão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Está em discussão a Mensagem Governamental de Veto nº 139/16 de veto total ao Projeto de Lei nº 038.

O Senhor Deputado **George Melo** – Quero pedir aos deputados membros do G14 que votem pela derrubada do veto. Votem “não”.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais quem queira discutir, em votação. A votação será eletrônica e secreta. Votando

sim, os deputados mantêm o veto. Votando não, derrubam-no. Lembramos aos senhores deputados que para derrubar o veto são necessários 13 votos “não”. Solicito a abertura do painel para votação.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Declaro rejeitado o veto total ao Projeto de Lei nº 038/16, com 14 votos “não”, 05 votos “sim” e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda a leitura da Mensagem Governamental de Veto nº 003/17, de veto parcial ao Projeto de Lei nº 127/16 e do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lida a Mensagem Governamental de Veto nº 003/17, de veto parcial ao Projeto de Lei nº 127/16 e o Parecer da Comissão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão a Mensagem Governamental de Veto nº 003/17. Não havendo quem queira discuti-la. Em votação. A votação será eletrônica e secreta. Votando “sim” os deputados mantêm o veto. Votando “não”, derrubam-no.

O Senhor Deputado **George Melo** – Quero pedir aos deputados membros do G14 que votem pela derrubada do veto. Votem “não”.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Dou por rejeitado o veto parcial ao Projeto de Lei nº 127/16 por 16 votos contrários, 4 votos favoráveis e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Mensagem Governamental de Veto nº 147/16 e do parecer da Comissão Especial.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lida a Mensagem Governamental de Veto nº 147/16 e o parecer da Comissão Especial.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão a Mensagem Governamental de Veto nº 147/16.

O Senhor Deputado **George Melo** – Quero pedir aos deputados membros do G14 que votem pela derrubada do veto. Vote “não”, tendo em vista que este projeto é um projeto importante para o futuro das nossas crianças. Sei que nesse governo nada funciona mesmo, por isso, é importante que façamos nosso trabalho com zelo neste Poder. Por isso, peço que derrubemos o veto votando “não”.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais quem queira discutir. Em votação. A votação será eletrônica e secreta. Votando sim os deputados mantêm o veto. Votando não, derrubam-no. Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por rejeitado o veto parcial ao Projeto de Lei nº 036/16, por 16 votos “não”, 4 votos “sim” e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura de Requerimento nº 010/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Requerimento nº 010/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o requerimento nº 010/17.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, esse projeto já foi amplamente discutido em comissão, já foi votado, alvo de discussões profundas. A categoria já está exaurida, ansiosa para que possamos votar esse projeto. Os Deputados estão aqui, tem quórum e nós, da liderança do Governo, como representantes legais do governo, estamos aqui solicitando a inclusão na pauta para que possamos votar. É mais do que justo que essa questão seja resolvida de forma imediata por esta Casa Legislativa. Então, peço aos Deputados que votem “sim” ao Requerimento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em votação o Requerimento nº 010/17. A Votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

A matéria será incluída na Ordem do Dia, mas primeiro necessita ser analisada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 09/16 e do Parecer da Comissão Especial.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Lei Complementar nº 09/16 e do Parecer da Comissão Especial.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 09/16.

Não havendo nenhum deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletrônica. Votando “sim” os senhores deputados aprovarão a matéria e, votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede Questão de Ordem – Eu quero fazer um apelo aos colegas, porque o Ministério Público é a única instituição do Estado que não tem um diário eletrônico e isso vai facilitar para a informação de todos os atos praticados pela instituição. Então, peço que votem “sim”, porque isso não trará custos para o Estado, o único custo seria a instalação do diário eletrônico.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Corroborando com o que o Deputado Joaquim Ruiz falou, o Ministério Público não possui um diário oficial eletrônico e depende do diário oficial eletrônico do Poder Judiciário. Então, essa é uma instituição importante que necessidade da implantação desse diário.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Justificativa de Voto – Peço aos colegas que votem “sim” à matéria.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Dou por aprovado o Projeto de Lei Complementar nº 09/16, em primeiro turno, por 19 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção. Anuncio para a Ordem do Dia de amanhã a votação em segundo turno desta matéria.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 011/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Requerimento nº 010/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o Requerimento nº 010/17. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação.

A Votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

Quero aproveitar para informar aos Senhores Deputados que se encontram nesta Casa o Prefeito do Município do Bonfim, Jonas Chagas, e sua esposa Jaqueline Neres de Carvalho, entregando convites a todos os senhores Parlamentares e servidores para o XXVII Festejos do Bonfim, a serem realizados naquele Município, nos dias 06, 07 e 08 de abril, uma realização da Prefeitura do Bonfim com apoio do Governo do Estado de Roraima. No dia 06 haverá a abertura oficial, leilão para corridas de cavalo e voz e violão com Daniel Lins. Na sexta, dia 07, corrida de cavalo com a escolha da Rainha, abertura do primeiro dia de rodeio. Haverá show com as bandas regionais Xama na Pegada, Kássia Kiss e Forró do Gavião, Xote do Buteko, Pegada Forrozeira e, dia 08, no encerramento, haverá speed way, corrida de cavalos, entrega das premiações, abertura do segundo dia de rodeio, Forró dos Primos, Fabinho Farias e uma atração nacional, a Banda Brasas do Forró e, depois, encerrando com Remela de Gato e Zerbine Araújo.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, quero parabenizar o Prefeito Jonas e dizer que nada mais democrático do que vir aqui na Assembleia Legislativa convidar os Deputados. Isso é importante. Entretenimento e cultura são primordiais para o desenvolvimento humano e Bonfim está fazendo isso em parceria com o Governo do Estado. Recebi o convite e acordei com o Prefeito que no ano vindouro dessas comemorações, iremos fazer lá, deputado Marcelo, junto com Vossa Excelência, uma grande vaquejada. Haverá esse atrativo a mais. Será uma grande vaquejada que também é cultura do povo roraimense. Parabéns ao Prefeito, à primeira dama e toda a equipe. Estaremos presentes junto com o Governo do Estado prestigiando essa grande festa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Estaremos juntos, Deputado Brito, recebendo todos os que forem ao Bonfim prestigiar esse evento, que é uma tradição da cultura do Estado de Roraima.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura da Proposta de Moção de Aplausos nº 02/17 e do Parecer da Comissão de Constituição.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido a Proposta de Moção de Aplausos nº 02/17 e do Parecer da Comissão de Constituição.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, solicito a prorrogação da Sessão pelo tempo necessário, tendo em vista o adiantar da hora.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Acato o Requerimento verbal do Deputado Chico Mozart e prorrogo a Sessão pelo tempo necessário.

Está em discussão a Proposta de Moção de Aplausos nº 02/17, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues. Não havendo nenhum Deputado que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação.

A Votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final possa analisar e emitir parecer à Mensagem Governamental de Veto nº 020/17, de veto parcial ao Projeto de Lei nº 01/17.

Após o tempo necessário.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Dou por reaberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer a Mensagem Governamental ao Projeto de Lei nº 01/17 que “dispõe sobre a reorganização e reestruturação do Plano de Carreira Cargos

e Remuneração dos Servidores do Detran e dá outras providências”.

O Senhor Primeiro Secretário **Chico Mozart**- Lida a Mensagem Governamental nº 020 e o Parecer da Comissão.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** pede Questão de Ordem - Quero pedir a Mesa que vote os vetos em bloco.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - O Requerimento do Deputado Marcelo Cabral para votar o veto, que veta alguns dispositivos, para votar em bloco todos os vetos, se não houver nenhuma oposição assim será procedido.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco-o em votação. A votação será secreta e eletrônica: votando “sim”, os senhores Deputados mantêm o veto e votando “não”, derrubam. Lembrando que para a derrubada de veto são necessários 13 votos “não”.

Solicito a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** pede Justificativa de Voto - O Bloco G4 encaminha para votar “não”, para a derrubada do veto da governadora.

O Senhor Deputado **Jorge Everton**- Presidente, como eu votei na Comissão, eu gostaria de manter o meu voto pela derrubada e pedir a sensibilidade dos colegas, porque estamos fazendo justiça com os servidores que estão diariamente lutando para salvar vidas. Eu trabalhei lá e Vossa Excelência também trabalhou naquele órgão e sabe do empenho desses servidores, e questão de sensibilidade da governadora. Então, eu peço aos colegas que nos acompanhe e vote pela derrubada do veto.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** pede Justificativa de Voto- Gostaria de parabenizar o Deputado Dhiego Coelho, e dizer aos servidores que contem com Deputado Chico Mozart na derrubada do veto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- Encerrada a votação.

Dou por Rejeitado o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 01/17, por 13 votos “não”, nenhum “sim”, e nenhuma abstenção.

Está encerrada a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**- Quero comunicar os membros da Comissão de Educação, Deputados: Flamarion Portela, Gabriel Picanço, Chico Mozart, Evangelista Siqueira, que agora nós teremos reunião da Comissão de Educação, inclusive recebendo uma equipe de pessoas do Taboca. Também quero comunicar aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito e da CPI do Sistema Prisional que nós teremos hoje reunião na sala do Bloco para oitiva de pessoas às 15h. Deputados: Jorge Everton Relator, Flamarion Portela e Soldado Sampaio, Membros da Comissão Parlamentar de Inquérito estão convocados para hoje, para essa oitiva às 15h.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** - Eu quero convocar neste momento para uma reunião a Comissão da Saúde composta pelos Deputados: Chico Mozart, Joaquim Ruiz, Masamy Eda, Valdenir Ferreira. A comissão se reunirá agora, aqui, no Plenário da Casa.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho**- Primeiramente, quero agradecer a Deus pela oportunidade de a gente ter aprovado a derrubada desse veto da governadora e parabenizar aos 13 deputados corajosos, que tiveram coragem de votar pela derrubada do veto. Então, vocês estão de parabéns e parabenizar também a todos os servidores do DETRAN, que vocês hoje estão recebendo de fato e de direito o que é de vocês. Parabéns, continuem com o trabalho exemplar que vocês fazem aqui na nossa cidade, meu muito obrigado!

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço**- Só para pedir a Vossa Excelência, que têm um Projeto, que é o do ADERR, para que a gente possa agilizar Presidente. O pessoal está cobrando já faz alguns meses. Quero pedir o empenho para que nos ajude a colocar esse Projeto para a próxima sessão para discutir. O da ADERR parece que está com Vossa Excelência, o Projeto, para que coloque para a gente discutir.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas**- Não havendo mais nenhum deputado que queira discutir, só para informar Vossa Excelência, aquele Projeto, nós estamos finalizando, é um projeto que nós temos que ter muito cuidado nessa Casa. A classe produtiva no nosso estado está sufocada, com exagero de fiscalização e aquele projeto, ele, impõe uma série de restrições principalmente ao pequeno produtor agrícola - por exemplo: o pequeno produtor agrícola que precisar trazer 10 porcos dele, lá do Peredão, por exemplo, onde ele tem de 40 a cinquenta porcos para vender na cidade, ele tem primeiro que ir na cidade pegar uma guia e pagar, para depois trazer, e, aí, já foi o lucro dele. O cidadão que tem o seu lote de terra, que o capim secou e não têm mais onde colocar o seu gado, e se precisar tangenciar esse gado para a fazenda do amigo dele, de três quilômetros em diante, ele precisa pagar para os técnicos da ADERR ir acompanhar esse tangenciamento, até um lote dele mesmo. Então são coisas absurdas que têm naquele código de defesa, eu estou finalizando. Além disso a tabela de multas que está previsto

é para inviabilizar a cadeia produtiva, principalmente do pequeno produtor agrícola desse estado. Então para não cometer injustiças e para nós não aprovarmos aqui a toque de caixa um projeto. Por exemplo, nós acabamos aprovando aqui um Projeto ano passado das questões cartoriais. Hoje nós estamos vendo o resultado disso: as pessoas, os corretores de imóveis, que trabalham no setor, desesperados, porque para fazer uma transferência de um pequeno imóvel, ele paga 20 (vinte), 30 (trinta) mil reais de custas cartoriais. Eu acho que foi um projeto que a gente não debateu a exaustão. Eu para não ser irresponsável, eu estou tendo todo o cuidado, também para não tirar o poder de fiscalização. Mas encontrar o que é justo para o pequeno produtor do nosso estado. Mas eu estou finalizando e, já, já, eu vou estar devolvendo o Projeto a Superintendência Legislativa, para as Comissões. Eu acho importante para antes de votarmos essa matéria, conversarmos com os pequenos produtores, com as entidades de classe da agricultura familiar, para ver até que ponto aquilo vai ajudar ou atrapalhar o crescimento do setor produtivo do nosso estado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Só para informar a Vossa Excelência que aquele Projeto têm uma Emenda minha que diz o seguinte: As pessoas que vierem transportando até 10 porcos, carneiros ou bode, elas são isentas de pagar a taxa, galinha, até 50 animais, são isentas de pagar, tem uma Emenda. No caso de manejo de pastagens, se está dentro do próprio município, não importa a quantidade é isento. Vossa Excelência tinha conversado comigo para que nós pudéssemos ampliar, para que fosse dentro do Estado de Roraima. Eu concordo com Vossa Excelência, era bom que a gente fizesse mesmo para dentro do Estado de Roraima, para manejo de pastagens e para serem contemplados também com a isenção do pagamento da taxa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eu me comprometo, agora passada essa pauta de veto, eu vou ter mais tranquilidade para concluir minha convicção sobre essa matéria, para trazermos a Plenário.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, é sobre a votação do veto do Detran. Eu respeito plenamente os votos dos colegas. Eu respeito plenamente o voto de cada um deles, respeito sobretudo o resultado e até parabênizo a Casa. Tinha uns contra e outros a favor, mais não houve alteração de nenhuma das partes, no sentido de elevar o tom e ser agressivo. Enfim o processo ocorreu de maneira brilhante, o que me ocorre conversando aqui com o Presidente do Detran, Deputado Chicão da Silveira, ele me relata a impossibilidade de efetivar o plano. Eu temo uma judicialização por haver votos favoráveis a Emenda, inclusive inconstitucional, e que esse projeto vai ser judicializado. E aí, acontece o que eu temia ou que eu falei aqui na comissão, que ninguém possa ter acesso aos benefícios desse projeto, sobretudo a população, que precisa de um departamento de trânsito atuante, forte, robusto e que intenção do Projeto é robustizar e atender essas demandas do departamento. E, claro, a consequência era uma boa prestação de serviços ou uma melhor prestação de serviço, o Detran já faz uma boa prestação de serviço. Eu temo por isso, de não ser possível efetivar o plano. O Presidente me disse que certamente terá que judicializar, enfim, vai demorar ainda mais a conclusão ou a realização de sonhos de muitos desses servidores.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Como Vossa Excelência falou, aqui é Casa do povo. Nós fizemos numa democracia, onde essas decisões são deliberadas através do voto, por exercício democrático do voto. Nesse caso concreto, o que vai restar a Casa, caso haja alguma inconstitucionalidade, ao DETRAN que é uma autarquia, que têm sua procuradoria, eventualmente, é pôr alguma ADIN, após a promulgação dessa derrubada do veto que é feito pela Mesa Diretora, se pôr alguma ADIN, e se conseguir uma liminar ao artigo atacado, não entra em vigor. Se não conseguir, ele entra em vigor. Então é o resultado da votação, uma votação apertada, foram 13 votos necessários e foram os 13 votos que foram votados para a derrubada do veto. Nós tínhamos 21 deputados em Plenário, sendo que dois da bancada do governo não estavam presentes e um a mais, que é da bancada do governo, também trabalhando pela derrubada dos vetos. Então, esse é o resultado e ganhou a maioria.

E, não havendo mais a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 29 de março de dois mil e dezessete à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingu, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

**ATA DA 2583ª SESSÃO, EM 29 DE MARÇO DE 2017.  
53º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

**= ORDINÁRIA=**

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS**

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e nove de março de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima octogésima terceira Sessão Ordinária do quinquagésimo terceiro período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Gostaríamos de dar as boas-vindas à classe médica que se encontra presente no nosso Plenário, registrar a presença, dentre os médicos, do ex-deputado Dr. Helder Grossi.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado Izaías Maia, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Izaías Maia** - Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário Deputado Marcelo Cabral que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:**

Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 27/03/17, do Deputado Brito Bezerra, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima à Senhora Vanísia Sousa Santos e dá outras providências”;

Requerimento s/nº, de 15/03/17, do Deputado Flamarion Portela – Presidente da Comissão Especial Interna criada nos termos da Resolução nº 022/16 e alterada pela Resolução nº 029/16, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, para seu funcionamento.

Requerimento s/nº, de 22/03/17, do Deputado Jorge Everton, requerendo a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral, no dia 20/04/17, às 10h, momento em que esta Casa Legislativa estará homenageando os ex-servidores da Divisão de Inteligência e Captura – DICAP, com a Comenda Orgulho de Roraima;

Requerimento s/nº, de 28/03/17, do Deputado Jorge Everton, requerendo pedido de informações ao Senhor Uziel de Castro Júnior, Secretário de Justiça e Cidadania – SEJUC, referente ao bloqueio de recurso repassado ao Estado de Roraima para a construção de um presídio de segurança máxima e reaparelhamento do Sistema Prisional.

**DIVERSOS:**

Ofício nº 010, de 17/03/17, do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil, solicitando a ativação do Conselho Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres e criação dos Conselhos Municipais. Solicitação s/nº, de 22/03/17, da Associação Rádio Comunitária Cidade Satélite, solicitando disponibilização de curso pré-vestibular e Enem para os jovens da comunidade.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** – Senhor Presidente há apenas um orador inscrito para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, nós já conversamos, as lideranças e o Presidente, para colocar em pauta, para apreciação, o projeto dos médicos, da UGAM, e gostaria também de pedir a Vossa Excelência que coloque em pauta um projeto de lei de autoria do Deputado Gabriel Picanço. Acho que ele já conversou com Vossa Excelência, que altera uma Lei Estadual para que possamos suprir as escolas estaduais com equipes de apoio. Se nós deputados não suportamos, imagine, pais e mães de alunos, trabalharem sem equipe de apoio, e nós só podemos contratar através de processos seletivos, porque já estão vencidos os contratos com as empresas terceirizadas e vamos contratar direto com o governo. Mas, para isso, precisamos votar a alteração desta Lei aqui na Casa. Já estamos no final do mês de março, iniciando abril, e eu, particularmente, vi professores trabalhando como auxiliar de serviços gerais, inclusive, limpando banheiro de escola, porque não tem equipe de apoio. Nós precisamos suprir de imediato essa necessidade, e, para isso, precisamos desta Casa para aprovação desta Lei.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pede Questão de Ordem

– Só para reforçar o pedido do Deputado Brito, gostaria de dizer que já conversamos com o Presidente Jalsler, também, e ele já está ciente dessa necessidade. Por isso, gostaria de pedir a Vossa Excelência que pudéssemos avançar com esse projeto e, talvez, até votá-lo hoje para liberar a Secretaria de Educação para contratar os cargos que, lá, estão faltando para as escolas funcionarem. Obrigado!

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, no momento em que vivemos, onde o STF suspendeu a terceirização, acho que não seria apropriado que Roraima iniciasse essa discussão antes que se consolidasse o pensamento dos Tribunais Superiores. Então, gostaria que aguardássemos para que o posicionamento a nível federal fosse consolidado para que pudéssemos agir da mesma forma aqui no estado. Obrigado!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito à Superintendência Legislativa que verifique em qual Comissão está tramitando o projeto e se já houve um parecer da Consultoria Jurídica quanto à matéria para pedirmos que se dê celeridade. Sabemos que essa matéria é uma matéria complexa e que vai gerar muito debate, mas estamos determinando que a Superintendência Legislativa no dê informações em qual Comissão está tramitando e se já houve excesso de prazo para que o relator dê seu parecer à respectiva matéria.

Com a palavra o Senhor Deputado Izaías Maia.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhor Presidente, gostaria de pedir uma informação ao meu querido Deputado Brito Bezerra, líder do governo, sobre o que está acontecendo com os 45 (quarenta e cinco) milhões de reais que vieram para o departamento penitenciário, para a Secretaria de Justiça e Cidadania, destinados à construção de uma prisão de segurança máxima, porque até agora nada foi iniciado. O próprio Promotor Carlos Paixão disse que o início deveria começar pela PAMC, derrubando-se tudo e construindo tudo de novo, e o que sabemos é que o Ministério Público bloqueou o dinheiro e acredito que a sociedade merece receber uma explicação das autoridades responsáveis por esse dinheiro. Acredito que o Deputado Brito, depois de consultar o Governo do Estado, poderá passar essas informações à sociedade, por que esses 45 (quarenta e cinco) milhões foram bloqueados pelo Ministério Público? Nossa preocupação justificava-se, pois, já morreram 43 (quarenta e três) no sistema penitenciário e pode vir a morrer muito mais, porque o sistema prisional continua tudo do mesmo jeito. Para finalizar gostaria de dizer à classe médica que eles têm meu apoio e podem contar comigo, pois, esses são os seres humanos que salvam vidas e que cuidam das pessoas na hora do desespero. Obrigado!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo mais nenhum deputado inscrito para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia, pois, temos diversas matérias para deliberar, algumas já estão em mesa e outras dependem de deliberação no âmbito das Comissões. Vamos deliberar sobre as matérias que já estão prontas e, logo, a seguir, suspenderemos a Sessão para que as matérias que dependem ainda de análise nas Comissões, na CCJ e outras Comissões, sejam analisadas e debatidas pelos deputados e, logo, após, reabriremos a Sessão para dar continuidade a Ordem do Dia, com discussão e votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda Constitucional nº 002/17, que “Adita o inciso V ao § 1º, transforma o parágrafo único em § 1º e adita o § 2º ao art. 166 da Constituição do Estado”, de autoria de vários deputados (considerando a vaquejada manifestação cultural do Estado).

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 009/16, que “Institui o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público como instrumento de comunicação dos atos do Ministério Público do Estado de Roraima”, de autoria do Ministério Público. Discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: Projeto de Lei nº 013/17, que “Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos ativos do Tribunal de Contas do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Roraima; Projeto de Lei nº 014/17, que “Altera o art. 3º da Lei nº 232, de 30 de setembro de 1999, que cria o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado de Roraima – FDI e o Conselho Diretor do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado de Roraima – CDI”, de autoria dos Deputados Masamy Eda e Brito Bezerra; Projeto de Lei nº 024/17, que “Dispõe sobre a fixação de tarifa de esgoto sanitário no âmbito do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria dos Deputados George Melo e Jalsler Renier; Projeto de Lei nº 028/17, que “Estabelece condições e requisitos para a classificação de estâncias turísticas e dá outras providências”, de autoria do Deputado Brito Bezerra; Projeto de Lei nº 029/17, que “Altera a Lei nº 880, de 14 de dezembro de 2012”, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Decreto Legislativo nº 014/17, que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima a Márcio Agra Belota e dá outras providências”, de autoria do Deputado Chico Mozart; Projeto de Decreto Legislativo nº 015/17, que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima a Enzo Botinelly Rodrigues e dá outras

providências”, de autoria do Deputado Chico Mozart; Projeto de Decreto Legislativo nº 016/17, que “Concede a Comenda Orgulho de Roraima a Roberto da Silva e dá outras providências”, de autoria do Deputado Coronel Chagas; Requerimento nº 012/17, que “Requer prorrogação de prazo para a Comissão Especial Externa criada para analisar e emitir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 007/2016”, de autoria de vários Deputados; Requerimento nº 013/17, que “Requer a transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral, no dia 20 de abril do corrente ano, às 10 horas, momento em que esta Casa Legislativa estará homenageando, nos termos do Decreto Legislativo nº 018/16, com a Comenda Orgulho de Roraima os servidores e ex-servidores da Divisão de Inteligência e Captura – DICAP, subordinada ao Sistema Penitenciário da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, pelos relevantes serviços prestados à Segurança Pública do Estado de Roraima”; Requerimento de Pedido de Informação nº 001/17, de autoria do Deputado Jorge Everton, que “Requer, após, ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Uziel de Castro Junior, Secretário de Justiça e Cidadania – SEJUC, o seguinte pedido de informação referente: 1) Ao valor disponibilizado pelo Ministério da Justiça para a construção de um presídio de segurança máxima e o reaparelhamento do sistema prisional no Estado de Roraima; 2) Se esse recurso já se encontra na conta do Estado; 3) Se foi realizada alguma compra ou pagamento referente a serviço no sistema prisional com esse recurso; e 4) Se existe um projeto para a construção de um novo presídio.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do relatório, parecer e voto ao Projeto de Lei Complementar nº 009/16.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** – Procede a leitura.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la. Em votação. A votação será nominal e eletrônica, lembramos aos senhores deputados que por se tratar de Projeto de Lei Complementar serão necessários 13 votos, ou seja, a maioria absoluta dos votos desta Casa para a aprovação do projeto em segundo turno. Solicito a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, somente para encaminhar a votação. Oriente a base do governo a votar “sim” ao Projeto tendo em vista que o Ministério Público é o único órgão dos poderes que não tem um diário eletrônico. Então, nada mais justo do que aprovarmos e darmos essa oportunidade de maior transparência ao Ministério Público. Obrigado!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Dou por aprovado em segundo turno o Projeto de Lei Complementar nº 009/16, por 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda a leitura do relatório, parecer e voto ao Projeto de Lei nº 014/17, de autoria dos Deputados Masamy Eda e Brito Bezerra.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** procede a leitura.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** para discutir a matéria – Senhor Presidente, senhoras e senhores, deputados, gostaria de chamar atenção dos Deputados Valdenir, Zé Galeto, que são empresários; Deputado Flamaron, ex-governador deste Estado; os Deputados que têm ligações com empresas e os demais Deputados que entendem que a geração de emprego e os postos de trabalhos da iniciativa privada são a saída para esse estado. Eu sou o autor da matéria junto com o Deputado Masamy Eda.

Deputado Marcelo, nós sabemos que o setor público não suporta mais, nas três esferas, empregar todos os universitários que, quando saem das Universidades formados, buscam de imediato um vínculo. E esse vínculo está sendo sempre no setor público, que já está saturado. Sabemos que a iniciativa privada é um dos pontos importantes. E a indústria deste estado, após produzir tem que industrializar, agregar valor aos produtos. O nosso Distrito Industrial ainda está em fase de implantação. Nós precisamos ter um fundo de desenvolvimento para o Distrito Industrial e precisamos também ter um Conselho. E nesse Conselho, estaremos inserindo membros da Comissão de Indústria, Comércio, Serviços e Turismo. Eu sou presidente da comissão. O Deputado Masamy Eda é vice-presidente desta Comissão. A Assembleia Legislativa, mas do que nunca, como Poder, como Instituição, deve sim, junto com o Governo do Estado e com as organizações de classes, como a Federação da Indústria e do Comércio. Esse Conselho deve ter nossa participação. Nós somos representantes legais do povo. Nós temos uma comissão que trata especificamente da indústria aqui nesta Casa Legislativa, que recebem empresas industriais. Enfim, recebem as pessoas ligadas ao setor privado, especificamente sobre a indústria. Então, o Distrito deve ser um cartão postal do nosso estado, recebendo aqui no município as pessoas, ali do lado direito, quando vem de Manaus, muitas vezes, a gente vê um abandono. Nós temos que ter energia, saneamento, iluminação

pública. Nós temos que dar atenção necessária para as empresas estarem ali, para que sejam atrativas, para que possamos desenvolver este estado. E começamos com esse fundo de desenvolvimento com o Conselho, já tendo aqui Deputados desta Casa trabalhando para que tudo isso possa ser implementado. Portanto, eu peço aos nobres pares a aprovação do projeto, para que a Assembleia Legislativa tenha participação dentro desse conselho e voz ativa. Então, eu peço que votem pela aprovação. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Apenas para contribuir na discussão, eu tive a honra de relatar essa matéria. A comissão foi criada para esse fim. E o meu parecer foi pela aprovação porque ela vai incluir um representante desta Casa no Conselho Diretor. E tem um papel muito importante nas deliberações e também das liberações de créditos que são realizadas pela Agência de Fomento. Todo crédito que é solicitado por algum empresário, um agricultor, e é dado entrada na Agência de Fomento, ele tem que ser submetido ao conselho-diretor do fundo para avaliar as condições e deliberar sobre a concessão ou não. Então, é importante que a Assembleia Legislativa que tem a missão de legislar e fiscalizar faça parte do conselho-diretor. Por isso, nosso relatório foi pela aprovação. E, também, solicitamos aos colegas a aprovação desta matéria, que é importante para o desenvolvimento do estado de Roraima.

Encerrada a discussão, estamos em votação. A votação será nominal e eletrônica: votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam o projeto e votando “não” rejeitam-no. Solicito a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado **George Melo** – Eu peço aos colegas do G14 que votem “sim”.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Declaro aprovado o Projeto de Lei nº 014/17 por 16 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura de Requerimento nº 13/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Izaías Maia** – Lido o Requerimento nº 13/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o Requerimento. Em votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura de Requerimento nº 12/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Izaías Maia** – Lido o Requerimento nº 12/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o Requerimento. Em votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordam com o Requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

Comunico aos Senhores Deputados que as matérias que tínhamos sobre a Mesa, prontas para deliberação, já foram votadas pelos Senhores Deputados.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a CCJ e as Comissões em Conjunto deliberem sobre outras matérias que constam na Ordem do Dia, e, também, a Comissão Especial para a PEC nº 02/17.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, dou por reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 029/17 e do parecer das comissões em conjunto.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** – Lido o Projeto de Lei nº 029/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o Projeto de Lei nº 029/17.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Senhor Presidente, primeiramente, queria agradecer ao apoio que nós tivemos de todos os Deputados na aprovação desse importante Projeto. Não só pelo fato de ser filho de médico, mas por ter amigos e reconhecer a importância da profissão. Desde já, quero antecipar meu voto “sim”.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, por uma questão de justiça, quero lembrar o papel importantíssimo que teve o ex-presidente do sindicato, Doutor Wilson Franco, *in memoriam*, na luta por este Projeto, quando era presidente da Comissão de Justiça no mandato passado, por uma questão de justiça não podemos deixar de citá-lo. Também quero parabenizar os médicos, pela dificuldade que eles têm no dia a dia para trabalhar com os salários que eles recebem. Mesmo aprovando esses valores, o salário dos médicos ainda é muito baixo. A gente ainda precisa rever isso aí para melhorar a saúde pública de nosso estado. Aqui atrás, Deputados, têm várias gerações, desde o doutor Helder aos mais jovens que já se formaram na nossa universidade. Um irmão meu que era médico partiu o ano passado. É uma geração de mudanças. Eu tenho duas filhas que estão se formando em medicina e tenho um sobrinho que também está

fazendo o curso de medicina, o filho do Romualdo, meu irmão que se foi. E quero aproveitar este momento para parabenizar os médicos e lembrar que esse salário faz justiça, mas é necessário que a gente melhore o salário dos médicos em nosso estado.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Senhor Presidente, para discutir a matéria, gostaria de parabenizar todos os senhores deputados que tiveram empenho sobre o projeto dos médicos. Gostaria de dizer aos médicos e a todos os que estão prestigiando essa sessão, do nosso compromisso com o setor público, estamos apenas adequando os salários dos médicos que cuidam de vidas e gostaria de ressaltar o nosso compromisso com a classe médica. Essa casa, mais uma vez, está dando sua contribuição, adequando o vencimento dos médicos do estado. Gostaria de Parabenizar também o Presidente desta Casa **Jalser**, que pediu o apoio de todos os deputados para aprovação dessa matéria. Esta Casa está de parabéns.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Obrigada, Deputado Chagas. Quero agradecer a cada um e parabenizar a todos em nome do meu filho Gean, que aqui está. Mas gostaria principalmente de me reportar ao esforço desta Casa, o Deputado Jalser fez questão que esse projeto fosse hoje. O Samir já esteve aqui falando com todos os Deputados e o Joaquim lembrou bem do Dr. Wilson, que foi da nossa outra luta e o Romualdo, um grande amigo do outro meu filho Juliano. Mas quero dizer uma coisa, esse projeto não dá aos médicos um real a mais de remuneração, apenas regulariza uma situação da gratificação para que possa compor os salários deles. Mas em seguida, essa categoria até agora não teve aprovado o seu plano de cargos e salários pelo estado. O pessoal da Lei 392 foi a categoria que ficou fora, e já ficou fora porque se eles fossem enquadrados no PCCR com esse salário de menos de cinco mil reais, eles teriam um salário, no final de carreira, de 8, (oito) 9 (nove) mil reais. Então, não era justo. Agora sim, com essa unificação, eles devem encaminhar para esta Casa o PCCR deles e, aí, a gente vai começar, de alguma forma, a dizer a essas pessoas que o salário deles melhorado faz jus ao esforço de cada um. Obrigada!

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Presidente, todos nós sabemos que a saúde é um direito constitucional. Mais do que garantir um direito do cidadão brasileiro, é garantir que os profissionais de saúde, especificamente os médicos, tenham, se possível, as condições perfeitas de trabalho, como também uma remuneração justa. Como disse a Deputada Aurelina, considero injusto o salário do médico. Um salário de 4 (quatro) mil reais mais a gratificação que será incorporada ao salário, vai para 9 (nove), 10 (dez) mil reais. É muito pouco, para não dizer insignificante, para uma profissional vocacional como é do médico. Não é apenas uma profissão que você escolhe e segue como muitas outras, a do médico é uma profissão vocacional, e como disse o Deputado Jalser, vida não tem valor. Então, é algo imensurável o valor desta atividade para o nosso país, para o nosso povo e para a humanidade em geral. Portanto, no tocante aos salários, o que depender desse Deputado, o que for enviado para esta Casa, para crescer na remuneração de vocês, podem, de forma antecipada, contar com o meu voto favorável, e volto a dizer que é insuficiente, quase insignificante 10 (dez) mil reais o salário de um médico. Muito obrigado, Senhor Presidente!

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, quero só transmitir um recado do Deputado Masamy Eda, que está viajando, e pediu que dissesse que ele é totalmente favorável a esse projeto, em apoio à classe médica.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, quero, de maneira antecipada, anunciar meu voto pela aprovação do projeto e quero orientar nosso bloco a aprovar o projeto. Porque estamos tratando de um direito de uma categoria, que é incorporação dessa gratificação para efeito de aposentadoria. Em especial, nós com essa ameaça que bate nas portas dos trabalhadores brasileiros que é a PEC 287. Isso atinge todos os trabalhadores e mais ainda os médicos, que, até então, não conta com essa gratificação para efeito de aposentadoria. Isso sem sombra de dúvida é um ganho, uma conquista, mais outras lutas virão para que possamos manter os direitos dos trabalhadores a uma aposentadoria digna, isso vale para os médicos, e demais servidores e trabalhadores do nosso país. Não podemos de forma alguma permitir esse retrocesso, de quando mais as pessoas precisam, é quando já estão em casa tentando curtir, após sua aposentadoria. Não podemos permitir que isso venha ocorrer no país, e para isso precisamos ajustar as categorias. Recentemente, ajustamos a polícia militar, a polícia civil, os agentes penitenciários. Transformamos os salários dos servidores em subsídios e garantindo que irão receber o que recebem na ativa, quando estiverem na inatividade, quando estiverem aposentados. Então, nosso voto é favorável, e, desde já, orientamos o nosso bloco pela aprovação do projeto.

O Senhor Deputado **Evangelista Sobrinho** – Senhor Presidente, na mesma linha dos demais, e reforçando as palavras do Deputado Sampaio, no período que estamos vivendo de retrocessos e

retiradas de garantias e direitos dos trabalhadores, a exemplo dessa reforma famigerada da previdência, onde a terceirização também está reinando, enfim, em um ambiente, em um clima onde os direitos dos trabalhadores conquistados, a duras penas, estão sendo cerceados. A gente se une aqui no sentido de dar garantias à classe médica nos direitos que são adquiridos e dos benefícios que lhe cabe. Hoje de manhã conversando com o Deputado Flamarion, em sintonia ele me ligava, dizendo que o projeto já chegou a Assembleia. Já estamos garantindo o quórum para que hoje a gente vote e aprove esse projeto, por entendermos a magnitude e darmos a nossa parcela de contribuição. Desde já, nós colocamos favoráveis ao projeto; é direito; é benefício, e nenhum direito a menos, direito se amplia e não se reduz. Obrigado!

O Senhor Deputado **Flamarion Portella** – Senhor Presidente, senhoras e senhores, Deputados, senhores médicos aqui presentes. Cada um que está nessa profissão sabe que para fazer esse curso carece da palavra renúncia. O estudante de medicina, ele tem que renunciar várias coisas, quer seja da atividade pessoal, da atividade social, para que ele possa dedicar um tempo maior ao curso. Depois, concluído sua residência, ele exerce sua profissão com sacerdócio, com dedicação, critério, respeito ao próximo de forma humanizada. Então, essa categoria, merece toda consideração da sociedade de Roraima, merece todo carinho do Poder Legislativo. Tenho certeza que outras conquistas virão e, quando aqui chegar, o Poder Legislativo estará de portas abertas para que façam uma discussão transparente, sincera, e, a partir daí, encaminhar para os projetos futuros que aqui virão. Mas hoje quero destacar essa conquista que aparentemente não tem ganho salarial nenhum. O objetivo desse projeto é simplesmente incorporar a gratificação de atividade médica ao salário, para efeito futuro da sua aposentadoria. O executivo não vai gastar nenhum centavo a mais. O IPER não vai deixar de arrecadar nenhum centavo a menos. Portanto, é algo que já é feito e que estamos mudando só a forma de encaminhar, como diz o poeta Thiago de Melo. Portanto, me congratulo com os médicos e mais uma vez quero agradecer ao Parlamento Estadual. Quero mais uma vez reconhecer o poder de articulação, de participação do Doutor Samir, que é um jovem médico, mas que, além de dirigir o sindicato, abraça a profissão com muito carinho e tenho certeza que com muito orgulho e alegria. Vou colocar o meu voto para a aprovação. Parabéns!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Me associo a todos os colegas que discutiram a matéria. Esse é um projeto importante. A classe médica não dispõe de um PCCR, e isso faz com que percamos profissionais renomados que procuram outros Estados. Então, ao se incorporar essa gratificação, estamos fazendo justiça, muito embora, isso não represente nenhum ganho real no salário desses profissionais. Então, esperemos que a partir da aprovação dessa lei, o governo do estado discuta com a categoria a construção do anteprojeto de lei para encaminhar para esta Casa que trate do PCCR. Se eu pudesse votar, votaria. Mas, como presidente, o Presidente só vota em caso de empate. Acredito que não vai ocorrer, porque pela manifestação dos nossos colegas deverá ser aprovado por unanimidade dos senhores Deputados presentes nesta Casa. Mas saibam que se pudesse votar, com certeza, meu voto seria “sim”. Então, parabéns à categoria!

O Projeto está em votação. A votação será nominal/eletônica. Votando “sim” os senhores deputados aprovarão a matéria e votando “não”, rejeitam-na.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede Justificativa de Voto – Apenas para dizer que essa é uma vitória da união dos médicos. Passaria a ser uma vitória do Governo se, concomitante a isso, esse governo, que está aí, mandasse para cá o PCCR desses profissionais, aí sim, seria uma vitória do governo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Dou por aprovado em turno único, por 18 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção, o Projeto de Lei nº 029/17.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 014/17 e o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, gostaria de saber se o Projeto de revisão salarial do Tribunal de Contas está incluso na Ordem do Dia de hoje, haja vista que já foi aprovado na Comissão?

O Senhor presidente **Coronel Chagas** – Sim, Deputado Sampaio, o projeto está na Ordem do Dia de hoje.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 014/17 e o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 014/17. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação

será nominal/eletônica.

Votando “sim”, os senhores deputados aprovarão a matéria e votando “não”, rejeitam-na.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 014/17, por 15 votos favoráveis, nenhum contra e nenhum abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 015/17 e o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 015/17 e o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 015/17. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletônica.

Votando “sim”, os senhores deputados aprovarão a matéria e votando “não”, rejeitam-na.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 015/17, por 15 votos favoráveis, nenhum contra e nenhum abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 016/17 e o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 016/17 e o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 016/17. Não havendo nenhum dos senhores deputados que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal/eletônica.

Votando “sim”, os senhores deputados aprovarão a matéria e votando “não”, rejeitam-na.

Dou por aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 016/17, por 15 votos favoráveis, nenhum contra e nenhum abstenção.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda a leitura da Proposta de Emenda a Constituição nº 02/17. Informo aos Senhores Deputados que se encontram na Casa que retornem ao Plenário, porque se trata de uma PEC, e são necessários três quintos desta Casa para aprovação, ou seja, 15 votos.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** – Lida a Proposta de Emenda a Constituição nº 02/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** para discutir a matéria – Presidente, eu quero parabenizar os Deputados que apresentaram, salvo engano, o Deputado Marcelo Cabral e Deputado Brito Bezerra pela autoria da PEC – como nordestino e sei que mesmo os roraimenses que têm parentes no Nordeste sabe da importância cultural da vaquejada. O meu irmão que mora em Sergipe é apaixonado por vaquejada. Eu quero parabenizar e já adiantar o meu voto, que eu voto “sim” e não poderia fechar a minha fala sem dizer o tradicional, valeu boi!

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, eu quero inicialmente parabenizar o Deputado Marcelo Cabral, que de pronto aceitou quando o convidei para construir esse Projeto de Emenda Constitucional. Ele encorpou a PEC. Ele trabalhou junto comigo, formatou, assinou, apresentou nesta Casa, e o Deputado Marcelo está conseguindo os votos favoráveis para apreciação e aprovação dessa PEC. Portanto, Deputado Marcelo Cabral, Vossa Excelência, tem os méritos e eu os deixo com Vossa Excelência, pelo seu trabalho, pela PEC, pela sua luta para aprovação dessa PEC. Essa PEC, Senhor Presidente, nada mais é do que tornar constitucional o evento vaquejada, como cultura. Nós roraimenses e “roraimados”, aqueles que são filhos e netos do Nordeste, que praticam o esporte vaquejada, o tem como cultura secular, e para que não haja mais essa história de inconstitucionalidade, nós estamos tornando constitucional a vaquejada, como evento cultural. Eu dei um exemplo para o meu amigo cearense, Izaías Maia, outras manifestações culturais são constitucionais. Veja bem o evento cultural que está na Constituição como manifestação religiosa, que você pode inclusive permitir sacrifício de animais, ele é constitucional, ele está previsto como manifestação cultural. A vaquejada, que não mais maltrata, que não discrimina, que só gera emprego, posto de trabalho, riqueza no nosso estado, jamais poderia deixar de ser uma manifestação cultural. E nós como Deputados, inclusive com o voto do Deputado Jalser, que está, aqui, me auxiliando, na minha fala, não poderíamos deixar de reconhecer esse evento como manifestação cultural. Portanto, voto a favor, volto a elogiar Vossa Excelência e dizer que é do meu voto pela matéria. Muito obrigado, Senhor Presidente, e agradeço pelo voto aos Deputados!

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Presidente, eu quero me

juntar aos nobres colegas, ao Deputado Marcelo Cabral, ao Deputado Brito Bezerra e ao Deputado Jorge Everton, que já se manifestaram pelo apoio e adiantar nosso voto pela aprovação dessa PEC. Eu tenho certeza que, aqui, para o estado de Roraima, ela é importante demais, principalmente porque Roraima tem a cultura da vaquejada. Ela vem de séculos atrás e não podemos deixar sem ser amparada por lei. De antemão, manifesto meu voto e a minha posição de ajudar a aprovar essa PEC.

O Senhor Deputado **Marcelo Cabral** para discutir a matéria - Senhor Presidente, para discutir essa PEC de minha autoria e do Deputado Brito Bezerra, começo parabenizando o Deputado Brito por ter ajudado a construir essa PEC, para ajudar os apaixonados pela vaquejada. Todo filho de Roraima é neto do Nordeste, a verdade é essa, a gente tem uma cultura de vaquejada no estado, uma cultura que gera renda, é uma atração, as pessoas veem e gostam da atividade da vaquejada. Quero agradecer a todos os Deputados que estão a favor deste projeto. Peço voto ao projeto para passar a vaquejada a condição de manifestação cultural do estado de Roraima, para ajudar a quem é apaixonado, a quem gosta e a quem pratica esse esporte no estado de Roraima, que é a vaquejada. Queremos ter a certeza que, depois desse projeto aprovado, teremos a garantia e a segurança de que vai ter em todo município desse estado um circuito de vaquejada. Agradeço a todos os Deputados pelo voto e aprovação desse projeto. Muito obrigado, Presidente!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em votação. A votação será nominal/eletrônica. Lembrando aos senhores Deputados que, para ser aprovada, a PEC necessita dos votos favoráveis de três quintos dos membros desta Casa, portanto quinze votos favoráveis.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado por 18 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção. Aprovada em primeiro turno, a Proposta de Emenda a Constituição nº 02/17 de autoria do Deputado Marcelo Cabral e Brito Bezerra.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda a leitura do Projeto de Lei nº 013/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** - Lido o Projeto de Lei nº 013/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em discussão o Projeto de Lei nº 013/17.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Só para reiterar o pedido de apoio aos deputados, nada mais é do que a reposição salarial dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, que está sendo concedida no percentual 6,29% (seis vírgula vinte e nove). Então, esse é o nosso relatório pela aprovação, haja vista que há orçamento no Tribunal de Contas para atender a reposição salarial dos mesmos. Então eu peço aos colegas que nos ajude a aprovar o Projeto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em votação. A votação será nominal/eletrônica.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado por 18 votos "sim", nenhum contrário e nenhuma abstenção, em turno único, o Projeto nº 013/17.

Solicito ao Primeiro-Secretário que proceda a leitura do Projeto de Lei 024/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** - Lido o Projeto de Lei nº 024/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em discussão, não havendo queira discutir, coloco-o em votação.

Solicito a abertura do Painel eletrônico para a votação. A votação será nominal/eletrônica.

Dou por aprovado por 16 votos "sim", nenhum contrário e nenhuma abstenção, em turno único, o Projeto de Lei nº 024/17.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda a leitura do Projeto de Lei nº 028/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** - Lido o Projeto de Lei nº 028/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em discussão o Projeto de Lei nº 028/17.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** para discutir a matéria - Senhoras e Senhores Deputados, Presidente Deputado Chagas que relatou esse belíssimo projeto que foi, inclusive, enviado pelo Ministério do Turismo para que nós pudéssemos criar uma legislação pertinente às instâncias turísticas em nosso estado. Os nossos municípios têm diversas potencialidades turísticas. O município que pertence ao nosso amigo, Deputado Marcelo, o Amajari, é um dos que tem mais potenciais turísticos no nosso estado: o Tepequém. Por isso, nós precisamos enriquecer essas potencialidades. Temos que ter uma legislação que permita investimentos pelo Ministério do Turismo. Isso é algo inovador aqui em nosso estado, mas já vem acontecendo em outros estados da federação. Portanto, eu peço

a todos os nobres pares, aos ilustres deputados que conhecem as nossas potencialidades e tem compromisso com o desenvolvimento turístico do nosso estado para votar pela aprovação, Senhor Presidente. E muito obrigado pela relatoria de Vossa Excelência e pela celeridade, dada a importância desse projeto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em votação. A votação será nominal e eletrônica: votando "sim", os Senhores Deputados aprovam o projeto, e votando "não", rejeitam-no. Solicito a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** - Senhor Presidente, apenas para anunciar com muita satisfação que a justiça foi feita pelo Tribunal Superior Eleitoral, em detrimento do candidato Jairo, do PMDB, que foi afastado por meio de uma decisão monocrática equivocadamente e, depois, suspensa a ação, ele agora é o novo prefeito do município de Iracema. Ele recebeu uma liminar em caráter monocrático proferida pelo Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, que já está em vigor. E a posse do prefeito Jairo vai ser hoje à tarde. E eu quero convidar o Deputado Brito, que foi um exímio torcedor do Jairo, para que ele participe dessa reunião e a gente possa comemorar essa vitória democrática feita pelo povo de Iracema. Então, parabéns ao prefeito Jairo, ao município de Iracema e também ao reconhecimento feito pelo Delegado Francisco nas redes sociais, lamentando, mas ao mesmo tempo respaldando e enaltecendo a própria democracia brasileira.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Dou por aprovado o Projeto de Lei nº 028/17 por 17 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Fica o registro pelo Deputado Jalser quanto à decisão do TSE pela posse do prefeito Jairo Souza, no município de Iracema, em substituição ao doutor Francisco Araújo.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda a leitura do Requerimento de Pedido de Informação nº 001/17, de autoria do Deputado Jorge Everton.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** - Lido o Requerimento de Pedido de Informação nº 001/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** para discutir a matéria - Senhor Presidente, esse requerimento se faz necessário em virtude do recurso financeiro que foi disponibilizado para o estado de Roraima, através do Ministério da Justiça, após as mortes que ocorreram no sistema prisional, e o Ministério Público Federal bloqueou esses recursos. E a alegação da justiça federal em bloquear esses recursos é pelo fato de não haver nenhuma programação feita para utilização do recurso de forma devida, e não haver nenhum planejamento para tirar do papel a construção da unidade prisional. Então, presidente, enquanto nossa sociedade está refém da criminalidade, precisamos investir no sistema prisional. Esse recurso está parado por falta de competência de gestão. Por isso, precisamos com urgência tomar providências, e não podemos silenciar porque não podemos permitir que a sociedade fique refém da criminalidade.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam com o Requerimento de Pedido de Informação nº 001/17 permaneçam como estão. Aprovado.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Resolução pedida pela Mesa Diretora desta Casa

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** - Lida a Resolução.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Está encerrada a Ordem do Dia. Estamos nas Explicações Pessoais. Registro a presença do ex-deputado Damosiel Lacerda e do prefeito do Bonfim Jonner Chagas.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Senhor Presidente, quero convidar os membros da Comissão de Administração para reunião, logo após o término da Sessão, para deliberar alguns projetos da Ordem do Dia.

O Senhor Deputado **Zé Galeto** - Quero convocar os seguintes Parlamentares: Coronel Chagas, Odilon Filho, Soldado Sampaio e Mecias de Jesus para reunião, após o término da Sessão, para tratar de assuntos da Comissão Especial Interna, criada para analisar e emitir parecer ao Projeto de Lei nº 011/2017 e 012/17.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Senhor Presidente, eu estaria de resolução hoje. Mas informei a Casa sobre a mudança da minha viagem, porque tinham matérias importantes para serem discutidas, e eu não poderia deixar de estar presente. Oficialmente, eu informei a Casa a mudança da minha viagem que será hoje à noite. Eu gostaria de deixar registrado para que a presidência tomasse conhecimento por mim. Obrigado!

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** - Senhor Presidente, só para agradecer aos colegas Deputados, pois, hoje tive três projetos aprovados

nesta Casa. Dois deles foram de minha autoria com colegas Deputados. O primeiro, que foi de autoria do Deputado Masamy e de minha autoria, foi aprovado nesta Casa. Foi um avanço. Nós precisamos estruturar a questão industrial, em especial do Distrito Industrial, e foi aprovado. Quero agradecer aos colegas. O outro é meu e do Deputado Marcelo, uma PEC, que torna constitucional e cultural a prática da vaquejada no nosso estado. E por último, Senhor Presidente, um de minha autoria, que Vossa Excelência foi o relator, que define as instâncias turísticas do nosso estado. Portanto, eu quero agradecer a votação que foi por unanimidade. Percebemos com isso o clima harmônico e democrático entre os colegas. Considero que estamos trabalhando na essência desse espírito que esta Casa tem sempre que aflorar, que é o espírito democrático de debate dos projetos como foi feito hoje. E não aflorar outros sentimentos, que não seja a melhoria do desenvolvimento do nosso. Obrigado!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão convocando outra para o dia 30, à hora regimental. Registraram presença no painel os Senhores Deputados:

**Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalsen Renier, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

**ATA DA 2584 SESSÃO, EM 30 DE MARÇO DE 2017.  
53º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

**= ORDINÁRIA=**

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS  
(Em exercício)**

Às nove horas do dia trinta de março de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima octogésima quarta Sessão Ordinária do quinquagésimo terceiro período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Convido o Senhor deputado Odilon Filho para atuar como Segundo-Secretário *ad hoc*.

Solicito o Senhor Segundo-Secretário, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Odilon Filho** - Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** - Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDO DOS DEPUTADOS:**

Indicação s/nº, de 24/03/17, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma do Núcleo Estadual de Reabilitação Física de Roraima (NERF).

Indicação s/nº, de 24/03/17, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 17, localizada no Município de Rorainópolis, região Sul do Estado.

Indicação s/nº, de 24/03/17, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para realização de avaliação da qualidade e regularidade dos serviços de transporte escolar prestados em todo o Estado de Roraima, com ênfase no Município de Bonfim-RR.

Indicação s/nº, de 24/03/17, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma da Escola Estadual Burititis, localizada na Zona Oeste desta Capital.

Indicação s/nº, de 29/03/17, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma da Escola Estadual Vereador Francisco Pereira Lima, localizada no Município de Mucajaí-RR.

Indicação s/nº, de 29/03/17, do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma da Escola Estadual Dom Pedro II, localizada no Município de Mucajaí-RR.

Indicação s/nº, de 28/03/17, do Deputado Zé Galeto, encaminhando ao Governo do Estado, para reconstrução da ponte de madeira de 8 metros, localizada na Confiança I, da Vila Félix Pinto, no Município de Cantá-RR.

Indicação s/nº, de 28/03/17, do Deputado Zé Galeto, encaminhando ao Governo do Estado, para reconstrução de duas pontes

de madeira de 10 metros, localizadas na Vicinal II, da Vila do Picadão, no Município de Cantá-RR.

Indicação s/nº, de 28/03/17, do Deputado Zé Galeto, encaminhando ao Governo do Estado, para reconstrução da ponte de madeira de 20 metros sobre o Igarapé Jacamizinho, localizada na estrada CTA, vicinal 131, PA Jacamim, no Município de Cantá-RR.

Indicação s/nº, de 28/03/17, do Deputado Coronel Chagas, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma da Escola Estadual Idarlene Severino da Silva, localizada à Rua Belarmino Fernandes Magalhães, nº 1584 - bairro Tancredo Neves.

Memorando nº 102, de 28/03/17, do Deputado Soldado Sampaio, solicitando alteração da natureza de despesa em emenda orçamentária da Comissão Mista de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle.

Memorando nº 023, de 29/03/17, do Deputado Marcelo Cabral, informando sua ausência na sessão plenária do dia 30 de março do corrente ano.

Era o que constava do expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor Presidente, não há oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo orador inscrito para o Grande Expediente, passamos a Ordem do Dia.

Não havendo matéria para Ordem do Dia, atendo requerimento nº 08/17, aprovado anteriormente, neste momento transformo a Sessão em Comissão Geral, oportunidade em que esta Casa prestará homenagem com a Comenda Orgulho de Roraima aos atletas que foram destaque no Estado de Roraima de acordo com o Decreto Legislativo nº 036/16.

A Senhora Mestre de Cerimônia **Léo Fátima** – Senhoras e senhores, sejam todos bem-vindos.

Esta solenidade tem por objetivo agradecer com a Comenda Orgulho de Roraima, atletas e esportistas conforme Decretos Legislativos nºs 32/16, 001/17, 012/17 por indicação do Deputado Chico Mozart e Decreto Legislativo nº 003/17, por indicação do Deputado Coronel Chagas.

Anunciamos para presidir os trabalhos, o Deputado Chico Mozart.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Bom dia a todos. Convido para compor a Mesas dos Trabalhos, nosso Presidente em exercício, Deputado Coronel Chagas.

A Senhora Mestre de Cerimônia **Léo Fátima** – Anunciamos a presença do Coronel Chagas.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Convido o Deputado Evangelista Siqueira para compor a Mesa dos Trabalhos.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Comissão Geral, convocada nos termos regimentais através do Requerimento nº 08/17.

Convidamos os presentes para, em posição de respeito, cantarmos os Hinos Nacional e do Estado de Roraima.

(Hinos Nacional e de Roraima).

A Senhora Mestre de Cerimônia **Léo Fátima** – Nesse momento ouviremos o pronunciamento do autor da indicação, o Senhor Deputado Coronel Chagas.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar Deputado Chico Mozart, Presidindo os trabalhos dessa Comissão Geral e autor também do Decreto Legislativo que tem por finalidade homenagear os atletas roraimenses. Roraimenses de nascimento, roraimenses de coração que têm se destacado nas mais diversas modalidades do esporte a nível regional e nacional enchendo todos os roraimenses de orgulho.

Quero cumprimentar os Senhores Deputados aqui presentes, servidores desta Casa. Cumprimentar também os representantes de entidades, de associações de esportes das mais diversas modalidades. Minhas senhoras e meus senhores, bom dia.

Eu também fui autor de um Decreto Legislativo que foi aprovado por esta Casa e como é de praxe no protocolo desta casa, os Deputados autores dessa comenda, fazer o uso da palavra. Então, faço hoje nos seguintes termos:

A homenagem Orgulho de Roraima, nos termos da Resolução nº 04/04, ela é concedida àquelas pessoas físicas e jurídicas que, pela atuação no Estado, ou no então Território Federal de Roraima, se tornaram para a população símbolo e referência.

Nós fizemos uma indicação do nome do Senhor Roberto da Silva para receber a Comenda pelo seu trabalho à frente do esporte, como esportista e depois como dirigente, e como motivador e servindo como

motivação para várias gerações do futebol.

Eu, conheço o Senhor Roberto Silva desde que cheguei em Roraima, um amante do esporte e também praticante do futebol, não havia como não conhecer o Roberto Silva. Nos campeonatos, nos torneios ele sempre presente. Eu já o peguei na fase como dirigente, mas muitas histórias do seu amor ao futebol e os incentivos nós ouvíamos e ouvimos até hoje. Fazendo uma pesquisa sobre quem é Roberto Silva, nas redes sociais, na internet, nós vamos encontrar muitas referências quando se fala futebol roraimense e, para ilustrar o meu pronunciamento, fui buscar num trabalho acadêmico desenvolvido pelo seu Márcio Marcos, acadêmico do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima, onde ele faz uma análise da história futebol roraimense e faz os seguintes comentários sobre o Roberto Silva: é vasta a literatura que cita o Roberto Silva como expoente, como referência do esporte, do futebol do Estado de Roraima. Mas, o acadêmico, na conclusão do trabalho do curso, Márcio Marcos faz a seguinte referência: “o bom goleador roraimense, homem de caráter e que se envolve até hoje nos dias atuais do futebol do Estado e, acima de tudo, um dos melhores que Roraima já viu jogar. O ex-atacante e artilheiro Roberto Silva é uma referência na história do futebol local, nascido no dia 28 de abril de 1948, popularmente conhecido como Roberto Silva triunfou e dedicou grande parte da sua vida ao futebol em Roraima. O ex-atacante e artilheiro, construiu histórias no passado e jogou ao lado de grandes jogadores como Zico, também ex-atacante do Clube Regatas Flamengo do Rio de Janeiro, Garrincha jogador do Santos. Ao completar 18 anos, Roberto Silva iniciou sua carreira na categoria juvenil de futebol, no clube de São Paulo de Boa Vista em 1961. Silva passou dois anos no clube e foi campeão dois anos consecutivo pelo São Paulo de Boa Vista em 61 e 62. Após sair da categoria juvenil, Roberto Silva deu continuidade à sua carreira de futebol sempre representando o Estado de Roraima. Após deixar São Paulo de Boa Vista, assinou o contrato com Baré Futebol Clube. Atuando no Baré, Roberto Silva começou a construir sua história no futebol local com muitos gols e decisão de partidas importantes. Seu grande rival nas competições era o Grêmio Atlético Sampaio. Defendendo o Baré, o ex-artilheiro e atacante de grandes clubes como Rio Negro, Nacional, Olímpico, Rodoviário e São Raimundo, todos times do Amazonas, enfrentou também clubes da elite carioca, como Flamengo, Botafogo e Fluminense. Roberto Silva foi o primeiro jogador a marcar gol no primeiro Copão da Amazônia realizado em 1975, o então Estádio João Mineiro. Além de fotos, arquivos e documentos de partidas oficiais, foram registrados mais de 800 gols marcados durante toda sua carreira no futebol com a camisa do Baré. Roberto Silva encerrou sua carreira como jogador profissional no São Raimundo Esporte Clube de Roraima em 1980. Após pendurar suas chuteiras com centenas de gols, o ex-atacante passou a trabalhar como técnico e assumir seu clube de coração, Baré, em 1995. Sua trajetória no futebol local como jogador, mostra o orgulho pelo esporte macuxi e a paixão que o público roraimense tem pelo futebol”. Então essas são palavras citadas no trabalho de conclusão de curso pelo acadêmico do curso de Comunicação Social. Essa é apenas uma referência de dezenas referências que nós encontramos de sobre a vida de Roberto Silva que nos enche de orgulho. Por esses motivos, pelo extenso rol de trabalhos dedicados ao esporte e especialmente ao futebol roraimense em representar o nosso Estado, é que foi aprovado por unanimidade o Projeto de Decreto Legislativo de nossa autoria, com a finalidade de conceder ao seu Roberto Silva a Comenda Orgulho de Roraima. Parabéns, Roberto Silva, o senhor, realmente, por seu amor ao esporte que se constitui exemplos aos nossos jovens, reconhecendo, portanto, o motivo de Orgulho de Roraima. Desejamos, firmemente, que o seu legado no esporte roraimense continue motivando geração de jovens a trilharem no bom caminho, e aquele construído por um homem livre e de bons costumes. Parabéns, Roberto Silva, extensivo aos seus digníssimos familiares.

A Senhora Mestre de Cerimônia **Léo Francisca** - Com a palavra Deputado Chico Mozart.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Senhor Presidente, em exercício, Coronel Chagas, Senhoras e Senhores Deputados, atletas, público presente, nosso cordial bom -dia.

É com muita satisfação que uso hoje esta Tribuna para reconhecer e agradecer aos nossos atletas, alguns macuxis e outros não, mas carregam em seu coração a Bandeira de Roraima. Quero agradecer a todos os Deputados de forma unânime pela aprovação de todos os nomes por mim indicado. Deputado Flamarion Portela, aqui temos as mais diversas histórias, de dificuldades, superações, temos a história de um professor de Karatê que abraçou a causa, levar 12 atletas sem condições financeiras nenhuma para o campeonato de Karatê na Indonésia, em Jacarta. Dessas 12 atletas, oito foram medalhistas. Temos a história de um professor de Boxe que em sua academia, no seu trabalho, hoje tem dois filhos representando Roraima na seleção brasileira de boxe, temos também, Deputado Odilon,

história de uma garota que do interior de Caracará ganhou o mundo num campeonato mundial de fisiculturismo nos Estados Unidos. Isso é motivo de orgulho para todos nós. Sabemos que nossos atletas hoje, não podem contar com apoio necessários adequados para seus treinamentos e competições, muitos deles ainda encontram o apoio necessário através da família, de amigos e muitas vezes de entidades privadas. Esta Casa tem o poder de transformar esse apoio tão sonhado desses atletas em realidade, lhes garanto de minha parte, não medirei esforços para assim o fazer. Sejam todos bem-vindo a esta Casa, esta Casa é a Casa de vocês também. Obrigado.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Neste momento a palavra está franquiada para os Senhores Deputados.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor Presidente, neste momento da Comissão Geral, Deputado Chico Mozart, Presidente da nossa Casa Legislativa, Deputado Coronel Chagas, demais Deputados presentes, Senhoras e Senhores, todos que nos acompanha pela TV Assembleia, atletas aqui presentes.

Parabenizo Vossa Excelência por este momento que acho de fundamental importância atitude em reconhecer, nós vivemos num país continental onde as distâncias, as diversidades, elas são muito grandes, em Roraima nós encontramos um pouco de todo o Brasil. Nós temos pessoas de todos os lugares do país, até de fora, e aqui passa ser um celeiro de construção de diversas culturas, entre elas, a cultura do esporte, dizer que temos uma qualidade de vida muito boa em Boa Vista, na questão do esporte, qualidade de atletas, inclusive, nível nacional, internacional, inclusive, Vossa Excelência, é um grande atleta do MMA! Como mesmo disse, ele lutou uma vez, venceu e se aposentou. Enfim, reconhecer nossos atletas neste momento com a Comenda Orgulho de Roraima, é fortalecer o espírito esportista dos nossos jovens e adolescentes, inspirar as nossas crianças, quem estão na escola, quem estão praticando educação física e mais do que isso impulsionar nossos atletas no sentido de dar ânimo. Na maioria das vezes, Deputado Chico Mozart, nossos atletas são vitoriosos por conta de si próprio, porque o apoio, seja ele nas esferas governamentais ou empresariais é muito pouco e quando atleta se dispõe de chegar na excelência de sua categoria, é sinal, primeiro, de amor próprio, de vontade de vencer de próprio punho enfrentando diversos desafios e adversidades que se encontram no meio do caminho. Então, só parabenizando Vossa Excelência pela indicação, juntamente com o Deputado Coronel Chagas, parabenizar os atletas do nosso Estado, dizer que vocês são guerreiros apesar da falta de incentivo que muitas vezes há para todos, mas que, mesmo assim, não se deixam abater. Os resultados mostram que Roraima é um celeiro de esportistas, é um celeiro de vitoriosos. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Presidente, apenas para registrar a presença em plenário da Vereadora Lurdirinha que está aqui acompanhando e prestigiando este evento, do ex-Deputado Ivo Som e, também, do ex-Deputado Damosiel.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Histórico da Medalha, a Comenda Orgulho de Roraima foi criada pela Resolução Legislativa nº 004/04 e é concedida àquelas pessoas físicas, jurídicas, organizações e pela atuação no Estado ou no então território Federal de Roraima, que se tornaram um símbolo de referência para a população roraimense. As pessoas que serão agraciadas foram reconhecidas e aprovadas pela Assembleia Legislativa em Sessão Plenária, através dos Decretos Legislativos nº 32/16, 01/17, 02/17 e 03/17. Neste momento, daremos início à cerimônia de entrega da Comenda. Recomendamos que os cumprimentos sejam feitos após o término da cerimônia.

Por suas realizações e méritos, tornando-se merecedores do especial reconhecimento desta Casa Legislativa, convido para receber o Título Orgulho de Roraima, o atleta de *jiu-jitsu*, categoria meio pesado; faixa preta, campeão amazonense 2015; melhor atleta da Federação de Jiu-Jitsu em 2015, Adail Rodrigues Borges Júnior - Adail Aranha.

Convido, para fazer a entrega da Comenda, o Senhor Deputado Coronel Chagas.

Convido para receber o título de Orgulho de Roraima, o atleta faixa preta, 5º *dan* de karatê; prata no mundial da Alemanha em 2006; bronze no mundial da Grécia em 2009; bronze no mundial da Indonésia em 2016, Sansei Adauto Andrade Martins.

Para fazer a entrega da Comenda, convido o Senhor Deputado Chico Mozart.

Gostaria de registrar a presença dos alunos do quarto ano da Escola Colmeia. Sejam bem-vindos.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima, a atleta de boxe, bronze no campeonato brasileiro de 2014 em Campo Grande; prata no campeonato brasileiro de boxe em 2015, em Blumenau; bronze no campeonato brasileiro de boxe 2016, em Cuiabá, Addressa Marques Silva.

Gostaria de registrar a presença dos alunos do quarto ano da

Escola Colmeia. Sejam bem-vindos.

Para fazer a entrega da Comenda, convido a Senhora Deputada Aurelina Medeiros.

Convido para receber o Título Orgulho de Roraima, o atleta de Judô campeão brasileiro Sub-18 em 2016; Campeão Panamericano e Sulamericano 2016; é o nono no ranking mundial da categoria, Aristides do Nascimento Lucena Júnior.

O Aristides encontra-se viajando. Ele está no circuito europeu de judô e, neste momento, será representado pelo seu irmão Ramon Lourenço dos Santos.

Para fazer a entrega da Comenda, convido o Senhor Deputado Flamarion Portela.

Convido, para receber o título Orgulho de Roraima, o atleta paraquedista, campeão latino-americano de formações em queda livre em 2013, Antônio Alcemir Pinho Bezerra, meu amigo Tatu.

Para fazer a entrega da Comenda, convido o Senhor Deputado Valdenir Ferreira.

Convido, para receber o título Orgulho de Roraima, o atleta paraquedista, campeão latino-americano de formações em queda livre em 2013, Daniel Soares Ferreira.

Para fazer a entrega da Comenda, convido o Senhor Deputado Dhiego Coêlho.

Convido, para receber o título Orgulho de Roraima, o atleta paraquedista, o atleta de Judô, bronze no US *Open* 2015; bonze na Copa Rio Internacional 2015; ouro na Copa Internacional 2015 e ouro no US *Open* 2014/6, Danilo Rodrigues de Brito

Para fazer a entrega da Comenda, convido o Senhor Deputado Brito Bezerra.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o atleta do Atletismo, foi terceiro lugar no campeonato Brasileiro Caixa sub-20, Deyvisson Deluan César de Souza. Para fazer a entrega convido o Deputado Evangelista Siqueira. Para quem não sabe o Deluan é o 4º no ranking nacional. Enche de orgulho a Dona Elizabete, sua mãe e sua irmã, Eliete.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o atleta do *jiu-jitsu* campeão em 2013 e bi vice-campeão em Roraima 2013/2015, vice-campeão roraimense 2013, campeão Copa América em 2014, campeão pan-americano *kids* 2014 em Los Angeles, bi-campeão Roraima Open 2014/2015. E campeão Brasil Nacional Pros de *jiu-jitsu* 2017 em Manaus, Enzo Botinelly Rodrigues. Inclusive, está indo para Dubai.

Convido para fazer a entrega o Deputado Odilon Filho.

O atleta Enzo é filho do professor Elthon e da Marcela Botineli.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima a atleta de *jiu-jitsu*, campeã brasileira, campeã panamericana e campeã mundial Fabiana Pereira Santos. Neste ato será representada pelo seu professor Pablo Rivero. E para fazer a entrega convido o Deputado Zé Galetto.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima a atleta de natação, 6º lugar de brasileiro júnior 2012, campeã norte e nordeste de 2013/2014 e vice-campeã norte e nordeste 2016, Flávia Soares Braga Catanhede. E para fazer a entrega convido o Deputado George Melo.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o atleta paraquedista, campeão latino-americano de formação em queda livre 2013, Glenn Linhares Vasconcelos. Neste ato, sendo representado por Valdízio. Convido para entregar a comenda o Deputado Flamarion Portela.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o atleta de Fisiculturismo Musa *Fitness*, e campeã de Arnold Classic dos Estados Unidos, vice-campeã em 2016 e bi-campeã brasileira 2015/2016 a atleta Iane Lira dos Santos. E convido para fazer a entrega o Deputado Evangelista Siqueira.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o atleta de handebol, campeão dos jogos regionais dos jogos de São Paulo 2016, campeão da fase regional dos jogos abertos da juventude 2015/2016, o atleta João Henrique Ghirotti Farias. Sendo representado neste ato por seu pai Anderson. Eu vou fazer a entrega.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o atleta Paraquedista, cinegrafista, campeão latino-americano de formação em queda livre 2013 João Miguel Kimak Júnior. E para fazer a entrega convido o nosso presidente em exercício, Deputado Coronel Chagas.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o atleta de *jiu-jitsu* bi-campeão brasileiro NoGI 2012/2013, campeão sulamericano 2014, campeão mundial Walter Pro 2015, campeão mundial NoGI 2016 Lucas Daniel Silva Barbosa. Atualmente, o Lucas mora nos Estados Unidos. E neste ato será representado pelo seu irmão, professor em faixa preta, André Fabiano. E para fazer a entrega convido o Deputado George Melo.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o atleta

fisiculturista campeão 2013, campeão da copa Manaus de 2014, campeão de fisiculturismo de 2016, Márcio Agra Belota. Gostaria de eu mesmo fazer esta entrega, pois se trata de um amigo, que é quase um irmão.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o atleta, piloto de Kart, campeão da copa VB Flamoncini Pró-400 em Brasília 2016, Rafael Augusto Lucena de Souza. O Rafael é filho de um dos nossos funcionários.

Convido para fazer a entrega a Deputada Aurelina Medeiros.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o atleta jogador de futebol, campeão treze vezes pelo Baré, em 1973. Teve a honra de jogar contra o Garrincha em 1978. Jogou contra o Clube de Regatas do Flamengo e recebeu das mãos de Zico o troféu de 10 anos como artilheiro de futebol de Roraima, com 600 gols. Em 2017, teve a honra de carregar a Tocha Olímpica, Roberto da Silva.

Para fazer a entrega, convido o Deputado Coronel Chagas, autor da proposição.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o atleta do banco, primeiro lugar brasileiro de boxe 2016 em Cuiabá, primeiro no ranking nacional, o que lhe garantiu a vaga para a seleção olímpica de boxe, Ronald Marques Silva.

E para fazer a entrega convido o Deputado Dhiego Coêlho.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima, o atleta de futebol campeão invicto pelo Baré/2006, artilheiro na competição com 13 gols e eleito o melhor atacante do ano, Stanley Nobre Pacheco.

E para fazer a entrega convido o Deputado Odilon Filho.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima o atleta paraquedista, campeão latino-americano em formações de queda livre em 2013, Valdísio Moreira Júnior.

E para fazer a entrega convido o Deputado Zé Galetto.

Convido para receber o título Orgulho de Roraima, a atleta de fisiculturismo, campeã Miss Universo Fitness nos Estados Unidos, em 2016, Karolina Marreiro Araújo de Souza, a Karol, mãe do Davi. Eu farei a entrega da Comenda para a Karol.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Neste momento, gostaria de convidar o Atleta Faixa Preta 5º dan de Karatê, Adauto Andrade Martins para fazer uso da palavra.

O Senhor **Adauto Andrade Martins** – Bom dia a todos, ilustre Presidente em exercício Coronel Chagas e a todos os deputados presentes e em especial o orgulho de Roraima também, que é o Deputado Chico Mozart, não só como deputado, mas também como atleta, por abraçar o esporte e fazer o melhor por todos nós, uma salva de palmas, por favor para o Deputado Chico Mozart. A Comenda recebida por minha pessoa hoje é fruto de muito trabalho, mas esse trabalho não é um trabalho individual e sim um trabalho coletivo, simboliza o esforço do esporte Roraimense, dos atletas da liga roraimense de karatê que, abraçaram a causa em representar o nosso Estado, o nosso Brasil nos cinco continentes desse planeta. Nós temos muito a aprender, muito a evoluir. Eu neste momento aproveitando esse espaço maravilhoso com respeito e carinho, solicito aos Ilustres deputados que abracem mais um pouco o esporte. Eu sei que as demandas são imensas, eu sei que não é só pedir e não é simplesmente querer fazer, existe todo o processo burocrático, mas ampare mais o esporte, abracem mais o esporte. Nós atletas precisamos, nós precisamos muito de todos vocês. Vocês nos representam e por esse motivo e por essa razão, eu solicito novamente com muito carinho e com muito respeito, abracem o esporte roraimense. Nós, todos os atletas independentemente de modalidade, não existe modalidade melhor que a outra ou arte marcial, o esporte sim é o melhor, o esporte é o melhor, nós precisamos disso. Não posso deixar de citar a nossa ida no passado de 2016 para Jacarta, na Indonésia, nós tivemos que vender *squeezes*, pequenas garrafas vendidas, a pessoa que parou no sinal, o Parlamentar que parou no sinal e abraçou a causa foi o Deputado Chico Mozart, não desmerecendo os demais deputados, sei que as demandas são imensas, sei disso, preciso destacar eu não tenho partido e não estou aqui defendendo partido. A Governadora Suely Campos deu a volta no carro, parou no semáforo, me chamou e perguntou o que estava acontecendo? E depois de três dias mandou liberar dez passagens para a Indonésia, então eu agradeço também ao Governo do Estado e não posso deixar de citar, assim como o Deputado Chico Mozart, patrocinou duas passagens para Indonésia. Isso é grandioso, eu só tenho a agradecer muito, muito mesmo, aos meus familiares, aos meus atletas, a minha mãe, a minha esposa, ao meu filho e todos presentes, a nossa querida vice-presidente da Liga de Karatê, Luiza Iasmim que está aqui presente. Ilustres Deputados, o dia hoje é grandioso e eu tenho certeza que humildemente essas palavras ficarão e eu espero que, cada um de vocês em 2018 abracem, apoiem, busquem mais o esporte, ele proporciona, fomenta a saúde, disciplina, ele melhora o nosso país. O nosso país está banhado de corrupção, mas tudo tem jeito, basta querer e ter fé

em Deus. Tenho certeza que vocês vão lutar por isso e vamos ter um estado bem melhor, sei que as dificuldades existem, mas servem como trampolim para nos motivar a vencer na vida. Muito obrigado.

O Senhor **Roberto da Silva** - Bom dia a todos, para mim é uma alegria muito grande mais uma vez na minha vida. Graças a Deus minha vida foi só alegria, tristeza eu não conheço. Estou aqui agradecendo a oportunidade que me foi dada para receber esta medalha que hoje estão entregando a todos os atletas, merecidamente, agradeço principalmente ao meu grande Deus que fez com que eu chegasse até aqui porque sempre confiei nele. Não vencemos na vida sozinho, sempre tem alguém que pode nos ajudar e na oportunidade quero agradecer ao Coronel Chagas, logo que ele chegou aqui fizemos amizade e o que o futebol transferiu para mim e que eu considero muito mais do que riqueza e dinheiro são as amizades. Graças a Deus onde chego, sou bem recebido, quero agradecer ao futebol por ter feito isso na minha vida. Quero parabenizar a todos os Deputados da Assembleia e continuem lembrando daquelas pessoas que deram alguma coisa pelo nosso estado. Agradeço mais uma vez. Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Inicialmente, quero dar bom dia a todos, parabenizar Vossa Excelência por esse ato nobre, parabenizar esta Casa que vem abrindo espaço para que possamos reconhecer de forma institucional aqueles que fazem de verdade Roraima ser um grande orgulho para todos nós. Há poucos dias atrás homenageamos aqui um roraimense, o Tiago Maia, que não faz apenas Roraima ser um grande orgulho, mas que todo o Brasil sinta orgulho desse grande atleta. Quero registrar a presença da Dona Marta Pinheiro, Lourdes Pinheiro e, em seus nomes cumprimento a todos os familiares dos atletas e em nome do Enzo Rodrigues, que é colega do meu filho Fernando, quero cumprimentar a todos que estão recebendo esta bela homenagem. É uma honra muito grande estar participando desta Sessão, não é só nos debates e embates que se faz o Parlamento é também em ocasiões como esta, ocasiões em que nos aproximamos cada vez mais da sociedade civil organizada e daqueles que realmente tem sentimento pelo nosso estado e que lutam para que possamos ser reconhecido em todo o Brasil. Que outras ocasiões como esta possam existir, que venham e nos tragam tanto orgulho como nos trouxe agora. O atleta que representou os demais na tribuna falou nessa crise moral, na crise institucional e na corrupção que banha nosso País. Infelizmente, é um banho de lama, e todos nós sabemos a classe política, aqueles que fazem a boa política, que primam pela honestidade, que primam por representar bem seu povo, sofrem e lamentam esse momento. Mas é de luta que se vive a vida e vamos lutar e trabalhar esses deputados que aqui estão nesta Casa Legislativa para representar sempre o povo do nosso estado. E vocês, artistas, atletas e pessoas que se diferenciam das demais façam e continuem fazendo com que nós que estamos aqui nesta luta nos orgulhemos de Roraima assim como vocês se orgulham e fazem o nosso nome brilhar por mundo afora. Parabéns para todos, parabéns Deputado Chico Mozart, parabéns Deputado Chagas, parabéns Assembleia Legislativa por esse grandioso momento de homenagem aos nossos grandes atletas que são orgulho para Roraima e para o Brasil. Obrigado.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu estava ouvindo as palavras do atleta que representou os demais e você vê a relação de 24 atletas e a história de cada um dita de forma muito rápida, passa pela nossa cabeça que esses meninos, esses homens, esses jovens têm suas histórias quase anônimas em Roraima. Por isso, quero levar meus parabéns na pessoa do Ronaldo Silva, pois conheço seu trabalho, sei da luta e do trabalho social que ele faz, além da academia dele no bairro União onde ele começou. Sei da sua luta muito de perto. Tenho certeza que pela história que ouvi de todos que representam esse esporte fazem a mesma coisa. Ainda há pouco, o Ronaldo me cobrava sobre uma emenda que fizemos para apoiar seu trabalho, para apoiar o trabalho que ele tem em tirar muitas vezes as crianças das ruas e ainda não conseguimos êxito, mas quero dizer a ele que continuamos este ano com essa emenda e em nome dele e dos atletas que estão lá sempre. Queremos levar nossos parabéns a todos e dizer que estamos aqui. Quando ouvimos essas histórias parece que eles são desconhecidos da gente, parece que em Roraima não existem atletas de valor como os que foram apresentados e agraciados neste momento. Meus parabéns a todos.

O Senhor Deputado **Famarion Portela** – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, minhas primeiras palavras são de congratulação a vossa excelência Deputado Chico Mozart. Esse parlamento como todos sabem tem três pilares como sustentação elaborar leis, fiscalizar e representar sua sociedade. E hoje, este ato está representando a sociedade roraimense pela sensibilidade de vossa excelência em buscar homenagear esses atletas que efetivamente orgulham Roraima. Mas também gostaria de dizer que nada disso seria possível sem as famílias. As famílias são o verdadeiro suporte, a verdadeira âncora que segura, que dá apoio e que enfrenta e vence todas e quaisquer dificuldades. Então fica aqui o meu

abraço fraternal a todas as famílias que acreditaram no potencial de seus filhos nos dando como resultante tudo isso que acabamos de ver. E aproveitando que estou falando em família quero homenagear todas elas aqui presentes em nome da família Botinelli. Conheço a família Botinelli há 34 anos, tem um neto aqui do Botinelli, o Enzo que orgulhosamente está neste conjunto que foi homenageado agora. Portanto, minhas palavras são de homenagem, reconhecimento e até de gratidão a todas as famílias que apoiaram seus atletas e que hoje temos essa resultante tão satisfatória. Um abraço a todos.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Agradeço sua contribuição, Deputado Famarion Portela, Deputada Aurelina e Deputado Brito Bezerra, mas eu sou meio suspeito para falar desses atletas aqui por que já os conhecia até antes de ser deputado. O professor Ronaldo é meu professor de boxe, comecei a treinar com o professor Ronaldo em 2007/2008 se não me engano, passamos por muitas dificuldades juntos, mas superamos e hoje ele é um exemplo para todos. O Professor Ronaldo presta um trabalho social relevante em suas academias. Hoje, atendendo mais de 200 atletas carentes inserindo-os no mundo das lutas, onde muitos deles hoje têm sua renda voltada para o esporte. Temos aqui a história do Professor Adauto que nos disse que ganhou alguns *squeezes* para vendê-los e angariar fundos para comprar as passagens e me lembro que na época em que me comprometi com ele dizendo que ia lhe dar duas passagens, ele me pegou na palavra, eu não tinha noção de quanto custava uma passagem para Jacarta, custava em torno de quinze mil reais as duas, tive que parcelar em 24 vezes, mas tenha a certeza que estaremos juntos até 2018. Tem várias histórias, tem a história da Carol, Carolina Marreiro, diretamente de Caracará para o mundo, brilhou nos Estados Unidos não é, Carol? Temos a Iane que mesmo com todas as dificuldades se superou, teve uma perda, mas isso não a derrubou, tornou-a uma menina ainda mais forte. Temos o Anderson, pai do João Henrique que é um orgulho para a gente e que está morando em São Paulo, lá ele pratica handebol e tem o handebol como profissão também. Então, queria agradecer principalmente a todos que vieram homenagear os atletas neste momento, vieram dar sua contribuição, sua presença, pois a presença da família é muito importante para os atletas e isso faz deles pessoas mais fortes, pessoas que vencerão mais barreiras e desafios. Meu muito obrigado a todos e dou por encerrada a presente Comissão Geral.

Alcançada a finalidade da Comissão-Geral, retomo os trabalhos na fase em que se encontravam.

Não havendo matéria para a Ordem do Dia desta Sessão, passaremos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 04, à hora regimental.

Registraram presença no painel, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Famarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Lenir Rodrigues, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

ATA DA 2589ª SESSÃO, EM 12 DE ABRIL DE 2017.  
53º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS**  
(Em exercício)

Às nove horas do dia doze de abril de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima quingentésima octogésima nona Sessão Ordinária do quinquagésimo terceiro período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado Masamy Eda, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Masamy Eda** - Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário Deputado Naldo da Loteria que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:**

Mensagem Governamental nº 25, de 12/04/17, comunicando a ausência da Senhora Governadora do país, para tratar de interesse particular, no período de 16 a 25 de abril de 2017;

Mensagem Governamental nº 26, de 12/04/17, retirando de tramitação as seguintes proposições: Projetos de Lei nºs 132/16, 160/16 e 161/16.

Mensagem Governamental nº 27, de 12/04/17, retirando de tramitação as seguintes proposições: Projetos de Lei nºs 02/17, 03/17 e 30/17, Projetos de Lei Complementar nºs 02/17, 03/17 e 04/17;

Mensagem Governamental nº 28, de 12/04/17, encaminhando prestação de contas do Poder Executivo Estadual referente ao exercício financeiro 2016, composto por quatro volumes (balanço geral, prestação de contas, relatório de atividades do governo e relatório de controle interno – CGE).

**RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:**

Projeto de Lei s/nº, de 11/04/17, de autoria do Deputado Brito Bezerra, que “dá nova redação ao § 1º do art. 1º da Lei nº 538, de 30/03/06”;

Projeto de Decreto Legislativo s/nº, de 11/04/17, de autoria do Deputado Mecias de Jesus, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima às instituições e personalidades que indica como protagonistas da história da contabilidade em Roraima”;

Indicação s/nº, de 10/04/17, de autoria do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma da Escola Estadual Coema Souto Maior Nogueira, localizada no Bairro Tancredo Neves, nesta capital;

Indicação s/nº, de 10/04/17, de autoria do Deputado Masamy Eda, encaminhando ao Governo do Estado, para recuperação da vicinal 02, localizada no município de Caroebe-RR;

Indicação s/nº, de 11/04/17, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma completa do prédio, pintura, revisão e adequação da rede elétrica da Escola Estadual América Sarmiento Ribeiro;

Indicação s/nº, de 11/04/17, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma completa do prédio, pintura, revisão e adequação da rede elétrica e climatização da Escola Estadual Maria Sônia de Brito Oliva;

Indicação s/nº, de 11/04/17, de autoria do Deputado Naldo da Loteria, encaminhando ao Governo do Estado, para reforma geral da Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller, e que seja implantado um ponto de cultura para realização de aulas de teatro, música e outras atividades relacionadas à cultura roraimense;

Requerimento s/nº, de 11/04/17, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues – Presidente da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 32/15, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, para seu funcionamento;

Memorando nº 058, de 11/04/17, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues, informando sua ausência na Sessão Plenária do dia 12 de abril do corrente ano.

**DIVERSOS:**

Carta nº 014, de 11/04/17, da Frente Sindical Popular e de Lutas de Roraima – FSPL/RR, solicitando apoio à revisão geral anual de 2017.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente há apenas um orador inscrito para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores presentes na nossa Casa, bom dia. Estou nesta tribuna para informar a opinião pública sobre um dos projetos que eu reputo como um dos maiores projetos que eu consegui com o apoio dos senhores, aprovar neste parlamento, e ser sancionado pela governadora. Eu não faço parte do bloco da situação, mas essa é a democracia que vivemos no nosso País. Quando é importante para o estado, independente de corrente ideológica, independente de corrente política e sendo favorável às futuras gerações, o governo, a governadora, mulher é muito mais sensível que o homem, mãe, que se preocupa com o futuro dos filhos, sancionou o projeto que regulamenta os concursos públicos estaduais no estado de Roraima. Com isso, o próximo concurso do Ministério Público Estadual, que está sendo montado em Brasília e em São Paulo, obrigatoriamente, terá todas as etapas realizadas no estado de Roraima. Prestem bem atenção, este concurso público do Ministério Público de Roraima está sendo feito igual, exatamente igual, no estado do Paraná, inclusive com a mesma instituição que faz o concurso do nosso estado. No Paraná, o concurso é no estado do Paraná, em Roraima, é em

Brasília ou em São Paulo. Por que nós somos diferentes? Por quê? Por causa da distância? Não. Para nós é difícil ir para o Paraná e para eles é difícil também vir para Roraima. Para vocês terem uma ideia o último concurso público do Ministério Público do Amazonas era composto de cinco etapas. O advogado que passar na primeira etapa terá que passar 45 dias no Amazonas, isso vai gerar receita para o estado nos hotéis, na área de serviços no táxi, enfim, gira a economia em um estado pujante como é o estado do Amazonas e um estado pobre como o nosso faz com que os advogados, os formandos em direito tenham que competir com os estados ricos como São Paulo. Por que se abre um concurso em Brasília, abre oportunidade para Goiás, o centro oeste todo, parte de Minas e se abre em São Paulo abre para os grandes estados do país, como Rio de Janeiro, Minas, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Quer dizer um concurso do estado de Roraima abre para o Brasil inteiro e tira a oportunidade dos nossos filhos? E, a governadora sancionou este projeto não em benefício ao Deputado Joaquim, mas em benefício dos estudantes do nosso estado. Acabou. Qualquer órgão estadual a partir de agora é obrigado a realizar todas as etapas dos concursos públicos sejam feitas em Roraima. Aí vem o contraditório, Presidente, a teoria de alguns promotores e procuradores alegando que isso é a interferência de um poder sobre outro poder. Não, não é. Seria interferência de um poder sobre o outro se tivéssemos interferido na parte administrativa de uma outra instituição. Ao Ministério Público cabe defender o interesse público, ao Legislativo cabe legislar. Leis têm que ser cumpridas. Quem não quer cumprir que questione, cumpra e depois questione na justiça. Se a Lei é inconstitucional que procurem a justiça. Mas essa Lei não é inconstitucional, essa Lei é legal, a governadora tem parecer da Procuradoria do Estado. Por outro lado, Deputado Soldado Sampaio, temos assistido aqui no nosso estado a situação crítica por que passa a educação à nível de estado. O Município de Boa Vista na área da educação desenvolve um bellissimo trabalho, alguns municípios também, não todos, mas especificamente a rede pública do estado, do ensino de 2º grau e algumas escolas com ensino fundamental apresentam situação precária. Ainda ontem havia manifestações aqui nesta Casa com os pais que não tem filhos que estudam na escola da Vila de Campos Novos, mas lá não é diferente da sede do Município de Mucajaí e nem de Caracarái. Estive com a doutora Érica, promotora que cuida da área da educação no Ministério Público, que fiscaliza o setor educacional do estado e dos municípios. No setor terceirizado a faixa de salário para o estado é de quase três mil reais e o salário de um concursado no estado nessa área de serviço de limpeza, merendeira, custa algo em torno de mil trezentos e oitenta reais, se somarmos durante 12 meses há uma economia no estado no número de servidores terceirizados que ultrapassa 9 milhões de reais. Eu entendo que o mundo globalizado vai para a globalização, mas essa globalização ainda não chegou no nosso estado, os sucessivos governos do Brasil têm colocado extremas dificuldades para desenvolvermos o estado de Roraima, com imensas demarcações de áreas indígenas, áreas de preservação ambiental e criando todas as dificuldades para o desenvolvimento do estado. Quando vamos buscar energia confiável tem um próprio órgão do governo que cria dificuldades, enfim. Uma hora a gente criticava o governo do PT, outra hora tem que criticar o atual governo, e esse não sei se é igual ou pior do que o que saiu, porque querem acabar com a previdência social, beneficiando a previdência privada. O problema da energia de Roraima, que o Presidente Temer, quando vice-presidente disse que seria o advogado do estado nesta causa, mas a Dilma saiu e ele assumiu seu lugar e até agora não resolveu nada.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Quero parabenizá-lo por seu projeto ao qual votei favorável e se não me engano a Governadora já sancionou a obrigatoriedade de ser realizada aqui em Roraima e não há o que discutir. Me assusta e me abisma ver uma pessoa se posicionar de forma contrária, é uma falta de sentimento roraimense muito grande se alguém defender ao contrário, até porque todos os demais estados puxam a sardinha para sua farofa, e Roraima não poderia ser diferente. E Vossa Excelência teve esse claro, essa iniciativa e bem como disse Vossa Excelência se alguém quiser questionar que vá para a justiça. E acredito que a justiça irá reconhecer o poder e as atribuições do legislativo roraimense de legislar. Parabenizo-o pelo projeto que é acima de tudo um projeto que fortalece o estado de Roraima, o nosso povo, a nossa sociedade e incentiva os nossos estudantes. Com relação a educação, Deputado Joaquim, me preocupa esse enquadramento que era um monstro e ninguém sabia onde ele iria chegar e praticamente o governo já fechou esse enquadramento, tem uma ou outra questão que está sendo fechada na mesa de negociações entre o SINTER e a Secretaria constatando o que já era previsto, a falta de professor. Então, foi feita a abertura do seletivo, deu aquele problema junto ao Tribunal de Contas e ajustaram novamente em um entendimento com o Tribunal e com o Ministério Público e está neste momento sendo analisado o curriculum dos professores, em especial,

valorizando e fazendo as inscrições nos locais para prestigiar as pessoas que moram nos municípios. Mas sabemos que muitas pessoas que se inscrevem e é lotado no interior, mas com duas semanas começam a correr atrás de apadrinhamento para vir para a capital e, muitas vezes, eles conseguem um padrinho para isso; e aquela escola para qual ele fez o seletivo fica vazia. Precisamos deixar claro que quem fizer o seletivo para o interior, vai ter que permanecer no interior o ano todo. Mas, Deputado Joaquim, sou favorável, inclusive qualquer legislação que construirmos nesse sentido, seja obrigando o estado a fazer o concurso para que no próximo ano não tenhamos essa mesma situação. Se vier alguma norma, eu quero construir com Vossa Excelência, com o Deputado Evangelista e Deputada Lenir, algo amarrando a obrigatoriedade do governo em fazer o concurso público ainda este ano, para preencher essas vagas de professores em todo o estado. No tocante ao seletivo para serviços gerais, merendeira e vigia, Vossa Excelência fez um trabalho de mestre, de professor, e foi colocar no papel; somar o A + B, e constatou que a terceirizada é algo desvantajoso para o estado, e mais ainda para Roraima, que é um estado com a economia do contracheque. Então, espero que a gente possa logo ter uma proposição do Deputado Brito, que ajuste e revogue o dispositivo da Lei que proíbia isso. Seria interessante aprovar isso hoje para que o governo na próxima semana começasse a fazer esse seletivo e na mesma disposição que o governo faça o concurso público para preencher essas vagas. É preciso parar com esses remendos. Entra governo e sai governo e essa prática permanece. A terceirizada precariza o trabalho, custa de duas a três vezes mais para o governo do estado. Como Vossa Excelência falou, um posto de serviço terceirizado custa quase três mil reais e o trabalhador recebe novecentos reais e ainda recebe atrasado, o restante é encargo e o lucro da empresa. A rotatividade desses trabalhadores nas empresas é enorme porque o dono da empresa tenta de todas as formas sonegar encargos e quanto mais rotatividade, melhor para ele. E a forma de sanar, de uma vez por todas, essa situação é o concurso público, e quero me somar a Vossa Excelência para que possamos construir normas tanto para o seletivo dos professores, como também para o seletivo de serviços gerais. Com relação ao governo federal, ontem vimos à lista do Janor e do Fachin, que pegou de norte a sul, de leste a oeste, da esquerda e da direita, do centrão. Mais de um terço do Senado envolvido e denunciado só pela Odebrecht. Imagine quando vier as demais empresas, pegarão os outros dois terços. Então, isso é preocupante. Precisamos rever uma saída para o processo político no nosso país. Esse estilo de financiamento por parte de empresas, onde o empresário vise, em qualquer lugar do mundo, o lucro, o empresário não tem simpatia com nenhum candidato, seja de direita ou de esquerda, se não for para financiá-lo e para ajudá-lo com os interesses daquela empresa. Como é que um empresário na área de medicina, Senhores Deputados, que tem redes de hospitais privados vai eleger ou financiar alguém que vai defender o fortalecimento do SUS? Como é que um deputado ou um senador eleito com o apoio das escolas dos grandes centros de ensino privado vai defender no congresso a melhoria do sistema educacional no nosso país, da rede pública ou universidades? Claro que não! Ele não vai defender os interesses de quem não o financiou. Então, é preciso que a gente veja esse modelo de financiamento de campanha do país. É preciso que o eleitor compreenda isso também. Não se pode colocar todos os políticos numa vala comum. É preciso que o eleitor mude o seu comportamento, inclusive o eleitor de Roraima. O eleitor de nosso país precisa entender que época de eleição não é uma época de "toma lá dá cá". É um momento oportuno que você tem para eleger seus representantes em cima de propostas, de história e de compromisso para com o futuro de nosso país. Então, realmente, estamos passando por um momento de turbulência. Aqueles que foram para as ruas fazer panelaço, hoje, estão na dúvida, não sabe se fizeram um bom negócio. As reformas da previdência trabalhista têm um cunho muito mais financeiro patrocinado por um grande número de empresas, bancado pelos bancos, onde terceiriza o trabalho público e estabelece a idade de 65 anos para o trabalhador se aposentar, e outras maldades que estão sendo construídas em favor de uma pequena maioria que detém o capital e o poder, em detrimento da grande parte da população, em especial o norte e nordeste de nosso país.

Então, eu quero parabenizar e reconhecer em Vossa Excelência um grande empenho para aprovar esse projeto, obrigando fazer concurso público aqui, mesmo sendo do G14, grupo independente ao governo. Mas foi Vossa Excelência, junto com alguns técnicos do governo, que foi convencer a promotora a aprovar esse projeto, pensando no funcionamento. Nós não podemos mais esperar que as aulas do estado demorem. Tem que começar já na próxima semana, onde essas aulas estão paradas e, em especial, no interior do estado. Então, parabéns, Deputado Joaquim.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua – Deputado Brito eu já lhe passo a palavra. Eu preciso tocar num ponto, Deputado Brito, Deputado Sampaio, da Angela, que é professora. Se nós fizermos um andamento ao acordo que foi feito no governo passado, quando nós

éramos da Comissão de Educação, sobre os 4.000 (quatro mil) professores que fizeram o concurso para pedagogia e, naquela época, eu presidente da Comissão de Educação, fizemos um acordo com o estado para que eles fizessem a segunda especialização, para que nós pudéssemos aproveitá-los na sala de aula, porque eles não podem ser prejudicados. Foi um concurso feito pelo estado lá atrás, e eles não têm culpa. Ora, se eles se qualificaram e nós conseguimos, com o apoio dos senhores aqui, eu consegui transformar um projeto de lei em lei, que é a Lei 895 que incentivava os professores a fazer uma pós-graduação, um mestrado ou um doutorado, e grande parte dos professores do interior do nosso estado e da capital foram atrás de se qualificar por conta própria, Deputada Angela. E nós temos nesses 4.000 (quatro mil) nós temos mais 2.800 (dois mil e oitocentos) professores com qualificação, com mestrado, que podem ser sim, aproveitados. Nós discutimos isso no Ministério Público, não há empecilho no Ministério Público, desde de que haja legalidade na segunda licenciatura feita.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra**– Deputado Joaquim, inicialmente quero engrandecer a atitude de Vossa Excelência e parabenizá-lo ao mesmo tempo, sempre usa a tribuna desta Casa com assuntos tão importantes, e hoje não está sendo diferente. Vossa Excelência falou, aqui, de um projeto de lei de vossa iniciativa, para que esses concursos feitos por essas instituições de Roraima, eles tivessem, obrigatoriamente, que fazer as provas aqui no nosso Estado. Parabenizo Vossa Excelência. É uma atitude nobre, porque não dizer corajosa. Quando é o Ministério Público que estava com essa envoltura toda de que esses concursos fossem feitos em outros estados da federação. A governadora sancionou essa lei ontem, eu estive com ela, com Vossa Excelência, inclusive quando disse que queria estar presente, não foi possível, mas já foi sancionado. E vi quando Vossa Excelência falou e seus olhos brilharam dizendo: *Governadora, vamos implantar o curso de medicina aqui no nosso estado de Roraima, na UERR, isso é de tamanha importância*. Vossa Excelência tem projetos relevantes, inclusive para proteger o povo da nossa região, do nosso estado que aqui está, que aqui mora, que aqui ama e aqui sobrevive, porque não dizer, que aqui vota. Quando nós queremos votos, nós vamos atrás, nós vamos à procura de pessoas que moram aqui no nosso estado. Esse projeto de lei que entrou hoje, aqui na casa, tem assinatura de vários deputados, inclusive de Vossa Excelência. Não é uma propositura apenas minha, teve também com a promotora, doutora Erica, com Vossa Excelência, com o Secretário de Educação. É gritante a demanda nas escolas, o clamor dos pais, alunos e professores, por equipes de apoio, Vossa Excelência sabe. Então, não é um projeto de governo, apenas. É um projeto de estado. Nós precisamos sim, porque educação é um direito e uma garantia para o cidadão brasileiro, portanto do cidadão roraimense. E, aí, eu coaduno aqui com o Deputado Sampaio, se pudéssemos, eu sei que foi hoje a propositura aqui apresentada, mas se pudermos inclusive votar hoje, para autorizar o estado a fazer esse TAC com Ministério Público Estadual, para que nós tivéssemos essas contratações indiretas, durante um ano ou dois, e depois fazer o concurso público, seria perfeito. Se não, aguardar aí o processo natural, e até terça-feira no máximo, porque os alunos não podem esperar, e é uma obrigação nossa como parlamentar. Quero novamente parabenizar a Vossa Excelência por encampar esse grande projeto, aqui, nessa Casa Legislativa, e, com certeza, contaremos com o apoio e a solidariedade de todos os deputados. E volto a dizer que é uma necessidade de estado e não de governo.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** continua– Obrigado, Deputado Brito. Eu peço que a taquigrafia da Casa adicione ao meu discurso os apartes recebidos dos Deputados aqui presentes que pediram apartes. Mas esse seu projeto aqui, que altera, simplesmente, altera um artigo. Eu não faço parte da base de governo. Eu faço parte da base do estado de Roraima, Deputado Brito. Nós falamos aqui e eu fui um que cobrei imensamente do governo o enxugamento da máquina, um estado moderno, eficiente. Se nós conseguirmos aprovar, aqui, no parlamento, isso aqui, nós estaremos fazendo a primeira reforma administrativa do estado e financeira. Nós vamos economizar, Deputado Brito. O estado economiza se acabar com a terceirização no serviço público estadual. Segundo os dados que eu levantei, até dezembro, teríamos uma economia de 21 (vinte e um) milhões, mas para isso, basta ter coragem para fazer. Vossa Excelência está propondo e eu estou defendendo, desta tribuna, porque eu fiz esse levantamento. Vossa Excelência sabe que há mais de três anos eu trabalho em cima do orçamento. Quantas vezes eu levei, quando ainda nem era Deputado, era servidor da Casa, levei o orçamento para Vossa Excelência, mostrando que tinha vícios de erros e que iria criar problemas tanto para o Poder Legislativo como para o Poder Executivo. Agora, volto para esta Tribuna dizendo: esse seu projeto de lei precisa ser aprovado com urgência, porque o estado faz uma economia de 21 milhões, Deputado Masamy. E parte desses recursos não fica em Roraima. Se nós não fizermos isso, todos perdem, inclusive as escolas privadas, porque precisam de novos alunos para manter a estrutura

funcionando com professores, com todo um quadro. Se nós pegarmos as escolas privadas de nível superior, veremos que elas empregam - são dados do Ministério do Trabalho - mais de 5.600 (cinco mil e seiscentas) pessoas no nosso estado. Vai sair agora a escola de nível superior do SESC/SENAC que é uma obra, um sonho do ex-Superintendente Airton Dias, que faleceu, mas que deixou esse legado para as outras gerações. Vem aí, no próximo ano, a universidade do SESC/SENAC, com profissionais voltados para área de serviços, para área de hotelaria, para área de restaurante, principalmente do comércio. Então, quero fazer esse apelo para que a gente possa resolver o problema, não do governo, mas dos estudantes e das famílias que precisam da escola pública estadual.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, passaremos para a Ordem do Dia, com discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: do Requerimento nº 21/17, da Comissão Especial Externa, criada nos termos da Resolução nº 32/15, requerendo prorrogação de prazo, por igual período, para seu funcionamento; do Projeto de Lei nº 050/15, com apenso dos Projetos de Lei nºs 054/15 e 055/15, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de inserção do tipo sanguíneo e fator RH nas cédulas de identidade e carteira de habilitação, emitidas no estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria do Deputado Masamy Eda, e, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 004/16, que “autoriza o Poder Executivo a prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo da licença por motivo de doença em pessoa da família, de que trata o § 2.º do art. 80 da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, concedida aos servidores públicos civis do estado de Roraima, e dá outras providências”, de autoria dos Deputados Masamy Eda, Lenir Rodrigues e Chico Mozart.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 021/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Naldo da Loteria** – Lido o Requerimento nº 021/17.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Em discussão o Requerimento nº 021/17. Não havendo nenhum dos senhores Deputados que deseje discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, a liderança do G14 pede obstrução de pauta hoje, em virtude de algumas discussões que estão sendo feitas internamente. Então, neste momento, peço ao Presidente da Mesa que seja feita a obstrução de pauta.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Acato o Requerimento do líder do G14, deputado George Melo.

Passaremos, agora, para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Valdenir Ferreira** – Convoco os membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso, para reunião, no intuito de discutirmos o Projeto de Lei nº 119/16, que se encontra em pauta.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Não havendo mais nenhum deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais e não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o próximo dia 18, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

## DAS COMISSÕES

**ATA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CRIADA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 017/16, ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES Nº 019/16, 024/16, 025/16, 027/16 E 031/16 PARA APURAR POSSÍVEIS FALHAS NO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE RORAIMA. PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA LENIR RODRIGUES.**

Às quinze horas do dia três de maio de dois mil e dezessete, na Sala de Liderança do Bloco, deu-se a reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, sob a Presidência da Deputada Lenir Rodrigues, no intuito de colher depoimentos do Senhor **Zanêlio Gouveia** (Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC).

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente reunião.

Senhores Deputados, a Ata da reunião anterior não está pronta

hoje por se encontrar no setor de revisão, então, vamos dispensar a leitura da Ata da reunião anterior porque além de ser taquigrafada, degravada, passa por um posterior processo de revisão.

Atendendo a convocação desta Comissão, encontra-se nas dependências desta Casa o Senhor **Zanêlio Gouveia** (Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC), onde prestará informações a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Solicito à Secretária desta Comissão que conduza à sala de reuniões Senhor **Zanêlio Gouveia**.

Solicito a retirada da imprensa para darmos início aos trabalhos desta CPI.

Senhor Zanêlio, boa tarde! Somos os membros da CPI, aqui estão os deputados: Soldado Sampaio, Jorge Everton e Lenir Rodrigues. Há mais dois membros que estão a caminho, que são os senhores deputados: Flamaron Portela e Chico Mozart.

Solicito ao Relator desta Comissão, Deputado Jorge Everton, que faça a leitura da Ficha de Identificação do Senhor **Zanêlio Gouveia**.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Lida a Ficha de Identificação do Senhor **Zanêlio Gouveia**.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Solicito que todos falem ao microfone, pois esta audiência será gravada, para que posteriormente seja transcrita na íntegra. Não se preocupe que a imagem do seu rosto será preservada.

Solicito que o senhor preste o seu compromisso de dizer a verdade, nada mais que a verdade do que lhe for perguntado. Pergunto ao depoente: o senhor está compromissado em dizer a verdade e nada a mais que a verdade do que lhe for perguntado?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Sim.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Então, vamos solicitar algumas informações. Esta CPI tem o objetivo de apurar possíveis falhas no Sistema Prisional do Estado e, nesse sentido, estamos com várias informações e nós queremos esclarecimentos a respeito de uma dessas informações especificamente, as que dizem respeito à SEJUC.

Passo a palavra ao Senhor Relator, deputado Jorge Everton, para formular os questionamentos que achar necessário para inquirir o depoente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Boa tarde! As perguntas que farei serão necessárias para que possamos criar uma linha de raciocínio com relação a nossa investigação. Eu acredito que é o do seu conhecimento que chegou uma denúncia a esta Casa referente a um pagamento indevido de processos que não haviam sido licitados no Sistema Prisional. Para que eu possa fazer as minhas perguntas, gostaria de começar do básico, você é funcionário público de carreira? Gostaria que você dissesse aqui na CPI qual a sua função como funcionário público?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Eu sou funcionário público federal cedido ao Estado e sou agente administrativo. Tenho 30 anos de serviço.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Quais os cargos que você pode citar de relevância que você já ocupou aqui no Estado?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Eu já fui Diretor do DEPLAF da Secretaria de Segurança, Diretor do DEPLAF da Secretaria de Agricultura, Chefe da Divisão de Finanças da Segurança, Chefe da Divisão Administrativa, Chefe de Planejamento da Segurança, Chefe de Recursos Humanos da Procuradoria, Chefe da Divisão Administrativa de Agricultura. Fui Diretor quando foi fundada a Secretaria de Justiça e Cidadania em 2004 a 2005, se não me engano. Fui Presidente da Comissão de Investigação Social e Funcional do concurso público no qual o senhor ingressou como Delegado. Fui Pregoeiro do Departamento estadual de Trânsito e membro da CPL do mesmo departamento. Atualmente, respondia pela Divisão Administrativa da SEJUC e, atualmente, a partir do dia 27 de março, estou respondendo, interinamente, pelo DEPLAF.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Perfeito. Nessa sua experiência, foram quantos anos no estado nas suas funções, cedido ao estado?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – São trinta anos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Trinta anos. Durante esse período, o senhor já respondeu algum processo administrativo ou criminal?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Não, não tenho nenhum processo.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O Senhor foi alvo de alguma investigação.

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Não.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Já efetuou algum pagamento fraudulento?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Não.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O Senhor tem conhecimento do recurso de R\$ 42.235.660,49 (quarenta e dois milhões,

duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e quarenta e nove centavos) que foi depositado no Fundo Penitenciário?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Sim, quero esclarecer uma coisa: vim ter conhecimento dele, oficialmente, a partir de 27 de março. Tem um pequeno histórico que eu preciso fazer. Eu comecei a responder pelo DEPLAF à ausência da Diretora por motivo de viagem de doença a São Paulo do dia 01 a 15 de dezembro. Após o retorno dela, no dia 20 de dezembro, fui nomeado Diretor do DEPLAF, sendo que como o Diário Oficial atrasou, só ficamos sabendo no dia 26 que eu era o Diretor do DEPLAF oficialmente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – De dezembro?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – De dezembro de 2016.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Mas a nomeação saiu que dia?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Foi publicada no dia 20 de dezembro, acho que tenho cópia aqui. Nesse período que eu estava respondendo, o Secretário me chamou e disse que iria me nomear diretor e eu disse para ele que eu estaria viajando dia 29 de dezembro para o Rio de Janeiro de férias, ele disse que não haveria problema, que o seu Alziro Messa, contador, seria contratado e responderia no meu lugar e ele tinha sido do fundo... da saúde. Assim sendo, no dia 30 de dezembro não houve expediente, tivemos uma reunião pela manhã e no voo da tarde fui para o Rio de Janeiro. Viajei para o Rio de Janeiro voltando dia 28, 29 de janeiro e me apresentei na Secretaria, quando eu fui comunicado que eu não era mais diretor e que o seu Alziro Messa havia assumido a diretoria e eu ficaria como assessor. Então, nesse período eu estava no Rio de Janeiro, o Fundo foi em dezembro. Existia um servidor chamado Marcondes, que era o gestor do fundo, então, tudo ele despachava direto com o Secretário e eu não tive acesso. Fiquei, praticamente, uma semana como diretor. Quando voltei, fiquei como assessor. Eu não fazia nada. Fiz dois processos de compra direta: um de crachá e compra de água mineral, somente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Nomeado como diretor?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Não, como assessor. A partir de primeiro de fevereiro, eu voltei das férias. Minhas férias foram até trinta e um de janeiro e no dia primeiro de janeiro, eu estava nomeado assessor.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Então, você viajou Diretor e voltou assessor?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – E voltei assessor. Certo? Fui nomeado no dia 20 de dezembro como Diretor, minhas férias começaram, na realidade, de dois a trinta e um de janeiro. Certo? Como houve o feriado, eu viajei no dia trinta para o Rio de Janeiro. Dia primeiro de fevereiro, antes disso, no dia 28 de janeiro, mais ou menos, eu me apresentei na Secretaria, fui cumprimentar as pessoas e... Quando fui comunicado que eu não era mais diretor. O seu Alziro Messa que me substituiu, tinha sido um pedido indicado pelo sindicato, vinha fazendo um bom trabalho e ia me substituir.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Foi o que faleceu?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Sim, foi o que faleceu. E eu seria assessor. Então, assumi minhas funções de assessor. Então, nesse período da liberação dos recursos quando tudo estava ocorrendo, eu estava de férias. Certo? E o senhor Marcondes, que tinha a portaria do Secretário, era quem respondia pelo Fundo. Ele tinha acesso ao FIPAN, tinha acesso às contas, a tudo. Quando é no dia 24, o seu Alziro morreu, certo? 24 de março o seu Alziro morreu. No dia 27, o Secretário fez uma reunião por vota das 10h30min, tinha umas 15 pessoas, quase todas as divisões, e pediu que eu respondesse interinamente pelo DEPLAF até que fosse nomeado um Diretor. Certo? E, nesse interinamente, estou respondendo até hoje.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Certo. Ao assumir, o senhor tomou conhecimento desse recurso que foi depositado na conta do Fundo?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Sim. Aí eu tomei conhecimento, a partir da questão que eu fiquei ciente, como é que se diz, a partir da questão do bloqueio do Fundo.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O Senhor Já tomou conhecimento a partir do bloqueio?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – A partir do bloqueio.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O Senhor tomou conhecimento que foi entregue na justiça um extrato com a data dos pagamentos, que constam as datas dos pagamentos de aproximadamente, aproximadamente não, precisamente R\$3.565.770,12 (três milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, setecentos e setenta reais e doze centavos)?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC - Sim.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Nessa data desse pagamento, havia algum processo licitatório feito conclusivo?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC - Nesse período, eu não tinha acesso.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Preste atenção só na minha pergunta. O Senhor assumiu. O Senhor hoje já conhece o processo do jeito que ele está. Nesta data constava algum procedimento licitatório, em curso que justificasse o pagamento?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC - Qual a data?

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – A data que foi apresentado o extrato entregue na justiça.

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC - Existiam uns processos, não posso precisar a data, três processos abertos. Conclusos não.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Não havia concluído o processo licitatório ainda?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC - Não. Porque havia uma questão, inclusive eles foram abertos em outro programa e não no programa específico do fundo. Eles foram abertos no fundo, mas não no elemento despesa 178, no qual está inserido 44 milhões.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – A data do pagamento que consta neste extrato é a mesma data da nota fiscal de emissão de serviço?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC - Não.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Por quê?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC - Aí só o gestor do ponto pode questionar.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Então, foi feito o pagamento sequer sem emissão de nota fiscal?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - O pagamento foi feito sem emissão de nota fiscal.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E quando foi emitida a nota fiscal?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Já foi na minha gestão, acho que no dia 29, 30 mais ou menos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – De que mês?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - De março.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Pela sua experiência como gestor, isso é uma prática legal efetuar pagamentos sem emissão de notas, sem conclusão de processos licitatórios?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - É o básico na administração pública para todos nós, inclusive já trabalhei. 4.320, não existe despesas....

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Eu tomei conhecimento que o senhor não participou de nenhum pagamento, quero deixar bem claro que não está em jogo a sua reputação, até mesmo porque eu tenho recebido vários elogios a respeito da sua conduta. Mas é preciso que a gente deixe bastante claro o que realmente está acontecendo. Eu queria que o senhor, como diretor do DEPLAF atual, informe para essa CPI o que existe de processo e o que eu consigo encontrar hoje. Se formos hoje no DEPLAF com o senhor buscar esses processos, o que existe desses processos prontos?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Só para entender. Como eu coloquei aqui que do dia primeiro ao dia 15 eu estava respondendo pelo DEPLAF, a diretora então, era a Edilacir Wanderly Rivas. No dia primeiro, eu baixei a seguinte norma: Quem despachava com o Secretário era eu. Por que isso? Porque lá existia uma divisão entre convênio, fundo e o DEPLAF. O DEPLAF só cuidava da parte administrativa. Os processos normais, férias, recursos 101, o fundo e o convênio, a mesma pessoa que cuidava do fundo, cuidava do convênio. Nós não tínhamos acesso, inclusive na rede, à questão de convênio. Nosso acesso era assim: Tinha 04 pessoas, deles ia ser nosso. A partir do dia primeiro acabei com isso. Quem despacha com o secretário, sou eu. Porque eu tinha que tomar conhecimento do que estava se passando. Liguei para a diretora que estava em São Paulo e comuniquei ela, o que eu tinha feito era em benefício dela e que quando ela voltasse, isso não iria acontecer de novo. Que mantivesse o que eu estava fazendo. Tudo bem. Só que com essa saída minha de férias

e de diretor, onde na realidade, eu não tinha a mínima intenção de assumir a diretoria porque já existiam problemas e todo mundo aqui é ciente disso, existe problema de combustível que essa CPI inclusive e eu não queria que ficasse nas minhas mãos essa questão.

Quando eu volto o muro já estava de novo. Então, esses processos, eu não tinha acesso, uma série de processos. A partir de janeiro, só que o recurso não estava definido do fundo, esse repasse fundo a fundo, ele não era definido ainda, esse processo teria sido aberto no fundo, mas em outras fontes, depois que eles vieram se adequar. No dia 27, eu pedi uma relação na SEGAD de todos os processos abertos. Tanto da Secretaria quanto do fundo, para eu poder ter eles na mão, mas até duas semanas atrás o rapaz do fundo, ele ainda estava tocando os processos. Então, tinham vários processos abertos. Tinham processos, inclusive, a esses pagamentos. E a questão desses processos esbarrou na questão emergencial, quando não era emergencial. A procuradoria do estado entende que não é emergencial e eles entendiam enquanto diretor que faleceu, como gestor do fundo que era emergencial em função da situação do sistema caso morte que houve em janeiro, Não tínhamos veículos, não tínhamos segurança, não tínhamos homens suficientes para colocar nas guaritas, então foi feito, como se diz, dessa forma. Não estou dizendo que foi da forma legal, mas estou dizendo que foi feito. Foi, atender familiares, quer dizer tudo isso foi feito. Como se diz para coibir as fugas também, foi usado esses mecanismos. Isso foi feito.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Mas a PROGE entendeu que não era emergencial?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Não era emergencial, e ficou nessa discussão.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Então, conclua a pergunta que eu fiz referente aos processos hoje.

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Os processos estão lá. Estão abertos. Nem todos estão formalizados.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Não estão formalizados?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Nem todos estão formalizados.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Então, foi efetivado o pagamento sem nenhum processo?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Então, existiu o processo, só que não estavam conclusos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Então, hoje nós temos processos abertos, tramitando, que não estão conclusos?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Não estão conclusos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Mas já foram pagos?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Foram pagos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E foi emitido nota fiscal desses pagamentos?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Foram emitidas notas.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Quais as empresas?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Ponto das antenas.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Qual o valor?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - O valor não posso precisar.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Aproximadamente?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Acho que uns três milhões.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – 3 milhões? Para uma única empresa?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Inclusive, eu tomei conhecimento dos extratos que tinham sido encaminhados porque ele está em anexo e eu tive acesso ao documento e ele foi encaminhado para o Ministério Público e o extrato está anexo. Ai que eu vim tomar conhecimento que havia sido feito o pagamento. Se eu não me engano foi a Procuradoria do Estado que encaminhou e está anexo.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Qual outra empresa, além do ponto das antenas?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - A outra é a KL dos 28 veículos.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Locação de 28 veículos? Período de quanto tempo?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Olha o período, quando eu assumi, os carros foram devolvidos em função da Procuradoria não entender o emergencial do carro, mas foi por um período de dois meses.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – E o valor desse pagamento, qual foi aproximadamente?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Se não me engano R\$276.000,00 (duzentos e setenta e seis mil) mensal.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Então, deu uns 500 mil aproximadamente?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Aproximadamente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Foi o valor que fechou o pagamento? Não houve outra empresa?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Não.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Esse pagamento de 3 milhões e meio foram para essas duas empresas?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Para essas duas empresas. Segundo o extrato.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O que o Senhor Diretor do DEPLAF para regularizar essa situação, se bem que já houve a irregularidade, já está constatada, né? Mas o que está sendo feito? Foi solicitada a devolução do recurso para a SEJUC dessas empresas já que os pagamentos foram feitos indevidos. Ou está sendo montado o processo lá na SEJUC?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** - Diretor do DEPLAF da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJUC. - Não. O processo de veículos está parado, o processo da questão das cercas elétricas, das câmaras, das centrais de eletrochoque, dos monitores foi feito um levantamento de tudo que já foi instalado na cadeia feminina, na penitenciária, já está sendo feito um levantamento de material. O restante do material já foi entregue uma parte. O processo está parado, o do carro totalmente parado, estamos tirando ele do emergencial e colocando ele na fonte 101 porque estamos sem viaturas.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Qual foi a última data de movimentação desses processos?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Recente, quando o gestor do fundo foi afastado, ele não foi afastado por causa disso, foi por outro motivo. Final de março.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Estão sobre o seu poder?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Estão na sala do secretário.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O Senhor teria como mandar esses documentos para que a gente pudesse ver com precisão e o senhor pudesse responder com precisão as datas?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Eu não teria acesso a eles agora.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O Senhor se compromete de enviar amanhã?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Sim.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Quem efetuou o pagamento dessas empresas sem o devido processo e sem nota fiscal?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Segundo a informação do gestor do fundo, foi o Senhor Alziro Messe quem autorizou.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O falecido?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – O falecido.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Ele tinha senha própria para efetuar pagamento?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Que eu saiba não.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Qual é a senha utilizada para efetuar pagamento?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – A senha era o gestor do fundo que utilizava para toda a parte de pagamento.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – É o Senhor Marcondes?

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – No fundo, vocês usam ao invés do FIPLAN o SINCOVE do governo federal?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Não. O fundo usa todo o sistema normal, a questão de pagamento não é feita pela SEFAZ é feito

pela Secretaria.

A Senhora Presidenta **Lenir Rodrigues** – E não é utilizado o SINCOVE?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Não.

A Senhora Presidenta **Lenir Rodrigues** – Tem algum outro tipo de convênio que usa o SINCOVE?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Sim, esse é só o fundo, temos uns cinco convênios.

A Senhora Presidenta **Lenir Rodrigues** – Complementando a pergunta do Deputado Jorge Everton, quem à época detinha a senha para pagamento?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – O gestor do fundo era o Senhor Marcondes, a partir da minha volta, pelo menos interinamente, como na realidade o fundo é pequeno, apesar dos recursos que vieram agora, não cabe à secretaria ter uma pasta para administrar o fundo, então eu determinei nesses dias em que eu assumi que toda parte de empenho fosse para a divisão de finanças, toda parte de locação de recursos fosse para o planejamento e os processos seriam abertos normais por todo mundo. Não teria uma só pessoa para abrir. Se eu tenho alguém na divisão administrativa, ela pode abrir um processo do fundo, um processo de convênio. A formalização de processo licitatório é o mesmo e que ficasse só o financeiro nas finanças.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Eu vou passar a palavra aos colegas que queiram fazer perguntas.

A Senhora Presidenta **Lenir Rodrigues** – Já que o Senhor Marcondes era o gestor do fundo, o Senhor saberia dizer que tipo de vínculo empregatício ele tinha, era só cargo comissionado, efetivo do estado ou era servidor federal?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Ele era efetivo do estado, agente penitenciário e tinha um cargo comissionado.

A Senhora Presidenta **Lenir Rodrigues** – Então, ele retornou para as funções de agente penitenciário?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Sim.

A Senhora Presidenta **Lenir Rodrigues** – E o senhor trabalhando na SEJUC sabe onde ele está lotado?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Não, porque não tinha só ele, eles eram lotados no DESIP à disposição do DEPLAF.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Boa tarde, Senhora Presidenta, demais deputados, Senhora Zanêlio Gouveia, demais colaboradores aqui presentes. Eu acompanhei aqui quando o senhor foi nomeado e não assumiu de fato e na morte do Senhor Alzirio foi convidado e está hoje interinamente assumindo o DEPLAF. O pagamento dessas empresas da Ponto das Antenas e KL Veículos não se deu quando o senhor assumiu de maneira interina, foi no período das suas férias e na gestão do Alzirio que houve o pagamento. O senhor já tomou algumas providências junto ao secretário sobre esses processos? Deu ciência a ele que o processo tem vícios, como o senhor mesmo admitiu?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Sim, dei ciência a ele e formalizei por escrito.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Já agora como interino?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Sim.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – A gente quer uma cópia desse documento.

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Eu vou encaminhar uma cópia.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – O Senhor identificou nesse documento todas as falhas que o senhor, com sua experiência identificou, e pediu ao secretário que...

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Inclusive, o secretário tomou providências de um PAD e eu já fui inquirido pela Corregedoria e respondi por escrito.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – A KL Veículos 28 veículos durante dois meses?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – 28 veículos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Tem a placa dos veículos, a quilometragem e todas essas informações constam no processo?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Eu tenho como providenciar, existe o termo de retirada dos veículos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Essa Ponta das Antenas é de Roraima ou é empresa de fora?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Eu tenho conhecimento que é de Boa Vista.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – O Senhor lembra além de cerca, câmara, concertina. Isso foi para a penitenciária, cadeia pública, São Luiz do Anauá, o senhor tem noção de quais unidades prisionais seriam

beneficiadas?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Seriam todas.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Todas foram beneficiadas?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Não chegou em todas, na casa do albergado não chegou porque ainda está em reforma e o material ia ficar lá na Secretaria até concluir a reforma para ser instalado lá.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Está lá esse material?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Uma parte do material está lá, todo o material está lá.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Cadeia feminina, São Luiz, Rorainópolis?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Rorainópolis não, ainda não está concluído.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Eu faço questão de uma cópia desse documento do senhor dando ciência ao secretário notificando os erros do processo.

A Senhora Presidenta **Lenir Rodrigues** – Deferido o seu pedido. Solicitamos que o Senhor nos encaminhe junto com a cópia dos autos do processo. Eu aproveito e pergunto se o Senhor vai precisar de papel. Com a palavra o Senhor Deputado Flamarion Portela.

O Senhor Presidente **Flamarion Portela** – Cumprimento a Senhora Presidente e aos colegas Deputados. Peço desculpas pelo atraso. Também cumprimento o Doutor Zanêlio. Zanêlio, eu vou lhe fazer algumas perguntas no princípio da objetividade. Primeira delas, nós sabemos e aqui tem a gestora da educação. E eu mesmo quando governador tentei batalhar por isso. Como eu estava no Governo, eu criei o Fundo Nacional de Saúde, que já foi uma resistência para tirar da SEFAZ e montar uma equipe na saúde para gerir esse fundo. Também, a Lenir era minha secretária, depois foi secretária novamente. Nós pensamos em montar o mesmo trabalho com o FUNDEB, mas nunca deu certo. Passaram-se vários governos e o FUNDEB continua sendo gerido pela Secretaria da Fazenda. Como é então que a Secretaria de Cidadania conseguiu levar esse fundo para lá e gerir esse montante de recursos?

O Senhor Depoente **Zanêlio Gouveia** – A criação do Fundo em 2001, eu não lembro o nome da lei agora. Em 2006, ele foi reformulado. Então a partir de 2006, essa reformulação, eu não lembro a época, Vossa Excelência, como se diz, era Governador, fui o primeiro diretor daquela Secretaria. Tem um ano e seis meses, depois saí. Nessa época eu não estava lá. O fundo é a partir de 2006. E veio ter alguns recursos a partir do concurso que teve, não aquele primeiro. No segundo concurso que ele veio ter recursos. E tem um convênio com a EMBRAPA para pagamento dos reeducandos que prestam serviços para a EMBRAPA.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Talvez, né, Doutor Zanêlio, a resistência não tenha sido grande porque os recursos eram poucos. Agora que avolumou mais, chegou um montante maior de recursos, aconteceu isso. Mas eu sei que o senhor é um homem experiente em serviços públicos. Com certeza as pessoas que estão lá, como o próprio secretário, também é uma pessoa experiente, já foi ordenador de despesas como Delegado-Geral, como foi o Deputado Jorge Everton. E quando nós discutimos isso e já mandamos para maiores detalhes, a pergunta que não me cala, como é que se faz um pagamento sem um empenho? O processo tem um fluxo, que é temporal. Hoje se anexou isso daqui, amanhã anexa aquele, vai montando e tem a história do processo. Como é que se efetua o pagamento sem a emissão do empenho? Eu não sei como é que acontece com o fundo, mas numa Secretaria normal quem tem a senha para liberar o sistema é só o secretário. Sua senha é pessoal e intransferível. Eu fui gestor da Secretaria de Cultura, digitava minha senha e as pessoas do DEPLAF faziam os empenhos. Mas eu liberava o sistema. Então, a senha lá do fundo, não sei se é também assim, mas para emitir empenho eu tenho certeza que sim. E não emitiram o empenho e pagaram sem nota fiscal. Qual é a justificativa da equipe do grupo de trabalho lá em pagar qualquer serviço e qualquer outra coisa sem o empenho e sem nota fiscal?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Deputado, na realidade, tenho os seguintes princípios. Desculpa usar esses jargões, mas eu sempre acho que filho feio não tem pai, é um ditado. Desculpa o termo, mas eu posso exemplificar. Eu não procurei saber, e quando acontece uma coisa errada, sempre a primeira coisa é evitar que aquilo aconteça, tomar medidas para que não aconteça mais. Eu sempre pensei dessa forma. Porque não adianta muitas vezes procurar o errado, mas primeiro, tentar consertar a situação. E nesse contexto, nós temos os serviços prestados foram os carros que estavam sendo instalados. Eu já peguei a situação totalmente pronta. Eu posso lhe garantir uma coisa, a primeira coisa que tem, durante quatro ou cinco anos eu fui Chefe de Finanças da Secretaria de Segurança. O senhor era vice-governador na época. Nós tínhamos convênios. Eu nunca usei o sistema. Eu nunca fiz um empenho. Eu tinha funcionários que faziam. Eu

não tinha a senha do sistema. Pelos funcionários, eu tinha o domínio da situação. Então, não existe justificativa. Ele não tem como justificar. Eu não consigo entender. A emergencial é resolver o serviço. Seria como se diz a única, mas não existe outra forma porque é aquilo que a gente diz, o básico da administração pública. Na lei 320, diz que não existem despesas, tem um breve empenho. Isso é o beabá, é lógico.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Agora, me diga uma coisa, para finalizar, o senhor confirmou, então, dois pagamentos. Um superior a três milhões de reais, que foi esse serviço nos presídios com câmeras etc. E também os veículos. Esse recurso que foi pago, extraído do convênio, há alguma possibilidade da Secretaria fazer um remanejamento e devolver esse recurso para que o montante do convênio fique intacto?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Sim. Eu queria fazer uma colocação. Isso não foi convênio, é um repasse, de acordo com a Lei Complementar nº 079 fundo a fundo. Então o que acontece, eles só vão prestar contas no final do ano. A responsabilidade é do estado. No final do ano, é que vão ser prestadas contas desse fundo a fundo. E isso vai implicar em liberação de novos recursos. Que como se diz, tem uma oportunidade de 14 a 14 de dezembro e teve uma, se não me engano de janeiro a fevereiro, que é a 062, do Ministério da Justiça e Cidadania, o que tá regulamentando é que já está previsto o recurso para 2018/2019. Então esse recurso está na conta do fundo do estado, quando em dezembro vão ser prestadas contas, ser tirado extrato, feito conciliação, toda uma prestação de contas, não só do estado, mas ao fundo.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Senhora Presidenta, essa questão do fundo previdenciário nacional, se não me falha a memória, até por influência da Ministra Carmem Lúcia, eles partilharam entre os estados federados algo superior a um bilhão de reais. E parece que ainda existe desse fundo quase dois bilhões de reais. O Ministério da Justiça está planejando para depois consolidar as transferências. E aí, Zanélcio, o que me preocupa é o seguinte: se amanhã ou depois nós tivermos qualquer inconsistência, o que é que significa? Nós não vamos mais poder receber recursos. Quer dizer, se o sistema está carente, precisando ser reformulado e esse recurso poderia ser o início, o alavancador de uma nova roupagem, termina sendo interdita em função desse tipo de comportamento. Eu lamento profundamente e até me preocupo com você estar aqui tentando dar alguns esclarecimentos, porque é algo que o serviço público é inimaginável, você não ter um empenho, não ter uma nota fiscal e efetuar o pagamento. Eu até não entendo isso, Senhores Deputados, porque quando se emite uma nota fiscal, hoje, ela é nota fiscal eletrônica. A prefeitura não retroage para emitir a nota fiscal com data de antes de ontem porque eu paguei antes de ontem. O extrato bancário mostra que eu paguei antes de ontem, mas a minha nota fiscal só vai chegar depois de amanhã. Então, eu lamento ver uma situação dessas porque, com certeza isso pode causar prejuízo à sociedade de Roraima. Meus parabéns por você estar aqui explicando com tranquilidade e como se diz, se já informou o secretário, ele já abriu PAD, e aí com certeza, vai apurar responsabilidades. Obrigado.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Eu ainda quero lhe fazer algumas perguntas, senhor Zanélcio. Quero pegar um gancho na pergunta do Deputado Flamarion Portela. Então, antes de prestar contas e fazer conciliação de contas não tem como o estado devolver esse recurso para o fundo e fazer uma justificativa antes da prestação de contas?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Tem sim, Deputada, o estado pode cobrir o fundo.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Então o estado devolver antes, fazer a justificativa para se evitar que possamos não receber mais recursos.

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Sim, nós temos duas portarias emitidas pelo Ministério da Justiça, a 1414, de dezembro de 2016 e a outra é a 72. Não sei se é de janeiro ou fevereiro, mas posso encaminhar para vocês. Elas, inclusive, regulamentam o repasse dos próximos anos de 2018 e 2019 e a nossa preocupação hoje é essa, é resolver e equacionar a questão para que a gente não fique inadimplente numa prestação de contas, que o estado tome as providências, como o secretário já abriu o PAD, os serviços foram executados e para que acerte o processo e faça tudo para que isso não aconteça porque senão o prejudicado será o estado como um todo.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Então, além do PAD em algum momento o senhor já despachou com o secretário no sentido para que se tome providências para devolver esse recurso o mais rápido possível?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Sim, temos conversado sobre isso.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Quando o senhor voltou de férias e tomou conhecimento de toda essa situação, o senhor falou que enviou um memorando para o secretário informando essa situação. Foi isso mesmo?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – O memorando que enviei ao secretário foi no dia 29 de março. Quando voltei de férias, isso continuava com o Marcondes, aí fui nomeado assessor do DEPLAF e cuidava só da parte administrativa, documentos do DEPLAF, dos processos da 401 e fazendo cotação. A partir do dia 27 que o senhor Alziro morreu, ele faleceu no dia 24...

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Eu entendi essa parte, senhor Zanélcio. O que eu quero saber mesmo, vamos direto ao ponto. O que eu quero saber mesmo é qual foi a reação do secretário quando o senhor comunicou a situação? Ele já sabia? Ele tinha conhecimento? Ou o senhor fez essa comunicação somente para formalizar a situação?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Não. Primeiro eu fiz verbalmente no mesmo dia, ele ficou indignado e conversou com o gestor do fundo. Criei-se uma discussão grande e eu pedia calma porque àquela altura do campeonato não adiantava discutir. Aí no dia 29, ele pediu que eu fizesse por escrito depois e eu fiz.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – No empenho que é feito no sistema, o gestor do fundo pode autorizar a fazer o empenho, a fazer o pagamento sem o conhecimento do secretário?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – No fundo fazia. O Marcondes tinha essa prerrogativa pelo fundo. Ele mesmo liberava o CRED, ele mesmo empenhava e ele mesmo liquidava.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Lá no sistema, o senhor já teve acesso para saber se teve, no sistema, um empenho branco para dizer que já tinha sido empenhado, mesmo não tendo a nota fiscal? Se houve essa maquiagem no sistema para poder o sistema liberar?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – O que digo é que o fundo era totalmente à parte, nós somos como as outras secretarias, a Divisão de Finanças e a de Planejamento, o Fundo é todo centrado nele, eles mesmos fazem tudo.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – E quem é que está gerindo o Fundo hoje?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Hoje, o Fundo está suspenso, suspenso para abertura de processos, pois estamos tentando equacionar essas questões. As senhas foram todas canceladas junto a FEPAM e junto ao Banco do Brasil que dá acesso à conta. Quem está com a senha da conta é o secretário adjunto, o Major Francisco, e Secretário como o Deputado Flamarion falou, voltou ao processo antigo. Ele está liberando os PETS.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Quem libera os PETS?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – O Secretário Titular.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Doutor Zanélcio, gostaria que o senhor explicasse, o rapaz que morreu é o Alziro?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Sim, Alziro.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – Quando Alziro era Diretor do DEPLAF, qual era o papel do Marcondes? Qual a função que ele ocupava?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Ele era coordenador do convênio e Gestor do Fundo. Ele tinha portaria para responder e coordenar dos convênios. Era como se fosse uma divisão, numa sala só, nós temos divisão administrativa, convênio e fundo. Ai temos divisão de finanças, planejamento e recursos humanos. E ele na realidade era subordinado ao Diretor DEPLAF.

A Senhora Presidente **Lenir Rodrigues** – Vou passar a palavra retorna para o Relator Deputado Jorge Everton.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Só para tirar uma dúvida com relação à pergunta que o Deputado Flamarion fez. Pelo que entendi, o valor foi pago antes mesmo da conclusão do serviço. Penitenciária tem unidades prisionais que sequer foram conclusos os serviços, mas já foi efetivamente pago o valor total?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Sim. Eu deduzo que ele foi pago, não posso afirmar, foi executando e pagando. Eu não acompanhava, quando voltei de férias, eu não tive acesso, hoje que está se fazendo todo um levantamento do que foi feito.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Então, não havia esse controle? Porque para fazer esse pagamento, primeiro tem que receber a nota, conferir os serviços, ver se a prestação de serviços foi feita, para depois efetuar o pagamento, esse é o procedimento normal. Isso não foi feito?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Não tenho conhecimento.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Na data do pagamento havia empenho?

O Senhor depoente **Zanélcio Gouveia** – Não.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – O Ministério Público Federal solicitou bloqueio desses recursos com base na utilização indevida desses valores.

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Não.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Foi com base em que?

O Senhor depoente **Zanêlio Gouveia** – Estive na Secretaria de Infraestrutura, e há uma negação inicial e depois do dia 27, 30 que vim ter acesso aos documentos. O bloqueio se dá em função da aplicação dos cronogramas, e dependia da SEINF, cronograma, como por exemplo, ampliação do anexo da cadeia, reforma da casa do albergado, construção de um novo presídio, tudo isso depende de projetos, de cronogramas e dependemos disso tudo. O bloqueio deu em função disso, da aplicação, uma coisa não tem a ver nada com a outra, apesar de que como não tem conhecimento e vi na defesa o extrato foi encaminhado ao Ministério Público.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Eu sinceramente lamento, a saber a necessidade que o sistema prisional se encontra, chegar um volume de recursos desses, incompetência de gestão não conseguir efetivar as obras e a contratação da forma devida, é lamentável. Como Deputado Flamarion destacou, antes tinha pouco recursos, e por isso não estavam preparados para agir quando chegou o volume de recursos, e impede em até vir mais recursos. Desejo sorte, sei da sua competência, sei que o senhor não vai cometer erros primários. Sinceramente, peço a Deputada Lenir que deixe marcada a data da oitiva do senhor Marcondes. Ele vai ter que explicar isso para a gente. Para mim houve má fé, dolo para efetivar esses pagamentos, senhor Marcondes. Sem emissão de nota fiscal e sem conclusão de processo, e ainda a revelia da PROGE, que não tinha considerado emergencial.

Solicito, Deputada, se possível na próxima terça-feira a gente possa está ouvindo o senhor Marcondes para trazer mais esclarecimentos. Concluo aqui minhas perguntas.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Defiro o pedido do Deputado Jorge Everton e determino à Secretária dessa Comissão para intimar o Senhor Marcondes, agente penitenciário, para quinta-feira dia 9 às 15 horas no salão desse bloco e também para oficializar, o Senhor Zanêlio Gouveia encaminhe cópia dos autos desse recurso, fundo penitenciário nacional, para essa Comissão, e também que acompanhe o Memorando que o senhor comunicou ao secretário do problema dentro do DEPLAF.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** - Só para corrigir a data, a Senhora falou quinta dia 9, é terça dia 9.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Terça-feira dia 09 às 15 horas para oitiva do Senhor Marcondes Pereira Queiroz, Agente Penitenciário.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos os Senhores Deputados e do Senhor Zanêlio Gouveia. Dou por encerrada a presente reunião.

**Lenir Rodrigues**  
 Presidente da Comissão

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL INTERNA, CRIADA POR MEIO DA RESOLUÇÃO N.º 033/2016, PARA INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 012/16**

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil, às dez horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas deste Poder, reuniu-se extraordinariamente para eleger Presidente, Vice-Presidente e Relator da Comissão Especial Interna, criada por meio da Resolução n.º 033/16, para analisar e proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição n.º 012/16, de autoria de vários Deputados, que “adita §§ 1 e 2 ao artigo 138 da Constituição Estadual, fixando percentual mínimo de recursos para o Sistema Estadual de Saúde, e dá outras providências”.

**Abertura:** Assumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado Mecias de Jesus, nos termos do Regimento Interno desta Casa. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, em exercício, informou aos Senhores Parlamentares que, conforme acordo de lideranças, esta Comissão foi composta pelos Senhores Deputados: George Melo, Angela Águida Portella, Mecias de Jesus, Jorge Everton, Valdenir Ferreira, Marcelo Cabral e Masamy Eda. Logo após, o Senhor Presidente, em exercício, no uso de suas atribuições legais suspendeu os trabalhos pelo tempo necessários para que os Senhores Parlamentares apresentassem os nomes dos Deputados com interesse às funções acima epigrafadas. A Seguir, o Senhor Presidente, em exercício, após o tempo estipulado, reabriu os trabalhos, constatando os nomes dos candidatos, aos cargos: Para Presidente o Deputado Mecias de Jesus; para Vice-Presidente o Deputado Jorge Everton; para Relator o Deputado Marcelo Cabral. Prosseguindo deu início ao processo de votação, feita a chamada, votaram os Deputados George Melo, Angela Águida Portella, Mecias de Jesus, Jorge Everton, Valdenir Ferreira, Marcelo Cabral e Masamy Eda. Encerrado o processo de votação, o Senhor Presidente, em exercício, proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados, para Presidente, o Deputado Mecias de Jesus; para Vice-Presidente, o Deputado Jorge Everton

e, para Relator o Deputado Marcelo Cabral. O Senhor Presidente, em exercício, Deputado Mecias de Jesus permaneceu na direção dos trabalhos por ter sido eleito, e estando com a palavra agradeceu a todos pela escolha de seu nome e, de imediato passou as mãos do Senhor Relator a Matéria acima epigrafada para análise e emissão de parecer e suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o seu parecer. Após o tempo estipulado o Senhor Presidente reabrindo os trabalhos, constatou na ordem do dia a Proposição com parecer favorável do Senhor Relator, ao qual solicitou proceder a leitura do parecer. O Senhor Relator antes de proferir a leitura informou a Comissão que houve necessidade de adequação ao texto original por meio de Emendas: **Supressiva** suprimindo o § 2º do art. 138, transformando o §1º em Parágrafo único e, **Modificativa** à Ementa com a seguinte redação: Adita-se Parágrafo único ao artigo 138 da Constituição Estadual, fixando percentual mínimo de recursos para o Sistema Estadual de Saúde, e dá outras providências. O Senhor Relator antes de proferir a leitura do parecer informou a Comissão que constatou nos autos **Emenda Modificativa**, ao §1º do art. 138, contido na Proposta de Emenda à Constituição n.º 012/2016, com redação: as despesas anuais com o Sistema Estadual de Saúde não serão inferiores a 20% (vinte por cento) do Orçamento Estadual. Prosseguindo o Senhor Presidente ao tomar conhecimento das modificações submeteu a discussão dos Senhores Deputados, após amplas discussões as Emendas foram submetidas à votação, sendo aprovadas as Emendas Supressiva ao §2º do art. 138 e Modificativa à Ementa. A Emenda Modificativa ao §1º do art. 138 foi rejeitada na Comissão com voto de qualidade do Senhor Presidente desta Comissão. O Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Relator para que o mesmo proferisse a leitura do parecer, feita a leitura o parecer foi submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade com as Emendas Supressiva ao §2º do art.138 e Modificativa à Ementa. **Encerramento:** Às onze horas e três minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, **Gizelda Pinheiro de Barros**, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

**Mecias de Jesus**  
 Presidente da Comissão

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL INTERNA, CRIADA POR MEIO DA RESOLUÇÃO N.º 036/2016, PARA INSTALAÇÃO E DELIBERAÇÃO DO RELATÓRIO CONCLUSIVO.**

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil dezesseis, às doze horas e quinze minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas deste Poder, reuniu-se extraordinariamente para eleger Presidente, Vice-Presidente e Relator da Comissão Especial Externa, criada por meio da Resolução n.º 036/16. Destinada, nos termos dos arts. 269 e 271 do Regimento Interno, analisar a indicação do nome do Senhor **Diogo Novaes Fortes**, indicado pelo Poder Executivo, para exercer o cargo de Procurador-Geral de Contas do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima. **Abertura:** Assumiu a Presidência dos trabalhos o Deputado Aurelina Medeiros, nos termos do Regimento Interno desta Casa. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, em exercício, informou aos Senhores Parlamentares que, conforme acordo de lideranças, esta Comissão foi composta pelos Senhores Deputados: Lenir Rodrigues, Flamarion Portela, Aurelina Medeiros, George Melo e Marcelo Cabral. Logo após, a Senhora Presidente, em exercício, no uso de suas atribuições legais suspendeu os trabalhos pelo tempo necessários para que os Senhores Parlamentares apresentassem os nomes dos Deputados com interesse às funções acima epigrafadas. A Seguir, a Senhora Presidente, em exercício, após o tempo estipulado, reabriu os trabalhos, constatando os nomes dos candidatos, aos cargos: Para Presidente a Deputada Lenir Rodrigues; para Vice-Presidente a Deputada Aurelina Medeiros e, para Relator o Deputado Flamarion Portela. Prosseguindo deu início ao processo de votação, feita a chamada, votaram os Deputados Lenir Rodrigues, Flamarion Portela, Aurelina Medeiros, George Melo e Marcelo Cabral. Encerrado o processo de votação, a Senhora Presidente, em exercício, proclamou o resultado, declarando eleitos e empossados, para Presidente, a Deputada Lenir Rodrigues; para Vice-Presidente, a Deputada Aurelina Medeiros e para Relator o Deputado Flamarion Portela. A Senhora Presidente, em exercício, Deputada Aurelina Medeiros passou a direção dos trabalhos a Presidente eleita, a qual agradeceu a todos pela escolha de seu nome. Prosseguindo, a Senhora Presidente, deu início a arguição e solicitou ao Senhor Relator, Deputado Flamarion Portela, que procedesse à leitura da Ficha de Identificação do Candidato. Feita a leitura a Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor **Diogo Novaes Fortes**, para suas considerações iniciais, o qual cumprimentou a todos e agradeceu pela oportunidade de estar sendo sabatinado por esta Casa e destacou de forma sucinta suas atividades desenvolvidas no Ministério Público de Contas do Estado de Roraima, as quais constavam no seu Curriculum encaminhado a esta Comissão e colocou-se à disposição dos Senhores Deputados para

os questionamentos. Prosseguindo, a palavra foi franqueada ao Senhor Relator, Deputado Flamarion Portela para seus questionamentos. O Senhor Relator, estando com a palavra, formulou várias perguntas ao arguido, as quais foram respondidas de forma clara e objetiva. Prosseguindo, o Senhor Relator informou a Senhora Presidente, que estava satisfeito com as respostas proferidas pelo arguido. Logo após, a Senhora Presidente franqueou a palavra aos demais Membros da Comissão, para que pudessem fazer as perguntas que achassem necessárias. As indagações foram feitas pelos Senhores Deputados Lenir Rodrigues, Flamarion Portela, Aurelina Medeiros, George Melo e Marcelo Cabral, Membros desta Comissão, as quais foram respondidas pelo sabatinado com clareza e precisão. Logo após, os questionamentos a Senhora Presidente constatando não haver mais perguntas o candidato e tendo em vista as informações apresentadas pelo sabatinado, quando da apresentação pessoal de suas atividades, recomendou à assessoria da Comissão elaborar Projeto de Decreto Legislativo aprovando a indicação do nome do Candidato, informando ao mesmo o término da sabatina, portanto, dispensado-o, no entanto, não teria problema se o arguido permanecesse na reunião, o qual permaneceu. Em seguida, a Senhora Presidente suspendeu a reunião, pelo tempo necessário, para que o Senhor Relator emitisse seu parecer à Proposição. Após o tempo estipulado, constatou na Mesa dos Trabalhos o Projeto de Decreto Legislativo nº 038/16, de autoria desta Comissão, que “Aprova o nome do Senhor **Diogo Novaes Fortes**, indicado pelo Poder Executivo, para exercer o cargo de Procurador-Geral de Contas do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima”, incluindo-o na Ordem do Dia, de imediato solicitou ao Senhor Relator proferir a leitura do parecer, feita a leitura o parecer foi submetido a discussão. Não houve discussão. Colocado em votação o parecer do Senhor Relator foi aprovado pelos Deputados presentes na reunião da Comissão. **Encerramento:** Às doze horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, **Gizelda Pinheiro de Barros**, Secretária, lavrei a presente ata que, depois de lida, será assinada pela Senhora Presidente e encaminhada à publicação.

**Lenir Rodrigues**  
 Presidente da Comissão

### SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SÍNTESE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 015/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº: 015/2017  
 PROCESSO Nº: 048/ALE/2017

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 16.223-E, de 07 de outubro de 2013, torna público os preços registrados no PREGÃO supracitado, oriundo do PROCESSO em epígrafe, cujo objeto é Eventual contratação de pessoa jurídica especializada em treinamento e capacitação Presencial, Semipresencial e a Distância, promovidas pela Assembleia Legislativa do Estado de Roraima - ALE/RR, através da ESCOLA DO LEGISLATIVO – ESCOLEGIS/ALE/RR, na Capital e Interior de Estado Roraima para manter seu quadro funcional, bem como a critério desta Escolegis estende-los aos servidores do Estado, Municípios e população em geral, no intuito de mantê-los devidamente qualificados e atualizados. Valores unitários em reais (R\$) discriminados a seguir: 1ª colocada – **ACTION MULTI SOLUÇÕES CONSULTORIA LTDA-ME**, CNPJ: **24.412.717/0001-09**. LOTE ÚNICO, itens 1=R\$ 110,00=2=R\$ 110,00; 3=R\$ 110,00; 4=R\$ 110,00; 5=R\$ 110,00; 6=R\$ 110,00; 7=R\$ 110,00; 8=R\$ 110,00; 9=R\$ 110,00; 10=R\$ 110,00; 11=R\$ 110,00; 12=R\$ 110,00; 13=R\$ 110,00; 14=R\$ 110,00; 15=R\$ 110,00; 16=R\$ 110,00; 17=R\$ 110,00; 18=R\$ 110,00; 19=R\$ 110,00; 20=R\$ 110,00; 21=R\$ 110,78; 22=R\$ 110,00; 23=R\$ 110,00; 24=R\$ 110,00; 25=R\$ 110,00; 26=R\$ 115,00; 27=R\$ 115,00; 28=R\$ 115,00; 29=R\$ 115,00; 30=R\$ 115,00; 31=R\$ 115,00; 32=R\$ 115,00; 33=R\$ 115,00; 34=R\$ 115,00; 35=R\$ 115,00; 36=R\$ 115,00; 37=R\$ 115,00; 38=R\$ 112,00; 39=R\$ 112,00; 40=R\$ 110,00; 41=R\$ 110,00; 42=R\$ 110,00; 43=R\$ 125,00; 44=R\$ 100,00; 45=R\$ 115,00; 46=R\$ 115,50; 47=R\$ 115,50; 48=R\$ 115,00; 49=R\$ 120,00; 50=R\$ 115,00; 51=R\$ 115,00; 52=R\$ 115,00; 53=R\$ 113,00; 54=R\$ 110,00; 55=R\$ 115,00; 56=R\$ 100,00; 57=R\$ 115,00; 58=R\$ 115,00; 59=R\$ 100,00; 60=R\$ 114,93; 61=R\$ 115,00; 62=R\$ 115,00; 63=R\$ 115,00; 64=R\$ 115,00; 65=R\$ 115,00; 66=R\$ 100,00; 67=R\$ 100,00; 68=R\$ 100,00; 69=R\$ 115,00; 70=R\$ 100,00; 71=R\$ 153,40; 72=R\$ 100,02; 73=R\$ 100,05; 74=R\$ 110,00;. A Ata de Registro de preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data da publicação.

Boa Vista-RR, 14 de junho de 2017.

**Lincoln Johnson Batista de Mendonça**  
 Presidente da CPL/ ALE-RR

SÍNTESE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 017/2017  
 PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº: 017/2017  
 PROCESSO Nº: 0176/ALE/2017

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, em cumprimento ao disposto no Decreto nº 16.223-E, de 07 de outubro de 2013, torna público os preços registrados no PREGÃO supracitado, oriundo do PROCESSO em epígrafe, cujo objeto é Eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição e a sua substituição, nos equipamentos de informática (microcomputadores padrão PC e servidores. Valores unitários em reais (R\$) discriminados a seguir: 1ª colocada – **DB - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E AR CONDICIONADO LTDA-ME**, CNPJ **15.799.830/0001-06**. LOTE ÚNICO, itens 1=R\$ 84,56; 2=R\$ 150,00; 3=R\$ 148,88; 4=R\$ 450,00. A Ata de Registro de preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data da publicação.

Boa Vista-RR, 14 de junho de 2017.

**Lincoln Johnson Batista de Mendonça**  
 Presidente da CPL/ ALE-RR

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - ALE/RR PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017

COMUNICADO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO  
 PROCESSO: 0107/2016/ALE

**OBJETO:** Eventual Aquisição de medicamentos, materiais e equipamentos a serem utilizados no núcleo de serviços de saúde/Ambulatório da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, de acordo com as exigências consignadas no Edital e seus anexos.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA através da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados o resultado do certame licitatório do objeto em epígrafe, que teve como vencedor a empresa:

| Empresa Vencedora Adjudicada  | Lotes | Valor (R\$)   |
|---|-------|---------------|
| QUANTUM EMPREENDIMENTOS EM SAÚDE LTDA-EPP<br>CNPJ: 10.631.897/0001-05                           | 01    | R\$ 5.900,00  |
|   | 02    | R\$ 4.400,00  |
|   | 03    | R\$ 85.000,00 |
| Perfazendo um valor Adjudicado de <b>R\$ 95.300,00</b> (Noventa e cinco mil e trezentos reais). |       |               |

Boa Vista-RR, em 14 de junho de 2017.

**Lincoln Johnson Batista de Mendonça**  
 Presidente da CPL/ ALE-RR

#### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO por nomeação legal e na forma da lei

**CERTIFICA** que, analisando a solicitação constante do Processo nº **0514/ALE/2017**, oriundo da **Superintendência Administrativa**, encontrou respaldo no art. 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93, com base no PARECER Nº 137/2017/CONGE/ALE-RR, ficando caracterizada a sua Dispensa de Licitação, referente à Locação de 01 (um) imóvel no município do Bonfim, para atender as necessidades de instalações dos programas / projetos desenvolvidos por esta Casa, tais como ESCOLEGIS, CHAME, PROCON E ABRINDO CAMINHOS em favor do Senhor ALDECI MARTINS DA SILVA, inscrito no CPF: 031.252.893-00 no valor mensal de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), de acordo com as especificações constantes do PAM nº 00514/2017.

Isto posto, conforme determina a Lei 8.666/93 em seu artigo 26 caput, esta situação de Dispensa deverá ser comunicada dentro de 03 (três) dias à autoridade competente para ratificação e publicação no Diário Oficial do Poder Legislativo, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição de eficácia dos atos.

Boa Vista-RR 14 de junho de 2017.

**Lincoln Johnson Batista de Mendonça**  
 Presidente da CPL/ ALE-RR

**Atyles Paiva Loura**

Membro/CPL

**Jordânia Conceição Souza Cavalcante**

Membro/CPL

#### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Superintendente Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a resolução nº 389/2016 do dia 27 de Dezembro de 2016, conforme Art. 26, caput da Lei Federal nº 8.666/93.

Resolve:

RECONHECER E RATIFICAR, a vista do PARECER Nº 137/2017/CONGE/ALE-RR, a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2017, referente ao PROCESSO Nº 0514/ALE/2017, com fundamento no artigo 24, Inciso X da Lei Nº 8.666/93, para à Locação de 01 (um) imóvel no município de Bonfim, para atender as necessidades de instalações dos programas / projetos desenvolvidos por esta Casa, tais como ESCOLEGIS, CHAME, PROCON E ABRINDO CAMINHOS, em favor do Senhor ALDECI MARTINS DA SILVA, inscrito no CPF: 031.252.893-00, no valor mensal de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Boa Vista-RR, 14 de junho de 20 17.

**ANTÔNIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO**  
 SUPERINTENDENTE GERAL



O programa **Abrindo Caminhos** da Assembleia Legislativa de Roraima está com inscrições abertas para os cursos de:

**Teatro, Balé, Música,  
 Informática e Jiu-jitsu**

**Para crianças e  
 adolescentes de 5 a 17 anos**

As inscrições podem ser feitas na sede do Abrindo Caminhos, no bairro Cambará, av. São Sebastião, nº 883.

Mais informações:  
 (95) 98402-5014



[f /ale.roraima](https://www.facebook.com/ale.roraima)  
[i /assembleiarr](https://www.instagram.com/assembleiarr)



## Agora é Lei!

Depois de 20 anos de espera o Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima foi sancionado. A lei 1.160 aprovada pelos deputados estaduais em 27 de dezembro de 2016 beneficia diretamente 78 servidores.

Mas, indiretamente, torna realidade o sonho de 78 famílias.

O Plano dá garantias na construção da carreira profissional dos servidores e reflete na melhoria da qualidade da prestação de serviços para a população.



[f facebook/ale.roraima](https://www.facebook.com/ale.roraima)